

Faixas protestam contra operação no Alemão

PMs trocam tiros com bandidos durante incursão no Morro da Fé, na Penha, para prender chefe do tráfico

Ana Cláudia Costa e Lúcia Lima
Duas faixas de autoria não identificadas, contendo críticas ao governador Sérgio Cabral e ao governador Sérgio Cabral, foram estendidas ontem em frente à entrada principal da Favela da Grotta, no Complexo do Alemão, em Ramos. Em uma das faixas, o texto dizia: "Favela da Grotta, não vamos sair daqui sem o nosso povo". A outra faixa dizia: "Favela da Grotta, não vamos sair daqui sem o nosso povo".

do Alemão. Só não são prestados? Não temos 200 mil habitantes? Temos que preservar a vida, diz uma das inscrições. Já a outra faixa afirmava que a comunidade do Complexo do Alemão "não quer rejeitar a entrada principal da Favela da Grotta, no Complexo do Alemão, em Ramos. Em uma das faixas, o texto dizia: "Favela da Grotta, não vamos sair daqui sem o nosso povo". A outra faixa dizia: "Favela da Grotta, não vamos sair daqui sem o nosso povo".



UMA DAS FAIXAS INSTALADAS NA ENTRADA DA FAVELA DA GROTA.

Obras contra o tráfico

Lula anuncia R\$ 1,6 bi para favelas; investimento total no estado será de R\$ 3,8 bi

O presidente Lula indicou Lula da Silva, governador do Rio de Janeiro, para ser o responsável por um programa de obras de infraestrutura em favelas. O programa, que será financiado pelo governo federal, prevê a construção de 10 mil unidades habitacionais e a melhoria das condições de saneamento básico e de segurança pública.



O PRESIDENTE LULA DA SILVA (à esquerda), o governador Sérgio Cabral e o ministro Dilma Rousseff, no Rio de Janeiro.

Chefe de Polícia nega execuções na operação

Mas admite que número de mortos pode ser maior pois bandidos feridos podem ter fugido do morro

Vera Araújo
O chefe de Polícia Civil, Gilberto Ribeiro, disse ontem que, oficialmente, 19 pessoas morreram no confronto entre a polícia e o tráfico no Complexo do Alemão, na última quarta-feira. Mas não descartou a possibilidade de haver ocorrido mais mortes. Segundo ele, algum bandido pode ter sido socorrido fora do morro, sem o conhecimento da polícia. Dos 19 mortos, um não tinha seu nome no banco de dados da Interpol.

Tráfico do Alemão empurrou menores bandidos para morte



Um grupo de pessoas, incluindo policiais e moradores, reunidos em uma área pública.

Obras em favelas fazem parte do PAC

Segundo o presidente, o Ministério do Planejamento (MPL) vai criar um fundo de investimento para financiar obras de infraestrutura em favelas. O fundo será financiado pelo governo federal e terá como objetivo melhorar as condições de vida da população das favelas.

Bando sabia da ação policial

Agentes foram recebidos a tiros no Alemão, onde traficantes não se refugiaram. Mas a operação acabou e os fuzis foram recolhidos.

Os discursos da mídia carioca: reflexões sobre a violência urbana e suas representações coletivas

A violência urbana no Rio de Janeiro tem sido um tema recorrente na mídia. Os discursos da mídia carioca, no entanto, muitas vezes reduzem a complexidade do fenômeno a imagens simplistas e sensacionalistas. Este texto reflete sobre essas representações coletivas e suas implicações para a sociedade.

1.350 HOMENS DESEMBARCAM NA GUERRA DA Z. NORTE



Uma multidão de homens reunidos em uma área aberta, possivelmente durante uma operação policial ou um protesto.

Asfixia sobre o tráfico

Governador afirma que, devido ao cerco às favelas do Alemão e da Penha, bandidos chegaram a passar fome. A afirmação foi feita durante uma reunião com autoridades locais.

DEPUTADO APONTA OITO MORTES COMO SUSPEITAS

Um deputado estadual afirmou que oito das mortes ocorridas durante a operação no Alemão são suspeitas. Ele alegou que os mortos não foram identificados e que suas famílias não foram notificadas.

Polícia invade Alemão e m...



Policiais em ação durante a operação no Complexo do Alemão.

Lula avisa: não se enfrenta crime com crime

20 • RIO

Alemão: revistas tentam deter reforços do tráfico

Laudos de 15 dos 19 mortos revelam: 10 tinham anotação criminal e 5 não. Alerj pede vinda de peritos federais

Segundo a Polícia Civil, 10 dos 19 mortos tinham antecedentes criminais. Os outros 9 não tinham. A Polícia Militar pediu a vinda de peritos federais para analisar os corpos das vítimas.

Estudante é ferida dentro da escola

Dois pessoas foram vítimas de balas perdidas durante os confrontos no Complexo do Alemão.



Uma vítima ferida durante a operação no Complexo do Alemão.

Uma guerra de 58 dias

Dois dias de confronto, cinco mortos e mais de 100 feridos. A operação no Alemão durou 58 dias.



Um soldado durante a operação no Complexo do Alemão.

Fabíola Ortiz dos Santos

Dois dias de confronto, cinco mortos e mais de 100 feridos. A operação no Alemão durou 58 dias.



Um soldado durante a operação no Complexo do Alemão.

Polícia já planeja cerco à Rocinha e mais 4 favelas

Traficantes do Alemão voltam a enfrentar PMs e impõem lei do silêncio na região



Um soldado durante a operação no Complexo do Alemão.

O diário de uma guerra

Dois dias de confronto, cinco mortos e mais de 100 feridos. A operação no Alemão durou 58 dias.



Um soldado durante a operação no Complexo do Alemão.

Governador diz que combate ao crime exigirá sacrifício, da Zona Norte à Zona Sul

Dois dias de confronto, cinco mortos e mais de 100 feridos. A operação no Alemão durou 58 dias.



Um soldado durante a operação no Complexo do Alemão.

Estresse para todos

Dois dias de confronto, cinco mortos e mais de 100 feridos. A operação no Alemão durou 58 dias.



Um soldado durante a operação no Complexo do Alemão.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

JORNALISMO

OS DISCURSOS DA MÍDIA CARIOCA:
REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA URBANA
E SUAS REPRESENTAÇÕES COLETIVAS

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social – Jornalismo.

FABÍOLA ORTIZ DOS SANTOS

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz

Co-orientadora: Daniela Ortiz dos Santos

Rio de Janeiro
2008

FICHA CATALOGRÁFICA

SANTOS, Fabíola Ortiz dos.

Os discursos da mídia carioca: reflexões
sobre a violência urbana e suas representações coletivas.
Rio de Janeiro, 2008.

Monografia (Graduação em Comunicação
Social – Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de
Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO.

Orientador : Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi

Vaz

Co-orientadora: Daniela Ortiz dos Santos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Os discursos da mídia carioca: reflexões sobre a violência urbana e suas representações coletivas**, elaborada por Fabíola Ortiz dos Santos.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia 12/12 /2008

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Profa. Dra Cristina Rego Monteiro da Luz
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof Dr. Márcio Tavares
Doutor em Letras pela UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Rio de Janeiro
2008

SANTOS, Fabíola Ortiz dos. **Os discursos da mídia carioca:** reflexões sobre a violência urbana e suas representações coletivas. Orientador: Paulo Vaz. Co-orientadora: Daniela Ortiz dos Santos. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

A pesquisa pretende trazer à luz um olhar atento acerca do discurso da mídia impressa carioca, lançando mão de questões travadas no campo da sociologia e da nova história. Esta propõe analisar a cobertura realizada pelos jornais O DIA e O GLOBO ao longo da semana subsequente à operação no Complexo do Alemão, em 2007. E desse modo, indagar se as notícias apresentam a ‘pobreza’ como causa da criminalidade. Tal questionamento tem uma forma particularmente interessante utilizado pelo sociólogo Michel Misse e está inserido em suas reflexões sobre o conceito de sujeição criminal – entendido como potenciais sujeitos criminais àqueles residentes em locais pobres. Segundo Misse, o criminoso seria constituído por ‘uma essência ou uma marca indelével da qual o impede de retornar à sociedade ou ressocializar-se’. Ademais, o sociólogo nos leva a questionar se as notícias reproduzem o conceito de que a atividade ilícita do tráfico de drogas seria o principal componente da violência urbana a ser ‘combatido’. Sob esta abordagem, o estudo propõe verificar se a percepção social está incorporada ao discurso reproduzido pelos dois veículos de comunicação apresentados. O discurso jornalístico será analisado com a perspectiva dos profissionais de imprensa vistos como atores que se inserem no processo de construção de uma realidade. A imprensa não reflete a realidade, mas ajuda a construí-la e o jornalista, envolvido na dinâmica social, é um participante ativo na construção de uma representação coletiva.

Palavras-chaves: segurança pública, Complexo do Alemão, sujeição criminal, pobreza, tráfico de drogas, violência urbana, mídia impressa carioca.

À minha querida família que sempre me apoiou nos momentos difíceis e também nas alegrias, especialmente aos meus pais que estiveram ao meu lado durante esta caminhada, muitas vezes longa, mas ao mesmo tempo próximos em pensamento;

Especialmente à minha irmã, Daniela Santos, a quem agradeço profundamente o carinho, a paciência e a compreensão e por ter aceitado co-orientar a minha monografia;

Ao meu orientador, Paulo Vaz, por acreditar neste projeto, pelo estímulo, disposição de me ouvir e me compreender em momentos de dificuldades. Agradeço também ao tempo dedicado às conversas e pelos conhecimentos transmitidos;

Sou imensamente grata ao sociólogo professor Michel Misse, quem tive a oportunidade de dialogar e trocar idéias sobre seu trabalho e pela atenção, dicas e sugestões;

A todos os professores e alunos que contribuíram para a minha formação e pelos grandes momentos vividos ao longo de minha trajetória na ECO.

Muito obrigada

Nenhum texto – mesmo aparentemente mais documental, mesmo “objetivo” (...) –
mantém uma relação transparente com a realidade que apreende.
Roger Chartier

... é assim que os órgãos de comunicação se relacionam com os leitores, isto é,
com a sociedade, com a população. Recriando a realidade à sua maneira
e de acordo com os seus interesses político-partidários, os órgãos de
comunicação aprisionam os seus leitores nesse círculo de ferro
da realidade irreal, e sobre ele exercem todo o seu poder.
Perseu Abramo

A mídia participa da construção social da violência brasileira
como um de seus personagens e não apenas como seu relator público.
Michel Misse

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. CONTRIBUIÇÕES DA NOVA HISTÓRIA
3. PAPEL DO JORNALISMO NA ESFERA PÚBLICA
4. CRIME E VIOLÊNCIA
 - 4.1 Os autores e suas representações da favela e do criminoso
 - 4.2 Intervenção policial nas favelas
 - 4.3 O problema da insegurança pública no Rio
5. CAUSAS SOCIAIS DO CRIME: SUJEIÇÃO CRIMINAL
6. A COBERTURA DA OPERAÇÃO NO COMPLEXO DO ALEMÃO : O GLOBO E O DIA
 - 6.1 Visões sobre a cobertura da segurança pública no Rio
 - 6.2 Categorias analisadas
 - 6.3 Análise da cobertura
 - 6.3.1 O GLOBO
 - 6.3.2 O DIA
 - 6.3.3 Comparação e conclusão
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS
8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA
9. ANEXO

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo realiza um olhar aprofundado acerca do discurso da mídia impressa carioca ao analisar a cobertura realizada pelos jornais O DIA e O GLOBO ao longo da semana posterior à operação policial no Complexo do Alemão, em 2007.

O discurso jornalístico será examinado com a perspectiva dos profissionais de imprensa entendidos como atores inseridos no processo de construção de uma realidade. A imprensa não reflete o real, mas ajuda a construí-lo e o jornalista, envolvido na dinâmica de forças sociais, é um participante ativo no processo de construção de uma representação coletiva. Neste contexto, se inserem as contribuições da nova história para uma visão de que a realidade é construída de forma contraditória e diversa por diferentes grupos. Esta perspectiva lança mão da problemática do mundo como representações coletivas permitindo uma reflexão sobre o modo como a realidade pode ser apropriada e interpretada.

Os meios de comunicação formam a arena onde ocorrem os debates e embates dos diversos atores da sociedade, e onde o público leitor, cidadão e consumidor dos jornais é constantemente influenciado por uma realidade “artificialmente” criada pela imprensa. O jornalismo não tem o papel de ser o espelho do real, ele é, antes, uma construção social de uma suposta realidade.

A favela ganhou complexidade nos anos 80, o período que marcou a entrada do tráfico de entorpecentes, principalmente a cocaína no Rio. Esta, local onde quadrilhas se armavam, passou a ser representada como “covil de bandidos” (ZALUAR, 2006) uma espécie de “zona franca do crime, habitat natural das classes perigosas” reforçando o medo e o preconceito¹. Muitas destas representações que se fazem e que se fizeram das favelas, ao longo das décadas, são de um “meio marginal capaz de produzir bandidos”, locais propícios ao crime, “infestados de integrantes de bocas-de-fumo”.

As intervenções nas favelas, ou as chamadas “operações policiais”², seguem uma lógica discriminatória sem diferenciar entre o recurso à força comedida e o uso da violência de forma indiscriminada. A percepção social de que o trabalho de polícia nas áreas pobres se caracterizaria pelo combate aos traficantes de drogas também legitima as definições do que a polícia considera como sendo um “elemento suspeito” durante as abordagens policiais³. O uso de metáforas de guerra corrobora para criar uma espécie de geografia da “cidade

¹ Ver em ZALUAR *et alii* (orgs). “Um século de favela”. RJ: FGV, 2006

² Noções utilizadas tanto por Luiz Antônio Machado, Michel Misse, como por Paulo Vaz nos artigos consultados. Para mais informação ver em referências bibliográficas.

³ Assunto abordado por Silvia Ramos em “Elemento suspeito – Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro”. RJ: Civilização Brasileira, 2005.

partida”⁴, como se as favelas estivessem à margem ou excluídas da noção social que se tem de cidade.

O principal objetivo deste estudo ao analisar o discurso jornalístico das matérias selecionadas, é verificar se as notícias apresentam a associação “pobreza-crime” como forma de direcionar para uma compreensão que parte do princípio da pobreza como causa da criminalidade. Integrada a esta idéia, a análise do discurso se baseará no conceito proposto pelo sociólogo Michel Misse (1999) de que indivíduos de locais pobres poderiam ser entendidos como potenciais sujeitos criminais e que, a partir deste pensamento, eles deveriam ser reprimidos.

Nesta conceituação desenvolvida por Misse, o indivíduo carrega o crime nele mesmo: “o criminoso seria constituído por uma essência ou uma marca indelével a qual o impede de retornar à sociedade, ou ressocializar-se”. A associação entre pobreza e crime produz demandas por políticas de segurança e é capaz de inserir-se, até mesmo, num quadro de uma política de eliminação. A sujeição criminal como um processo social de constituição de identidade, um “assujeitamento” de uma posição, como a de um bandido, caracteriza-se por uma categoria específica para determinados “tipos sociais”, geralmente pertencentes a classes de baixa renda.

A fim de analisar o discurso jornalístico no âmbito deste conceito, torna-se necessário estabelecer indicadores empíricos⁵, elementos indicativos deste pensamento no conteúdo jornalístico, como o tratamento desigual conferido a um “traficante” ou a um “cidadão de bem”. A idéia é também compreender como o uso da força por parte da polícia foi justificado, se foi feito de forma legal, comedido e proporcional ou se teria sido excessivo e abusivo. Além disso, um olhar cuidadoso é traçado sobre o tratamento dado pela polícia em relação ao criminoso e ao “combate ao tráfico”.

Esta é uma terceira questão a ser enfatizada na análise, se as notícias reproduzem o conceito de que esta atividade ilícita que ocorre nas favelas seria o principal componente da violência urbana a ser combatido. Nos questionamos de que forma a polícia age no Rio de Janeiro, por intermédio de dois veículos de comunicação, principalmente, no que tange a sua atuação nas favelas cariocas ou localidades pobres. Ela estaria concentrada apenas no combate ao tráfico de drogas?

⁴ No artigo “Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva”. In: *Dossiê Cidadania e Violência* (Revista de Sociologia e Política. n°13. Nov/1999), Luiz Antônio Machado se aproxima ao conceito criado por Zuenir Ventura em referência a um contexto de polarização na cidade que consolidou as metáforas de guerra e uma idéia de cidade partida.

⁵A partir do encontro com o sociólogo Misse, pensou-se num primeiro instante formular indicadores para avaliar os conceitos propostos para a análise que, posteriormente, foram definidos sob a orientação do professor Paulo Vaz.

Ao abordar a questão do mercado de entorpecentes, mais uma vez recorre-se ao autor Michel Misse no que se refere a um certo tipo de tráfico, aquele territorializado e que faz uso da arma para o monopólio do território. A violência que se discute na atualidade estaria associada ao tráfico, e cabe, no presente trabalho, verificar se este pensamento está embutido no discurso reproduzido pela imprensa.

Além de realizar uma análise qualitativa, são também objetivos desta pesquisa empreender uma abordagem quantitativa acerca da frequência das notícias sobre o assunto (operação do Complexo do Alemão) em cada um dos jornais escolhidos ao longo de uma semana. Assim como quantificar o volume de chamadas que tiveram destaque na capa, o mesmo foi feito com o número de matérias principais (de maior ‘fôlego’ que ocupam meia página de jornal ou mais), e de matérias coordenadas (geralmente feitas pelo mesmo jornalista, elas consistem em notas e ocupam uma pequena porção da página do jornal). Os títulos e subtítulos também serão analisados, tal como a qualidade das fontes consultadas (se predominaram apenas fontes de caráter oficial provenientes de órgãos policiais, ou se parlamentares ou representantes da sociedade civil também tiveram espaço).

A partir dos principais pontos levantados que nortearão a pesquisa, pretendemos trazer à tona uma perspectiva do discurso da imprensa carioca dialogando com conceitos do campo da sociologia e da nova história. Ademais, recorreremos ao entendimento do papel essencial da imprensa, integrada ao seu contexto contemporâneo de disputas políticas e sociais, no sentido de não apenas informar e agendar a opinião pública, mas de criar demandas para reivindicações e transformações sociais.

Antes de analisar o conteúdo noticioso, o trabalho dedica-se, em um primeiro momento, a refletir acerca dos conceitos da nova história para a análise das representações coletivas e de diferenças inseridas na visão de que a realidade é múltipla e fragmentada. O capítulo dois intitulado “Contribuições da nova história” aborda segundo os autores Chartier e Le Goff, um contexto acerca das representações do mundo social como construídas e determinadas pelos interesses de grupos. Além da noção de pensar nas particularidades do lugar de onde se fala em relação ao que é falado. Neste capítulo, discute-se a realidade como construída de forma contraditória por diferentes grupos e que faz emergir a problemática do mundo como representações, permitindo refletir sobre o modo como a realidade pode ser apropriada.

O capítulo três pretende rever o papel do jornalismo na esfera pública da contemporaneidade na promoção da cidadania e dos direitos humanos. A imprensa atua como um fórum de debate público em que o papel do jornalismo é fundamental para garantir a visibilidade de questões que envolvem a democracia e os direitos humanos. O jornalismo

está longe de ser o espelho do real, e é antes uma construção social de uma “suposta realidade”. O profissional de imprensa funciona como “agente modelador” do conhecimento com o objetivo de simplificar e distorcer o entender da realidade.

Já o capítulo quatro “Crime e violência” tem como objetivo tratar a visão de alguns autores sobre este assunto. A fim de sistematizar e direcionar os aspectos a serem apresentados, este capítulo se divide em três itens. No primeiro, “Os autores e suas representações da favela e do criminoso” apresenta uma abordagem inicial sobre a percepção da favela como um “problema” e passava a ser pensada como um “espelho invertido” na construção de uma identidade urbana civilizada. O “problema favela” iria se aprofundar nos anos 80, período que marcou a entrada do tráfico de entorpecentes, principalmente, a cocaína no Rio.

O segundo item pensa a intervenção policial nas favelas e o falso bom senso no imaginário social que atribui às ações da polícia exclusivamente direcionadas ao combate ao crime. Discutir a intervenção policial nas favelas é também refletir a distinção entre o uso da violência de forma indiscriminada do recurso à força de forma comedida. A existência de um “criminoso virtual” é tratado por Paulo Vaz como sendo um indivíduo que teria uma alta probabilidade de cometer um crime no futuro. Esta presunção de culpa no futuro é também utilizada e reproduzida pela mídia.

O terceiro item neste capítulo quatro trata o “problema da (in)segurança pública no Rio”, segundo o sociólogo Luiz Antônio Machado. O crime e a sua repressão se tornaram foco das atenções no país a partir da década de 90, principalmente, estimulados pelos formadores de opinião e por meios de comunicação. A segurança pública seria uma demanda de grande parte da população pela recomposição da ordem vigente.

O quinto capítulo “Causas sociais do crime” apresenta o conceito de sujeição criminal proposto pelo sociólogo Michel Misse, autor do marco teórico para este trabalho, que será utilizado nas análises do conteúdo noticioso dos veículos impressos. Ao que se chama de violência urbana diz respeito a uma multiplicidade de eventos – ou “violências” – e compreende práticas e conflitos criminalizados. Pensar as causas sociais do crime na modernidade é entender a relação estabelecida entre crime e pobreza no imaginário social. A opinião generalizada correlaciona uma causalidade direta entre indicadores de pobreza e criminalidade, como se a pobreza fosse a causa primeira da criminalidade e do aumento da violência urbana. Esta associação simplificada, segundo Misse, produz demandas por políticas de segurança. A idéia introjetada pela sociedade de que indivíduos de locais pobres são “potenciais sujeitos criminais” é a visão de que “o crime existe só no outro”. Esta é uma

forma de simplificar e reduzir a complexidade de um indivíduo, através da denominação de “bandido” ou atualmente de “traficante”.

O capítulo seis, “A cobertura da operação no Complexo do Alemão: O GLOBO e O DIA”, em seu primeiro item “Visões sobre a cobertura da segurança pública no Rio”, engloba a noção de que a violência não se concentra apenas nos temas abordados, mas está presente também na linguagem que a mídia emprega para reproduzir o acontecimento. Este tópico traça um cenário atual da cobertura de segurança pública no Rio de Janeiro, segundo a autora Silvia Ramos. O tema sobre segurança pública ingressou de forma mais expressiva nas páginas dos jornais nos anos 90. No entanto, a grande maioria das matérias relata o factual e apenas uma minoria apresenta uma abordagem mais contextualizada com análises. A cobertura jornalística corre atrás do crime ocorrido e das ações policiais, mas tem pouca iniciativa de pautar um debate público consistente. O que predomina no dia-a-dia, segundo esta autora, é um tratamento superficial dos “fatos” com pouca contextualização e dependente de fontes policiais. Ao enfatizarem os conflitos armados e as ocorrências policiais na cobertura dos espaços populares, os jornais podem valorizar ainda mais as soluções bélicas para o problema da segurança.

A presente pesquisa analisa a cobertura de dois jornais de grande circulação no Rio de Janeiro, O GLOBO e O DIA, realizada ao longo da semana subsequente à operação policial no Complexo do Alemão – entre 28 de junho e 4 de julho de 2007. A pesquisa está voltada para a análise do texto jornalístico de matérias assinadas. Logo, são excluídos artigos, editoriais, crônicas, fotos, charges e infográficos. Optou-se por classificar em matérias principais aquelas de grande destaque e que ocupam pelo menos metade da página do jornal, e em coordenadas aquelas que apresentam um recorte do tema a fim de se desdobrar em um determinado assunto, geralmente feitas pelo mesmo jornalista e que ocupam uma pequena porção da página do jornal.

Nos sete dias de edições selecionadas do jornal O GLOBO, 37 matérias foram coletadas da editoria Rio neste período, no entanto, obedecendo a critérios de assinatura das notícias, foram analisadas, no total, 24 matérias – sendo que delas 14 principais e dez coordenadas. Neste mesmo período do jornal O DIA, das 25 matérias coletadas na editoria Geral, 21 matérias – oito principais e 13 coordenadas – por terem sido assinadas foram analisadas.

A fim de analisar o discurso jornalístico no âmbito do conceito de sujeição criminal, da associação entre pobreza e criminalidade e da percepção do tráfico de drogas como principal componente da violência urbana a ser combatido, foram estabelecidos indicadores empíricos que contribuíssem para a verificação de elementos indicativos destas visões no

conteúdo jornalístico. Além do quantitativo, este recurso favoreceu a realização também de uma análise qualitativa sobre as notícias.

Para constatar a reprodução do conceito de sujeição criminal pelos veículos noticiosos, seis questões foram levantadas: (1) se há descrição militarista da operação nas notícias; (2) se na redação há descrição de armamento, tanto utilizado quanto apreendido; (3) se há descrição de vítimas inocentes; (4) se é possível observar a constituição de traficante como inimigo ou da favela como um território a parte. Ademais, foi observada a ocorrência de combinações de palavras na mesma frase nos dois primeiros parágrafos e no último de cada matéria: (5) ‘tráfico’ ou ‘traficante’ e vocábulos que se remetam a metáforas de guerra (e o número de vezes que aparece), bem como palavras (6) ‘polícia’ e ‘Força Nacional de Segurança’ (FNS) associadas a metáforas de guerra.

O mesmo ocorreu na associação pobreza e criminalidade, onde foi observada a frequência das palavras-chaves ‘traficante’ ou ‘tráfico’ a ‘favela’, ‘morro’, ou ‘Alemão’ e também entre ‘polícia’ ou ‘FNS’ a ‘favela’, ‘morro’ ou ‘Alemão’.

Para compreender a relação do tráfico de drogas com a criminalidade urbana, como se fosse o principal componente da violência urbana, estabeleceram-se quatro pontos a serem avaliados nas matérias. São eles: (1) se o grupo criminoso é descrito como bem organizado, como uma hierarquia; (2) se as notícias descrevem o domínio do tráfico sobre a comunidade; (3) se descrevem o modo de ação do traficante; e (4) se há alguma descrição acerca da relação com a polícia ou até mesmo de corrupção.

Como parte dos objetivos desta pesquisa, foi feita uma análise quantitativa acerca da frequência das matérias sobre o tema em cada um dos jornais escolhidos ao longo de uma semana. Foram quantificados o volume de chamadas que apareceram na capa sobre o assunto, assim como o número de matérias principais e coordenadas expostas em tabelas e gráficos. Juntamente com o volume de matérias, foi contabilizado o número de jornalistas mobilizados para a cobertura neste período a fim de observar a relevância do tema para o veículo. Uma vez que quanto maior o número de profissionais utilizados na cobertura, mais pontos de vistas e “vozes” (fontes consultadas) sobre um mesmo assunto poderão ser publicados ampliando o espectro de visões de mundo acerca de um fato.

Os títulos e subtítulos também foram analisados e optou-se por estabelecer um rol de 16 palavras em comum a serem verificadas nos dois impressos. Isto possibilita a observação de possíveis semelhanças e diferenças no tratamento do assunto nas ‘chamadas’ em ambos os veículos – como a ocorrência de um maior número de certas palavras e a ausência de outras em um meio de comunicação.

A qualidade das fontes consultadas também foi um importante tópico a ser analisado. Verificou-se em cada uma das matérias analisadas se havia a existência de fontes provenientes de (1) órgãos da segurança pública e policiais; bem como de (2) políticos e parlamentares; de (3) representantes da sociedade civil, organizações não-governamentais, ou moradores; e também (4) especialistas como pesquisadores, advogados ou juristas. A análise das fontes é uma importante ferramenta que contribui para verificar se o conceito de sujeição criminal é reproduzido. A predominância de um tipo específico de fonte nas notícias pode ser um reflexo também da desigualdade de tratamento ao restringir as diversas vozes implicadas na construção da realidade.

No capítulo sete, são feitas as considerações finais acerca das possíveis constatações que confirmem ou até mesmo questionem os objetivos propostos para o estudo. Esta parte final do trabalho tem o intuito não só de apresentar as conclusões tiradas das análises, mas também de ampliar a discussão sobre o tema tratado.

Em anexos no capítulo nove, estão dispostos os questionários com os indicadores empíricos utilizados na pesquisa qualitativa.

2. CONTRIBUIÇÕES DA NOVA HISTÓRIA

Neste primeiro momento, o trabalho dedica-se a refletir acerca das contribuições da nova história para a análise das representações coletivas e de diferenças inseridas na visão de que a realidade é múltipla e fragmentada, e não apenas na idéia objetiva do real. As representações do mundo social são construídas e determinadas pelos interesses de grupos, e também pelas particularidades do lugar de onde se fala em relação ao que é falado.

As práticas discursivas se inscrevem nas técnicas que as produzem em um determinado contexto social, político e econômico. Logo, pensar os discursos provenientes das percepções sociais implica rejeitar a noção de neutralidade. A partir das diferentes formas de apreensão do real, é possível refletir a representação como função simbólica e mediadora, bem como, a necessidade de pensar a pluralidade de compreensões das representações do mundo social.

A realidade construída de forma contraditória por diferentes grupos faz emergir a problemática do mundo como representações, o que permite refletir sobre o modo como a realidade pode ser apropriada.

Os textos podem ser compreendidos como uma forma de mediação e a leitura, um ato que requer um processo de construção de sentido e de interpretação. A partir das discussões dos *Annales*, foi deslocada a noção de um sentido absoluto e único textos (Chartier, 1988). Contudo, a compreensão de que o sentido é construído através de um processo e de práticas plurais e contraditórias confere um novo significado ao mundo, às idéias e o uso que delas fazem de forma não isolada dos meios sociais.

A “visão de mundo”, definida por Lukacs, aborda a articulação entre os pensamentos e o meio social. Esta concepção de visão de mundo atribui um significado e uma “posição social” aos textos. Um importante legado da nova história é a renúncia de uma temporalidade linear que abre espaço para uma noção múltipla de “tempos vividos”. E a noção de interpretação – ou de uma diversidade de interpretações – é o que constrói as suas significações.

Os meios de comunicação são o lugar de uma multiplicidade de modos de construção, contudo, correm o risco de permitir uma suposta homogeneização do imaginário social (LE GOFF, 1984). Os jornalistas e profissionais de imprensa não se distanciam e se inserem na participação e na construção de uma memória social. O processo de elaboração de um fato, principalmente quando se fala em jornalismo, é ao mesmo tempo uma construção, e a objetividade não é a pura submissão aos fatos.

Segundo Michel de Certeau⁶, uma verdade formada refere-se aos “lugares” sociais, econômicos e culturais e, assim, é possível pensar em uma “particularidade” do lugar de onde se fala em relação ao que é falado. Toda pesquisa articula-se a partir de um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural e encontra-se submetida a pressões. Esta realidade se destaca pela multiplicidade e não mais como uma idéia objetiva de verdade. O objeto de estudo para as ciências humanas prioriza a relação com o corpo social, a sociedade a partir de um lugar do qual o discurso se articula. Certeau destaca que um estudo particular é definido pela relação que estabelece com outros, com um “estado da questão”, a partir das problemáticas exploradas pelo grupo inscrito num conjunto em que elementos dependem uns dos outros⁷.

A pesquisa se encontra circunscrita pela articulação do discurso sobre um lugar social e pelo lugar de onde se fala e do qual se fala⁸. Certeau define que a organização da história é relativa a um lugar e a um tempo e que cada sociedade pensa “historicamente” com os instrumentos que lhe são próprios. A própria história entra nessa relação do discurso com as técnicas que o produzem⁹. Ela manifesta uma “heterogeneidade relativa” e fragmentada numa pluralidade de histórias¹⁰, retomando, desta forma, uma perspectiva de representação de diferenças. Por sua ambivalência, a história corta o passado e dá lugar ao futuro.

A história cultural em Chartier¹¹ tem como objeto os diferentes lugares e momentos que uma realidade social é construída¹² e são determinadas pelos interesses de grupo que as forjam:

As representações do mundo social assim, construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.¹³

Os discursos provenientes das percepções sociais não são, segundo Chartier, neutros, pois produzem estratégias e práticas. Ao investigar sobre as representações deve-se considerar os esquemas geradores das classificações e das percepções, que são próprios de cada grupo ou meio. São estes esquemas que demarcam a organização social incorporando as representações coletivas como matrizes de discursos, de práticas diferenciadas e até de

⁶ Em “História: Novos Problemas”, RJ: Francisco Alves, 1995, 4ª edição

⁷ Idem, 23

⁸ Idem, 27

⁹ Idem, 29

¹⁰ Idem, 39

¹¹ CHARTIER, Roger. “A História Cultural. Entre práticas e representações”. Lisboa: Difel, 1988

¹² Idem, 17

identidades contraditórias. A representação como função simbólica e mediadora engloba as “diferentes modalidades de apreensão do real”¹⁴. Destaca-se aqui a necessidade de pensar a pluralidade de compreensões das representações do mundo social: Chartier aponta para a teatralização da vida social e que a identidade do ser “não seja outra coisa senão a aparência da representação”.

Ao ser deturpada, a representação pode tornar-se uma “máquina” que gera submissão. É ao longo do processo de lutas de representações que se busca uma certa “ordenação” e “hierarquização” da estrutura social. O conceito de mentalidade, para Chartier, articula modalidades de relação com o mundo social – através de uma realidade contraditoriamente construída pelos diferentes grupos – ou de práticas que fazem reconhecer uma identidade social e exibir uma maneira própria de estar no mundo, e instâncias coletivas (ou representantes) que perpetuam a existência de um grupo ou comunidade¹⁶.

É através da problemática do mundo como representações, “moldado” a partir de uma série de discursos, que se permite refletir sobre o modo como a realidade pode ser apropriada. Destaca-se aqui a importância de “compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo”¹⁷. Assim, o texto passa a ser visto como uma mediação. A leitura seria, então, um ato concreto que requer um processo de construção de sentido e de interpretação. A produção de sentido do texto para o leitor caracteriza-se por uma “relação móvel, diferenciada, dependente de variações, simultâneas”¹⁸ que aponta para uma diversidade de leituras. A idéia de que os textos estariam dotados de um “sentido intrínseco, absoluto, único”, em Chartier, já se encontra ultrapassada e a ruptura deste pensamento conforma a compreensão de que o sentido é construído através de um processo e de práticas plurais e contraditórias que conferem significado ao mundo¹⁹.

Ademais, Chartier rompe com o conceito de “sujeito universal”, em que o homem seria dotado de razão e de propriedades universais a todos os indivíduos, e o inscreve em um processo a longo prazo “caracterizado pela transformação do Estado e das relações entre os homens”²⁰. Ao estabelecer relações entre os acontecimentos, as relações sociais seriam construídas e não apenas repassadas ou transmitidas. As estruturas do mundo social são

¹³ Ibidem

¹⁴ Idem, 19

¹⁵ Idem, 21

¹⁶ Idem, 23

¹⁷ Idem, 24

¹⁸ Idem, 26

¹⁹ Idem 27

²⁰ Idem, 25

“historicamente” produzidas pelas práticas articuladas seja de cunho político, social e discursivo²¹. E num espaço de trabalho entre textos e leituras, o intuito é compreender as práticas, “complexas, múltiplas, diferenciadas, que constroem o mundo como representação”²². Logo, fazer uma análise das representações coletivas envolve também analisar as ligações entre essas representações.

Chartier põe em questão a construção consciente de um espírito individual que se opõe à mentalidade coletiva que “rege as representações e juízos dos sujeitos sociais”²³. A relação entre a consciência e o pensamento é colocada de uma forma nova, uma vez que embora os “conteúdos de pensamento” sejam enunciados individualmente, “os condicionamentos não conscientes e interiorizados” de um grupo ou de uma sociedade fazem com que sejam partilhados um sistema de representações de valores em comum²⁴.

As idéias são captadas ou “apreendidas” por meio da circulação de palavras enraizadas e socialmente contextualizadas que se tornam “uma das forças coletivas pelas quais os homens vivem o seu tempo. O autor define o conceito de “visão de mundo”, segundo Lukacs, a fim de abordar a articulação entre os pensamentos e o social. Compreendido como “um conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que reúne os membros de um mesmo grupo e os opõe aos outros grupos”²⁵, a concepção de visão de mundo permite atribuir um significado e uma “posição social” aos textos. Chartier fala em “encarnação da idéia”, seus significados e o uso que dela faz de forma não isolada dos meios sociais onde se “enraíza”²⁶. A noção de visão de mundo, segundo o autor, permite que um grupo social em um momento histórico descrito em certas condições sócio-políticas partilhe um sistema ideológico.

Como uma forma de renúncia a um projeto de “história total”, o problema está agora nas articulações de segmentos sociais delimitados, numa escala reduzida, que podem ser compreendidas “sem redução determinista”, as relações entre os sistemas de crenças, de valores e representações²⁷.

O sociólogo brasileiro Michel Misse dialoga com os questionamentos desta escola²⁸ ao contestar a idéia de sujeito universal de cunho generalizador, privilegiando a necessidade de compreendê-lo tendo em consideração o contexto sócio-político e econômico em que se

²¹ Idem, 27

²² Idem, 28

²³ Idem, 41

²⁴ Ibidem

²⁵ LUKACS *apud* CHARTIER, 1988, 47

²⁶ Idem, 48

²⁷ Idem, 53

insere. A renúncia a um projeto de história totalizadora homogeneizante dá lugar a representações de diferenças e articulações de segmentos sociais a uma escala reduzida e de visões particulares. A recusa de uma história global transfere os esforços para avançar nas “fronteiras”, nas margens em meio a uma sociedade favorecida pela generalização, “dotada de poderosos meios centralizadores”²⁹.

É por este caminho que percorre o pensamento de Misse ao traçar o conceito de sujeição criminal (e a questioná-lo a partir dos usos sociais e de sua reprodução) como uma forma de simplificar e reduzir a complexidade de um indivíduo, através da denominação de “bandido”. O significado que “a sujeição criminal adquiriu na história social” do Rio com as diversas classificações atribuídas a malandros, marginais e vagabundos³⁰, são muito mais do que rótulos ou apenas estereótipos, elas vão além ao serem “representações consistentes de tipos sociais historicamente datados”. E é a esta atribuição superficial à noção de um tipo social que reduz todas as características individualizadoras e identitárias do sujeito que Misse se posiciona de forma crítica.

Esta atribuição social incide sobre a identidade do indivíduo e tem por base a seleção da sujeição criminal em camadas de estratificação social. Para ele, um tipo social, um “clichê discriminante”, vai mais além, pois existe na representação social e exprime relações sociais.

A compreensão acerca do crime como um acontecimento social e não individual define-se na esfera pública, segundo o autor, e não está no evento em si, mas na relação social que o interpreta. A associação causal que o sociólogo questiona entre pobreza e crime se fundamentam em pilares de valores universais e moldam uma representação dominante de que a pobreza pode “conduzir ao crime”.

Outro ponto que deve ser destacado ao considerarmos as contribuições da nova história é o questionamento que se faz quanto a separação radical entre produção e consumo ou recepção – segundo o qual as idéias seriam independentes da sua apropriação por um sujeito ou um grupo de sujeitos. Nesta nova abordagem, segundo Chartier, é introduzida a noção de interpretação. “A obra só adquire sentido através da diversidade de interpretações que constroem as suas significações”³¹ e escapa à passividade e permite a reapropriação.

É necessário lembrar que todo o texto é o produto de uma leitura, uma construção do leitor: “este não toma nem o lugar do autor nem um lugar de autor. Inventa nos textos uma coisa diferente daquilo que

²⁸ A referida é a *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, EHESS (Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais), na França, onde Misse realizou parte de sua tese de doutorado no período que compreendeu os anos de 1996 e 1997.

²⁹ Le Goff, 1995, 35

³⁰ Tema de sua tese de doutorado. Ver em referência bibliográfica.

³¹ 1988, 59

era a ‘intenção’ deles. (...) Combina os seus fragmentos e cria o desconhecido no espaço organizado pela capacidade que eles possuem de permitir uma pluralidade indefinida de significações”³².

Desta forma, os textos podem ser concebidos como um “espaço aberto a múltiplas leituras” e não como entidades com significados em termos universais, “mas presos na rede contraditória das utilizações que o constituíram historicamente”³³. A escrita passa a ser uma “leitura de outra escrita”, isto é, no cruzamento de uma intenção (dos autores) com uma leitura (do público). A relação do texto com as leituras individuais ou coletivas que o constroem o constituem como representações do real. Este é o eixo central posto em questão: a oposição entre realidade e representação.

Nenhum texto – mesmo aparentemente mais documental, mesmo “objetivo” (...) – mantém uma relação transparente com a realidade que apreende. O texto, literário ou documental, não pode nunca anular-se como texto, ou seja, como um sistema construído consoante categorias, esquemas de percepção e de apreciação, regras de funcionamento, que remetem as suas próprias condições de produção. A relação do texto com o real (que pode talvez definir-se como aquilo que o próprio texto apresenta como real, construindo-o como um referente situado no seu exterior) constrói-se segundo modelos discursivos e delimitações intelectuais próprios de cada situação de escrita. (...) O real assume assim um novo sentido: aquilo que é real, efetivamente, não é (ou não é apenas) a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira como ele a cria, na historicidade da sua produção e na intencionalidade da sua escrita.³⁴

O advento da imprensa, em Le Goff (1984)³⁵, revolucionou a memória ocidental, uma vez que com o impresso, o leitor é confrontado com uma “memória coletiva” que extrapola ou exterioriza a “memória individual”. A conceituação de memória coletiva, segundo Pierre Nora, compreende o “que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”³⁶. Para Le Goff, a evolução do mundo contemporâneo – sob a pressão da “história imediata” fabricado pelos meios de comunicação – segue em direção a um “mundo acrescido

³² Idem, 61

³³ Ibidem

³⁴ Idem, 63

³⁵ LE GOFF, J. “Memória”. In: *Enciclopédia*, Porto, Ed Einaudi. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. Vol.I

³⁶ NORA *apud* LE GOFF, 1984, 44

de memórias coletivas”³⁷. Um grande aspecto da história dita nova é a renúncia de uma temporalidade linear ao abrir espaço aos “tempos vividos múltiplos” em que o individual se enraíza no social e no coletivo.

A memória é um elemento de identidade, tanto individual ou coletiva, como propriedade de conservar certas informações e de impressões representadas como passadas. O processo de memória no homem intervém na ordenação dos vestígios, bem como na releitura desses vestígios³⁸. Segundo o autor, a memória coletiva não é somente uma conquista, ela constitui também um “instrumento e um objetivo de poder”. “Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”³⁹. E cabe aos jornalistas entre outros profissionais que Le Goff sustenta (historiadores e sociólogos) como sendo “profissionais científicos da memória” a lutar pela democratização da memória social.

Em história, o fato não é a base essencial de objetividade, pois os fatos históricos são “fabricados e não dados”. Elaborar um fato é ao mesmo tempo construí-lo, e “a objetividade não é a pura submissão aos fatos”⁴⁰. O autor chama a atenção para uma consequência da limitação histórica ao singular que consiste em “privilegiar o papel dos indivíduos”⁴¹.

Na medida que o passado depende parcialmente do presente, na história contemporânea, “o passado é apreendido no presente e responde (...) aos seus interesses”⁴². O modo como os meios de comunicação constroem o acontecimento também é levado em conta:

O discurso da informação para os novos media, contém perigos. (...) “Se a imprensa é o lugar de uma multiplicidade de modos de construção (...) assegurarão a homogeneização e do imaginário social”⁴³.

A fim de trazer para o presente este legado – a história como prática e método –, cabe aqui aproximar estas visões para o campo jornalístico. Os textos escritos ou as notícias podem e devem ser concebidos como espaços abertos a variadas leituras e interpretações. Eles não possuem significados universais e absolutos e se relacionam não só com as leituras individuais como as coletivas que os constroem como possibilidades de representações do real.

³⁷ Idem, 44

³⁸ Idem, 11

³⁹ Idem, 13

⁴⁰ LE GOFF, J. “História”. In: *Enciclopédia*, Porto, Ed Einaudi. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. Vol I, 168

⁴¹ Idem, 169

⁴² Idem, 181

⁴³ Idem, 243

3. O PAPEL DO JORNALISMO NA ESFERA PÚBLICA

O jornalismo tem um papel fundamental no espaço público para garantir a visibilidade de questões que envolvem a democracia e os direitos humanos. Ao circular por inúmeras esferas sociais, o jornalismo trata publicamente de questões provenientes de diversos fluxos comunicativos e contribui para organizar os acontecimentos contemporâneos, dando-lhes alguma coerência.

A imprensa tornou-se um “fórum-chave” (THOMPSON, 2002), do debate crítico e político na esfera pública. Esta, por sua vez, atua, segundo Habermas, como arena na formação da vontade coletiva, pois é o espaço do debate e do embate dos diversos atores da sociedade. E é sempre por intermédio do debate público que as questões se tornam públicas, possibilitando assim que os cidadãos exerçam a função de crítica e controle sobre o Estado. A mídia assumiu, ao longo das últimas décadas, uma privilegiada condição de palco contemporâneo neste debate.

A partir das relações sociais que são construídas entre os homens no espaço público contemporâneo, o sentido da cidadania vai sendo constituindo. Ela marca a entrada do sujeito no espaço público, lugar onde convivem e se manifestam pluralidades a partir de uma dimensão de conflitos de cunho social, político e moral. A cidadania é uma afirmação de igualdade num equilíbrio de direitos e deveres, e é vista como a possibilidade de articulação entre igualdade e diferença no espaço público.

A partir da mudança estrutural da esfera pública, surge o conceito de opinião pública, o qual dará o “verdadeiro sentido de existência para os jornais”. O público leitor e consumidor dos jornais é constantemente influenciado por uma realidade artificialmente criada pela imprensa. De acordo com a teoria do *newsmaking*, o jornalismo está longe de ser o espelho do real, e é antes uma construção social de uma suposta realidade.

“A imprensa não reflete a realidade, mas ajuda a construí-la e o jornalista é um ativo participante na construção desta realidade”. Para Perseu Abramo (2006), a imprensa funciona como agente modelador do conhecimento a partir do uso de estereótipos com o objetivo de simplificar e distorcer o entender da realidade. O jornalismo está envolvido profundamente na dinâmica social. Mesmo seguindo certos padrões de construção dos acontecimentos, o jornalismo como a representação da realidade reflete a maneira que os diversos segmentos sociais se organizam e se relacionam.

Ainda há muito a ser feito, principalmente na cobertura de temas relacionados aos direitos humanos no Brasil, muitas vezes ainda nem vistos como direitos. A cobertura de direitos humanos pode ter avançado mas não há profundidade nas abordagens, e este é um

trabalho de responsabilidade dos jornalistas de diferentes áreas e editorias. Tivemos alguns avanços, no entanto, ainda há uma carência de conhecimento sobre o tema.

Acerca do papel do jornalismo na esfera pública da contemporaneidade na promoção da cidadania e dos direitos humanos, destaca-se a pesquisadora Adélia Barroso Fernandes⁴⁴ (2002) que afirma ser indiscutível o papel do jornalismo para a visibilidade das questões que envolvem direitos humanos e cidadania. O jornalismo pode ser visto como espaço público de maior visibilidade dos discursos plurais da sociedade, especialmente as mudanças de concepção de cidadania e de direitos humanos na democracia contemporânea.

Para Adélia, o jornalismo faz parte do processo de circulação discursiva em um espaço público que amplia os temas da sociedade – o jornalismo, portanto tem acesso às questões tratadas publicamente que são derivadas do confronto dos diversos fluxos comunicativos. A pesquisadora cita Habermas, uma vez que esses fluxos comunicativos partem não só da vida cotidiana, do mundo, mas também das organizações estatais e econômicas⁴⁵.

Em seu artigo, a autora considera que o jornalismo não deixa de ser um espaço público central capaz de mostrar diversos aspectos da complexa sociedade atual, além de proporcionar um entendimento mais geral do que ocorre nas inúmeras esferas sociais. Poder-se-ia dizer que o jornalismo contribui para organizar os acontecimentos contemporâneos, dando-lhes alguma coerência.

O sentido da cidadania estabelecida a partir das relações sociais construídas entre os homens no espaço público contemporâneo é erguido em meio a disputas de diversos grupos sociais que pretendem “conferir às suas demandas um valor que seja respeitado pelos outros componentes da sociedade”.

Assim, destaca-se o conceito de cidadania referente à “condição de um indivíduo, membro de uma comunidade e de um Estado, com os quais ele tem uma relação de direitos e deveres”⁴⁶. O termo “cidadão” tornou-se sinônimo de homem livre, portador de direitos e obrigações assegurados por lei. A extensão da cidadania incorporou como cidadãos na sociedade novos atores sociais e, conseqüentemente, novos direitos. Ao jornalismo cabe acompanhar tais mudanças à medida que esses “novos atores entram em cena” e geram novas demandas de direitos. O Estado passa a ser o agente que promove as garantias de direitos, como a saúde, moradia, educação e trabalho.

⁴⁴ Do Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH), em seu artigo intitulado *Jornalismo, cidadania e direitos humanos: uma relação reflexiva no espaço público*, Trabalho apresentado no Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, pelo INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. Setembro/2002.

⁴⁵ HABERMAS *apud* ADELIA, 2002, 1

O autor Liszt Vieira⁴⁷ define a cidadania como constituída por direitos passivos de existência, legalmente limitados, como também por direitos ativos que propiciam a capacidade de influenciar o poder político. Para Vieira, “a cidadania é uma afirmação de igualdade, equilibrando-se direitos e deveres dentro de certos limites”⁴⁸. Ele cita a concepção para o sociólogo Janoski:

Cidadania é a pertença passiva de indivíduos em um Estado-nação com certos direitos e obrigações universais em um específico nível de igualdade.⁴⁹

Para a pesquisadora Barroso, em vez de uniformizar o discurso sobre a cidadania, a democracia contemporânea acaba por revelar diferentes realidades da sociedade e abre possibilidades de organizações setoriais da sociedade, criando espaços autônomos, que apelam ao Estado para incorporar novas demandas sociais. A cidadania pode assim ser compreendida como a possibilidade de articulação entre igualdade e diferença no espaço público. Os direitos são práticas, discursos e valores que revelam o modo como igualdades e diferenças são configuradas no cenário público. E a cidadania refere-se à entrada do sujeito neste espaço público, lugar onde convivem e se manifestam pluralidades a partir de uma dimensão de conflitos sociais, políticos e morais.

O jornalismo que atua no espaço público de grande visibilidade na contemporaneidade é o lugar central onde os movimentos apresentam suas demandas e questionamentos. Mais uma vez, a noção de cidadania não se limita apenas ao sentimento de pertencimento a uma nação ou a uma comunidade ou a um projeto da sociedade moderna; a definição perpassa pela capacidade desses novos atores de articularem demandas e apresentarem soluções.

Nesse momento, vale realizarmos um pequeno retrospecto para definir a noção de espaço público: os espaços públicos são pontos de conexão entre as instituições políticas e as demandas coletivas, entre as funções do governo e a representação de conflitos. Na obra de Vieira, a emergência da esfera pública autônoma de argumentação e debate é central para o projeto de modernidade. De acordo com o autor, a esfera pública atua, segundo Habermas, como arena na formação da vontade coletiva, é o espaço do debate público e também do embate dos diversos atores da sociedade. O espaço público pode ser entendido como uma

⁴⁶ Idem, 2

⁴⁷ VIEIRA, Liszt. “Os argonautas da cidadania – A sociedade civil na globalização”. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

⁴⁸ Idem, 35

⁴⁹ JANOSKI *apud* VIEIRA, 2001, 34

“arena de discurso, local onde se realiza a interação intersubjetiva de cidadãos conscientes, solidários e participativos”⁵⁰.

O espaço público (...) permite a institucionalização das pluralidades nas sociedades civis modernas e a possibilidade de consenso mediante procedimentos comunicativos exercidos na esfera pública (...). A esfera pública, enfim, é a instância geradora de decisões coletivas e legitimadora da democracia.⁵¹

Thompson⁵² (2002), também discute o conceito habermasiano de esfera pública: “entre o domínio da autoridade pública, de um lado, e o domínio privado da sociedade civil e da esfera íntima, de outro, emergiu uma nova esfera do ‘público’: uma esfera pública burguesa que consiste de indivíduos privados que se juntaram para debater, entre eles e com as autoridades do estado, sobre a regulação da sociedade civil e a condução do estado”⁵³. A imprensa se tornou um “fórum-chave” do debate crítico político, com uma discussão permanente, além de crítica das atividades do Estado.

Com o ingresso de novos grupos na esfera pública e a conseqüente expansão dos direitos da cidadania na modernidade, não é mais possível imaginar um espaço público homogêneo e politicamente igualitário. O modelo de Habermas acaba por ampliar o âmbito da atividade política com os “influxos comunicativos” provenientes da sociedade civil.

Uma esfera pública democrática, segundo Liszt Vieira, requer uma vida associativa livre com a regulação da mídia e do mercado. “A democracia exige uma cultura política cultivada na liberdade”⁵⁴, afirma. Esta cultura política é possível ser compartilhada, uma vez que a sociedade multicultural só se mantém unida se a cidadania democrática não se limitar à visão liberal dos direitos políticos. Os grupos excluídos poderiam ser compensados à medida que políticas diferenciadas sejam debatidas publicamente. “É sempre por intermédio do debate público que as questões se tornam públicas, possibilitando que os cidadãos exerçam a função de crítica e controle sobre o Estado”⁵⁵.

Thompson⁵⁶ discute a interação social e o advento e desenvolvimento da comunicação de massa. Tal desenvolvimento transformou a natureza da interação social, devido ao surgimento dos novos meios técnicos que tornou possível novas formas de interação social. Criaram-se, assim, novos focos e situações para a ação e interação, favorecendo uma

⁵⁰ HABERMAS *apud* VIEIRA, 2001, 64

⁵¹ *Ibidem*

⁵² THOMPSON, J.B. “Ideologia e Cultura Moderna – Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa”. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. 6ª Edição.

⁵³ *Idem*, 145

⁵⁴ VIEIRA, 2001, 87

⁵⁵ *Ibidem*

⁵⁶ No capítulo “Para uma teoria social da comunicação de massa”. *Idem*, 287.

reestruturação das relações sociais existentes e as instituições e organizações das quais fazem parte. Em virtude do distanciamento, o desenvolvimento dos meios técnicos separa a interação social do local físico e possibilita que as pessoas interajam umas com as outras, mesmo sem compartilhar uma “situação espaço-temporal comum”.

Felipe Pena⁵⁷ (2006) aponta para a privilegiada condição de palco contemporâneo do debate público assumida pela mídia, em que as representações substituem a realidade. Mas, no entanto, um assunto exposto na esfera pública pode não necessariamente ser de interesse público, ele pode estar forjado para moldar o gosto do público e “agendar” seus debates⁵⁸.

Pena destaca que através da mídia e das novas tecnologias é possível criar novos sentidos de comunidade – uma comunidade sem-lugar que independe do local. “O homem comum não se informa mais pelos relatos da praça, mas sim pelo que os mediadores do novo espaço público trazem até ele. Daí a nossa responsabilidade”⁵⁹. A partir da mudança estrutural da esfera pública, outro conceito foi se firmando, a opinião pública, que vai dar o “verdadeiro sentido de existência para os jornais”.

Perseu Abramo⁶⁰ (2006) analisa o significado político da manipulação na grande mídia. Segundo o autor, o jornalismo brasileiro tem como principal característica a manipulação da informação que, conseqüentemente, acaba por não refletir a realidade – apenas mantém uma relação indireta a ela – e a distorce. É o que denomina de “realidade artificial”, pois é criada e desenvolvida pela imprensa e apresentada no lugar da “realidade real”.

Assim, a sociedade que conforma o público leitor consumidor dos jornais é cotidiana e sistematicamente colocada diante de uma realidade artificialmente criada pela imprensa e que se contradiz. E a maior parte dos indivíduos se move em um mundo que não existe e que foi artificialmente criado para ele justamente a fim de que ele se mova nesse mundo irreal⁶¹.

Este pensamento vai de encontro com Pena, que de acordo com a teoria do *newsmaking*, o jornalismo está longe de ser o espelho do real, é antes uma construção social de uma suposta realidade⁶². Assim sendo, baseado neste modelo teórico, a imprensa não reflete a realidade, mas ajuda a construí-la. A partir do trabalho de enunciação os jornalistas produzem os discursos – submetidos a pressões sociais – que são as notícias. Elas possuem

⁵⁷ PENA, Felipe. “Teoria do Jornalismo”. São Paulo: Editora Contexto, 2006, 33

⁵⁸ Idem 29

⁵⁹ Idem, 31

⁶⁰ ABRAMO, Perseu. “Padrões de Manipulação na grande imprensa”. São Paulo: Ed Fundação Perseu Abramo, 2006.

⁶¹ Idem, 24

⁶² PENA, 2006, 128

uma lógica interna de produção planejada como uma “rotina industrial”⁶³. Embora o jornalista seja um ativo participante na construção da realidade, ele não goza de total autonomia em sua prática profissional e está submetido a um planejamento produtivo. O *newsmaking* também aborda os critérios usados para definir quais acontecimentos são significativos e relevantes para serem transformados em notícia – os critérios de noticiabilidade.

Em Abramo, são identificados os padrões de manipulação. O autor realça que “a gravidade do fenômeno decorre do fato de que ele marca a essência do procedimento geral do conjunto da produção cotidiana da imprensa”⁶⁴. Entre as formas usuais de manipulação na produção jornalística, a *ocultação* é citada no que se refere à ausência dos fatos reais na produção da imprensa. O que ele considera um “deliberado silêncio” sobre alguns fatos.

Acerca do fato jornalístico, Abramo ressalta que o “jornalístico” faz parte da relação que o jornalista decide estabelecer com a realidade. “E o que vai tornar jornalístico um fato independe das suas características reais intrínsecas, mas depende, sim, das características do órgão da imprensa, da sua visão de mundo, da sua linha editorial”⁶⁵.

Um segundo padrão de manipulação a ser destacado é o da *fragmentação*, que não só seleciona aspectos do fato e os descontextualiza. Segundo Abramo, “o todo real é estilhaçado, despedaçado, fragmentado em milhões de minúsculos fatos particularizados, na maior parte dos casos desconectados entre si”⁶⁶. Esta descontextualização do fato faz com que a informação perca o seu significado original.

Outro padrão utilizado pela imprensa, segundo Abramo, é a *inversão* – o reordenamento das partes – que acaba por conferir a versão que tem o órgão de imprensa acerca do fato, muitas vezes sustentando versões contraditórias. Neste contexto, a mídia realiza uma inversão da informação pela opinião e, assim, o juízo de valor é utilizado como se fosse um “juízo de realidade”.

Abramo conclui que o fato, ao contrário do que deveria ser, é apresentado ao leitor escolhido de forma arbitrária, fragmentado, com seus aspectos descontextualizados, reordenados invertidamente quanto a sua relevância, papel e significado, e ainda tendo suas partes reais substituídas por versões baseadas no opinativo⁶⁷. Esta distorção da realidade submete a população a uma condição de excluída da possibilidade de ver e compreender o

⁶³ Idem, 129

⁶⁴ ABRAMO, 2006, 25

⁶⁵ Idem, 26

⁶⁶ Idem, 27

⁶⁷ Idem, 32

real, e, ademais, é induzida a consumir uma realidade artificialmente inventada⁶⁸. Esta indução que leva o leitor a ver uma outra realidade (muitas vezes oposta), segundo Abramo, resulta da manipulação dos meios de comunicação.

Levando em consideração a teoria do agendamento, Pena ressalta, em sua obra, que “a mídia nos diz sobre o que falar e pauta nossos relacionamentos”⁶⁹. Ele cita Walter Lippman que sugere uma relação causal entre a agenda midiática e a agenda pública. De acordo com a perspectiva de Lippman, a imprensa funciona como agente modelador do conhecimento a partir do uso de estereótipos a fim de simplificar e distorcer o entender da realidade⁷⁰.

Segundo este modelo teórico do agendamento, os leitores ou consumidores de notícias consideram mais importantes os assuntos veiculados na imprensa, fazendo com que os meios de comunicação agendem suas conversas. A ação da mídia no conjunto de conhecimentos sobre a realidade social forma a cultura e age sobre ela. “A influência da mídia é admitida na medida em que ajuda a estruturar a imagem da realidade social, a longo prazo, a organizar novos elementos dessa mesma imagem, a formar opiniões e crenças novas”⁷¹.

De acordo com o pensamento acerca da manipulação dos meios de comunicação, Abramo problematiza o uso abusivo de determinadas fontes enquanto outros pontos de vista são rechaçados com o intuito de criar uma relação dual maniqueísta entre o *Bem* e o *Mal*.

Alguns personagens jamais aparecem em muitos órgãos de comunicação, enquanto outros comparecem abusivamente, à saciedade, com uma irritante e enjoativa frequência. Alguns aspectos são sistematicamente lembrados na composição das matérias sobre determinados grupos sociais, mas igualmente evitados de forma sistemática quando se trata de outros. Depois de distorcida, retorcida e recriada ficcionalmente, a realidade é ainda assim dividida pela imprensa em realidade do campo do *Bem* e realidade do campo do *Mal*, e o leitor/espectador é induzido a acreditar não só que seja assim, mas que assim será eternamente, sem possibilidade de mudança.⁷²

Mais uma vez retornando ao pensamento de Felipe Pena, ao explicar a teoria dos definidores primários⁷³, no que consiste na idéia de que o poder das fontes pode influenciar de forma decisiva na construção e no rumo das notícias. As distorções não seriam resultado

⁶⁸ Idem, 33

⁶⁹ PENA, 2006, 142

⁷⁰ LIPPMAN *apud* PENA, Ibidem

⁷¹ Idem, 145

⁷² ABRAMO, 2006, 34

⁷³ PENA, 2006, 153

apenas da influência dos jornalistas, mas também na sujeição às opiniões das fontes que, geralmente, possuem posições institucionalizadas que poderão impor-se como referência às futuras coberturas.

E dessa forma, a mídia estaria assim reproduzindo a ideologia dominante e perpetuando o *status quo*. “Os meios de comunicação tendem a priorizar as opiniões dominantes, ou melhor, as opiniões que parecem dominantes, consolidando-as e ajudando a calar as minorias (na verdade, maiorias) isoladas. Assim, as opiniões que parecem consensuais se perpetuam, pois a maioria silenciosa não se expressa e não é ouvida pela mídia, o que leva à conclusão de que o conceito de opinião pública está distorcido”⁷⁴.

Muitas vezes, o conteúdo das notícias é imposto aos jornalistas pelos dirigentes das empresas de comunicação que está condicionado pela estrutura macroeconômica. Nelson Traquina, citado por Pena em seu livro, relaciona fatores que tentam explicar a submissão do jornalismo aos interesses do sistema capitalista, são algumas: a própria estrutura de propriedade das empresas jornalísticas; a natureza capitalista; e, a dependência dos jornalistas das fontes governamentais e empresariais⁷⁵.

Segundo Abramo, o significado político da manipulação deve-se em parte pelo fato dos principais órgãos de comunicação no Brasil serem, em sua maioria, empresas de propriedade privada. No entanto, a ambição do lucro – devido à lógica econômica do capitalismo a que estão submetidos – não é capaz de explicar por si só esta distorção da realidade e de conteúdo. Mas também, insere-se neste contexto a lógica da política, do poder. Abramo afirma, portanto, que os órgãos de comunicação se transformaram em “novos órgãos de poder” de cunho político-partidários, e por isso, a necessidade de recriar a realidade a fim de exercer o poder a partir da manipulação de informações⁷⁶. Estes meios de comunicação não são partidos políticos, mas sim agentes partidários e deixam de ser instituições da sociedade civil para se tornar instituições da sociedade política. E assim, fazem a intermediação entre a sociedade civil e o estado, o poder⁷⁷.

(...) é assim que os órgãos de comunicação se relacionam com os leitores, isto é, com a sociedade, com a população. Recriando a realidade à sua maneira e de acordo com os seus interesses político-partidários, os órgãos de comunicação aprisionam os seus leitores nesse círculo de ferro da realidade irreal, e sobre ele exercem todo o seu poder (...).⁷⁸

⁷⁴ Idem, 156

⁷⁵ TRAQUINA *apud* PENA, 2006, 147

⁷⁶ ABRAMO, 2006, 44

⁷⁷ Idem, 46

⁷⁸ Idem, 47

Ao citar Traquina, a pesquisadora Adélia Barroso aponta que o foco da notícia deveria ser o interesse do cidadão comum, dos grupos que lutam por direitos humanos e não apenas os interesses dos políticos e dos grupos detentores do poder econômico.

Em artigo de Verônica Almeida⁷⁹ (2008), apesar de haver um avanço significativo da cobertura dos temas relacionados aos direitos humanos no Brasil, ainda há muito a ser feito. Este assunto, segundo a autora, tende a ser responsabilidade de repórteres de diferentes áreas, embora muitas vezes não sejam tratados como direitos. Em geral, as matérias não tratam os direitos sociais como direitos humanos. Almeida atribui esse aspecto à falta de conhecimento sobre o tema. Apesar da cobertura de direitos humanos ter avançado, como aponta a autora, a falta de profundidade nas abordagens é muito recorrente. Isso se deve ao olhar do profissional de imprensa que, muitas vezes, está modelado por referenciais sócio-culturais associados à sua experiência de vida e a sua visão pessoal atrelada à reprodução do discurso de um determinado grupo social a que está inserido.

O espaço do jornal deve ser público e garantir visibilidade a temas e propostas advindos da sociedade, é a noção de “jornalismo ativo”. A pesquisadora Adélia Barroso pensa o jornalismo profundamente envolvido na dinâmica social. Para ela, a representação jornalística da realidade, mesmo seguindo certos padrões de construção dos acontecimentos, reflete a maneira como os diversos segmentos sociais estão organizados e se relacionam. O jornalismo não é e nem deve ser uma instância separada da sociedade.

O jornalismo, mesmo sem aprofundar-se, obviamente, nas discussões filosóficas, políticas e históricas que envolvem as questões dos direitos humanos, mesmo sendo, muitas vezes, superficial e retrógrado numa ou outra abordagem, traz à cena pública novos atores sociais, e uma nova maneira de olhar e reconhecer conflitos e incertezas que os envolvem, e as tentativas de mudar os padrões vigentes de desigualdade em que se acham. O jornalismo torna-se, assim, um espaço público fundamental para a democracia e para os direitos humanos.⁸⁰

⁷⁹ ALMEIDA, Verônica. “A mídia e os Direitos Humanos”. In: *Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo*. CANELA, Guilherme (org) São Paulo: Ed Cortez e ANDI (Agência de Notícias dos Direitos das Crianças), 2008. 1ª Edição. Pp: 254-263.

⁸⁰ BARROSO, 2002, 11

4. CRIME E VIOLÊNCIA

Este capítulo se subdivide em três itens para se pensar a problemática do crime e da violência: acerca das representações que se faz das favelas e dos criminosos; as intervenções policiais e o “problema da (in)segurança pública”.

A favela muitas vezes representada pelo imaginário social como um lugar da desordem, foco de doenças e reduto de malandros passou a também ter uma visão incorporada de que lá seria um habitat das classes perigosas a partir do momento da inserção do mercado ilícito de drogas, na década de 80.

O aumento da criminalidade violenta, em muitos casos, associa-se aos grupos armados que monopolizam os mercados ilegais de drogas. A favela como meio marginal capaz de “produzir bandidos” e os seus moradores como um segmento potencialmente criminoso são algumas das muitas representações construídas pela opinião pública a respeito do que se pensa ser uma favela.

A proximidade da pobreza relaciona também a perspectiva da ampliação do risco de um cidadão comum tornar-se “mais uma vítima da violência”. Aos efeitos da experiência coletiva do crime soma-se a idéia de sofrimento podendo ser evitado, no que se refere a vítima e o criminoso como desumano, que redundam no medo causado pelo crime.

Outro aspecto a ser abordado neste capítulo é o trabalho policial que não se reduz à lógica da repressão. São pontos de discussão a dificuldade no uso da força comedida e as diferenças da atuação da polícia evidenciadas dentro e fora das favelas sob o consenso de que “no morro todos são suspeitos”.

As definições de um elemento suspeito para a polícia refletem as desigualdades sociais existentes no âmbito da sociedade. Isto leva a ampliação de demandas por repressão à criminalidade violenta deixando de lado a preocupação da proteção de direitos humanos conferidos aos cidadãos. As políticas de segurança pública são aplicadas de forma territorializada e não direcionadas a grupos sociais, e sim, a áreas urbanas tidas como perigosas.

4.1 Os autores e suas representações da favela e do criminoso

O “problema favela” se complexifica nos anos 80, período que marcou a entrada do tráfico de entorpecentes, principalmente a cocaína no Rio. Esta nova complexidade destaca-se com a maior evidência de grupos dedicados a este comércio ilícito e não apenas os banqueiros do jogo do bicho.

Nos últimos anos tem ocorrido um processo de valorização do “problema favela”, principalmente pelo poder público, que vem sendo imposta mais a partir de um “transbordamento das conseqüências da violência, que hoje atinge a cidade como um todo” do que o interesse em defender os direitos dos “excluídos” (BURGOS, 2007)⁸¹. A violência produzida pelas vertentes armadas do tráfico, que se espalharam e ultrapassaram os limites da favela, tem forçado um debate mais amplo e aprofundado acerca do modelo de cidade que se quer para o Rio de Janeiro.

Os efeitos acumulados do desconhecimento e da falta de políticas estratégicas de segurança, segundo Zaluar⁸², é o reforço do medo e dos preconceitos. As quadrilhas de traficantes acabaram por introduzir um problema inesperado: “o aumento da criminalidade violenta, que em algumas cidades duplicou e em outras triplicou, além do desafio apresentado pelo novo poder militar do crime organizado”⁸³. A autora explica que no caso brasileiro, não é possível dizer que o medo seja apenas uma criação do imaginário ou até mesmo decorrente da recepção passiva das mensagens transmitidas pela mídia – é indiscutível o aumento dos crimes violentos entre “os adolescentes, em sua maioria, assassinados provavelmente por outros jovens da mesma idade e por policiais corruptos”⁸⁴.

Os pobres seriam as principais vítimas desta “onda de criminalidade violenta”, tanto pela ação da polícia ou de outros delinquentes. Acerca da corrupção que muitas vezes envolve a polícia, Zaluar explica que policiais corruptos agem como grupos de extorsão ou rotulados como “grupos de extermínio”, mas que muitas vezes suas ações não são muito distintas dos métodos utilizados por traficantes ou assaltantes.

A sociedade brasileira constrói uma série de classificações sobre a favela e os grupos que residem nela, os “favelados”. Estas categorizações são muito associadas às idéias de marginalidade, periculosidade, delinquência e falta de higiene. Alessandra Rinaldi, em artigo *Marginais, delinquentes e vítimas*⁸⁵ acerca do estudo sobre a representação da categoria do favelado, afirma que a idéia recorrente da sociedade é que a favela seria um lugar de grande perigo, porque ela não “confirma as expectativas normativas ideais que essa sociedade formulou” e foge ao padrão social. Ao não representar os valores ideais deste padrão e constituir-se como uma espécie de ameaça ao esquema da estrutura social, a favela passa a ser vista como algo a ser evitado, e logo, como perigosa.

⁸¹ BURGOS “Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro“, In: “*Um século de favela*”, ZALUAR et alii, 2006, 44

⁸² ZALUAR et alii. “Um século de favela”, RJ: 2006. 5a edição

⁸³ ZALUAR, 2006, 212

⁸⁴ Idem, 214

⁸⁵ In ZALUAR et alii, “*Um século de favela*”, 2006, 306

Esta idéia de perigo formada também se acrescenta a idéia de lugar sem ordem, uma ameaça a esta ordem vigente e àqueles que não se incluem nela. Para a autora, o comportamento dos “favelados” seria visto como poluente e até mesmo capaz de oferecer perigo aos que não são da favela, já que se inclui na concepção de que seriam “ladrões, bandidos, assaltantes, delinquentes, marginais, violentos e perigosos”⁸⁶.

Logo, ser um morador de favela parece que traz consigo um estigma, a “marca do perigo”, ou uma espécie de identidade social pautada pela idéia de pobreza, miséria, família desagregada e, por conseguinte, de criminalidade. Estas imagens que constituem o senso comum construído pela sociedade e pelos “cidadãos de bem” são realimentadas e reproduzidas pelos veículos de informação, a mídia, que trazem notícias sobre o “morro” do ponto de vista negativo, enfatizando apenas a favela como locus do tráfico de drogas e da violência.

(...) Como esse rótulo genérico é atribuído aos moradores indistintamente, todos eles são considerados perigosos, capazes de, a se relacionarem com as “pessoas do asfalto”, contagiá-las com sua “falta” de valores da sociedade. No contato entre favelados e não-favelados, esse contágio é visto como ameaçador à integridade dos “bons cidadãos”. (...) Por causa dessas crenças, o fato de um indivíduo morar numa favela o transforma num *estigmatizado*, sendo-lhe atribuída uma condição *desviante*, de anormalidade e periculosidade.⁸⁷

São representações inventadas a respeito da favela que marcam a identidade destes indivíduos com argumentações baseadas pela “situação de estigma” dos moradores das favelas – locais propícios ao crime, infestados de marginais e integrantes de “bocas-de-fumo” que ameaçam a vida das populações carentes. Um favelado pode ser classificado tanto como vítima da sociedade, pobre porém honesto, como também criminoso, traficante ou marginal. O fato de o senso comum pensar que na favela há pessoas honestas denota a crença generalizada a respeito da identidade “marginal” do favelado, que muitas vezes é reproduzida pelos meios de comunicação. A idéia de vitimização decorre do conceito estabelecido de que as pessoas excluídas não tiveram a possibilidade de compartilhar os valores determinados pela sociedade. Parte-se do princípio de que a crença do favelado como vítima da sociedade, da exclusão e da carência não foi uma escolha, mas consequência de um próprio processo de exclusão e que, por isso, faz com que ele cometa um crime ao não ter tido a possibilidade de escolha ou de adequação às normas sociais.

As representações que se fazem da favela como meio marginal são capazes de produzir bandidos, já que a concepção de que o simples contato com os bandidos acaba

⁸⁶ Ibidem

transformando o comportamento de “pessoas inocentes” devido às más influências. É a idéia de poluição social produzida pelo contato direto com marginais: “Essa é a expressão da idéia do contágio, da poluição social produzida por esse meio considerado marginal. A favela é vista como lugar propenso a contaminar aqueles que nela estão envolvidos”⁸⁸. E o fato do morador de favela ter algum contato com traficantes já o coloca sob suspeita. Este pré-conceito já está arraigado de forma intrínseca na sociedade ao entender a favela como um lugar de perigo.

Segundo a autora, o modo pelo qual é definida a vida na favela corrobora à idéia de que o favelado, se não for um criminoso, está na iminência de tornar-se um, já que ele estaria fadado de forma inevitável ao mundo do crime. Esta visão que a sociedade constrói diz respeito a vocação do favelado para o universo da criminalidade. A idéia de identidade social construída acerca da imagem do morador de favela reafirma a sua condição como “símbolo de estigma”, uma vez que seu comportamento não seria o padrão desejado pela sociedade, sendo assim, “anormal”.

Rinaldi também expressa a crença implícita de que uma das marcas corporais do criminoso é a cor da pele, devido ao forte preconceito existente em relação aos negros – seria o que a autora denomina de “tipologia do delinqüente”, como se a delinqüência pudesse ser detectada por fatores externos, como por exemplo pelo tipo físico.

Machado e Leite (2007)⁸⁹ também concordam que existe a interpretação amplamente difundida no Rio de Janeiro de que as favelas seriam o território da violência e a população ali residente conivente com seus agentes, os traficantes de drogas⁹⁰. O discurso público dominante emprega a metáfora da “guerra” para explicar a violência urbana e se baseia em mitos ou estereótipos – tais como: cidade legal x cidade ilegal, estado dentro do estado, banalização da violência, etc – que servem como suporte para o “pacote interpretativo” para se pensar o problema da violência no Rio e, a partir daí, elaborar propostas e medidas a fim de solucionar e reduzir. Os mitos relativos à ausência do estado nas favelas – “locais dominados por um poder paralelo” – contribuem para construir e reforçar esta metáfora da guerra.

Assim como Rinaldi, estes dois autores apontam que o imaginário acerca dos moradores de favelas, que a partir da convivência no mesmo território com os bandos de traficantes, os aproxima e os torna cúmplices destes grupos. E desta forma, o tecido social

⁸⁷ Ibidem, 306-307

⁸⁸ Idem, 308-309

⁸⁹ LEITE, Márcia Pereira et MACHADO, Luiz Antônio. “Violência, Crime e Polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?”. In: *Sociedade e Estado*. Brasília, v.2, n. 3, Pp 545-591, Set/dez 2007.

⁹⁰ LEITE et MACHADO, 2007, 548

homogêneo serviria de sustentação para uma “subcultura desviante e perigosa” que legitimaria a “lei do tráfico”; isto é, os moradores estariam recusando a “lei do país ao optarem por um estilo de vida que negaria as normas e valores intrínsecos à ordem institucional”⁹¹. Assim, o que marcaria as relações dos moradores de favelas com as redes criminosas seria a convivência que eles teriam frente a estes grupos. E ainda no caso dos jovens, haveria não só convivência mas também proximidade, idealização do estilo de vida dos traficantes e adesão.

Mesmo sabendo-se que a grande maioria não integra as quadrilhas, os jovens favelados têm sido percebidos e tratados como em permanente risco de a elas se aderir, posto que as atividades ligadas ao tráfico de drogas seriam muito atrativas entre os estratos inferiores – combinando, assim, economicismo e preconceito. Neste ponto, é interessante observar a porosidade da representação dominante: ela é capaz de incorporar, absorvendo – e distorcendo o que muitas vezes é uma crítica – as constantes referências à sedução por bens de consumo inacessíveis a este segmento populacional e ao fascínio pelas armas, elemento da construção de uma masculinidade “guerreira”.⁹²

Assim, Machado e Leite sustentam que as próprias políticas sociais direcionadas aos moradores de favelas estão baseadas e reproduzem as idéias de cumplicidade com os criminosos. Esta clientela acaba sendo pensada como potencialmente criminosa. Os programas passam a ser formulados e implementados em um viés repressivo e preventivo, “como uma espécie de ampliação dos instrumentos de controle social, visando afastar as categorias sociais ‘vulneráveis’ ou ‘de risco’ das ‘tentações’ da carreira criminal”⁹³.

A imagem do Rio, baseada nas idéias do senso comum como uma cidade violenta, produz não só uma série de explicações para o aumento do crime como também conduz a um grande volume de demandas por parte da sociedade para o fim desta criminalidade. Vejamos o que diz Zaluar sobre isto:

A generalização de imagens da cidade como um ambiente violento e os sentimentos de medo e insegurança daí decorrentes têm implicações relevantes para as novas imagens da cidade, não mais associadas à utopia liberal da liberdade da segurança. (...) No Rio, como nas outras cidades do país, as explicações para o aumento do crime passaram a cobrir todo o espectro ideológico. (...) Uma é a demanda crescente por ordem, baseada no diagnóstico de um insuperável conflito social e na incapacidade institucional de lidar com ele. Uma nova tendência conservadora, encontrada

⁹¹ Idem, 549

⁹² Idem, 550

⁹³ Ibidem

em todas as classes sociais, passou a exigir mais eficiência e mais dureza nas práticas policiais, além de eleger políticos de direita que defendem a pena de morte e governos mais fortes.⁹⁴

Como complemento a esta idéia, a autora Elizabeth Leeds (2006)⁹⁵, sustenta que a violência física e criminosa resultante do tráfico de drogas é “uma forma visível e palpável da violência empregada pelo estado” de forma a mascarar uma violência estrutural e institucional, ao passo que perpetua as relações políticas de cunho neoclientelistas com as comunidades de baixa renda. “O modo pelo qual o estado reage ao tráfico de drogas nas favelas constitui um exemplo atual de repressão do ‘comportamento aberrante’ da classe inferior e, logo, de repressão de segmentos expressivos de toda uma classe”⁹⁶.

As imagens do Rio que são veiculadas na imprensa tanto nacional como internacionalmente reforçam a figura de uma cidade sitiada que necessita a “proteção das forças armadas”⁹⁷. As favelas seriam fontes de drogas e armas, segundo as forças militares e a própria mídia. Leeds reforça a noção ambígua do estado como protetor, pois seria seu dever proteger os cidadãos contra os perigos como ameaças à segurança pessoal, aos direitos civis e humanos, ao mesmo tempo que cria a percepção da ameaça contra a qual se deve proteger o país.

Embora os moradores de favelas se sintam constrangidos com a cooperação forçada a que são submetidos no convívio com grupos de traficantes, “eles têm pouco ou nenhum respeito pela polícia, que sempre os tratou com desprezo e violência simplesmente por serem favelados ou morarem num determinado conjunto popular”⁹⁸. A percepção dos moradores de que a justiça formal não funciona leva com que eles aceitem o sistema de justiça alternativo imposto pelas facções criminosas. Sem contar que as entidades encarregadas de oferecer segurança – a polícia militar e a civil – atuam como forças corruptas e repressivas que geralmente perseguem e matam em vez de proteger⁹⁹.

A forma que o tráfico de drogas assumiu nas favelas, “em grande parte devido à incapacidade do estado para prestar serviços básicos e à repressão por ele promovida ao incutir a noção de perigo para justificar a ação policial ou militar violenta”¹⁰⁰, levou à criação de uma simbiose forçada.

⁹⁴ ZALUAR, 2006, 214-215

⁹⁵ LEEDS, “Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira”. In: *Um século de favela*. ZALUAR et alii, 2006, 235.

⁹⁶ Ibidem

⁹⁷ Idem, 236

⁹⁸ Idem, 243

⁹⁹ Idem, 244

¹⁰⁰ Idem, 256

O Estado brasileiro usou a presença dos grupos de traficantes como pretexto para táticas repressivas que, nesse período de redemocratização, só têm legitimidade quando certas atividades são definidas como aberrantes, anti-sociais e passíveis de coerção. Paradoxalmente, tal processo criou uma situação em que, para as favelas, é preferível a omissão do Estado quando este se faz representar pela polícia e as forças de segurança. (...) Daí o surgimento de sistemas de poder paralelos no vácuo deixado pela falta de estruturas formais realmente protetoras.¹⁰¹

Retoma-se mais uma vez, o artigo de Machado e Leite acerca da percepção dos moradores de favelas no que concerne a duas modalidades de violência: a praticada por forças policiais e pelos bandos de criminosos. Haveria um grande esforço por parte dos moradores, ao falar da vida nestas localidades, em separar as favelas da violência e não reduzir apenas ao tráfico de drogas. “Os moradores não só reconhecem que as quadrilhas de traficantes fizeram das favelas um local de violência, como deles fazem questão de se separar”¹⁰².

Por outro lado, os autores salientam que a polícia é responsabilizada pelos perigos e insegurança que vivem no seu cotidiano. Os moradores teriam uma posição crítica sobre as freqüentes incursões ou operações policiais, e os acusam de “não cuidarem da proteção dos habitantes e agirem com a mesma falta de respeito dos traficantes”¹⁰³. Ademais, para Machado parece ser clara a descrença de moradores acerca da possibilidade de averiguação das denúncias e de punição dos agentes envolvidos. Isto se traduz em uma ausência de repercussão pública capaz de fazer ouvir no debate público e de justiça social a indignação dos moradores, a sensação de impotência e desamparo. Segundo Machado e Leite, há um sentimento de isolamento e de desinteresse do restante da população da cidade pelo que acontece nestas áreas mais pobres. Muitas vezes o que não repercutiu na mídia significaria dizer que, implicitamente, “não despertou o interesse das autoridades públicas, dos mediadores acima indicados ou da opinião pública em geral”¹⁰⁴.

É possível constatar, uma certa aversão ao procedimento da atuação institucional da polícia e à sua conduta, no entanto, os moradores não rejeitam a polícia como instituição e tampouco recusam a necessidade de controle do crime e manutenção da ordem pública. “As queixas incidem sobre a atuação segundo um padrão de conduta indiscriminado e belicoso que excede em muito a atribuição legal do emprego da ‘força comedida’”¹⁰⁵. Para além da

¹⁰¹ LEEDS in ZALUAR et alii, “Um século de favela”, 2006, 256

¹⁰² MACHADO et LEITE, 2007, 556

¹⁰³ Idem, 557

¹⁰⁴ Idem, 561

¹⁰⁵ Ibidem

ineficácia da atuação policial nas favelas e o preconceito em relação aos favelados, a corrupção dos policiais também são críticas recorrentes por parte dos moradores, segundo revela o artigo de Machado e Leite. “Os moradores apontam as práticas policiais de negociação, acordo e/ou extorsão dos traficantes como uma das principais razões do crime violento dominar suas localidades, desqualificando os argumentos do aparato de segurança quanto à ‘guerra’ que está sendo travada nesses territórios”¹⁰⁶.

O silêncio, segundo estes autores, seria um dispositivo de defesa da população local diante do risco de vida e da inexistência de meios legais para recorrer a certas injustiças. No entanto, este silêncio é muitas vezes interpretado como conivência estimulando, assim, a violência policial indiscriminada. Estas consequências aprofundam ainda mais o isolamento dos moradores. Há uma percepção de que os policiais não agem da mesma forma na favela e no asfalto.

As críticas são antes ao caráter indiscriminado da ação que não distingue entre “gente de bem” e “marginais”. Em outras palavras, o que os moradores criticam é menos a violência policial em si e mais a falta de seletividade de seu objeto.

(...) Estas duas categorias – favelados e moradores do “asfalto” – do imaginário sobre o Rio de Janeiro, (...) acabam se encontrando naquilo que não dizem: a intensa preocupação com o prosseguimento das rotinas cotidianas, vividas como sistematicamente ameaçadas pela violência. (...) O problema criticado é, antes, o desrespeito às diferenças e hierarquias internas que constituem a versão local da ordem social.

(...) Por fim, cabe ressaltar que a ansiedade gerada por esta ameaça à segurança (...) expressa-se sob a forma de um medo social difuso, que atinge toda a população da cidade, inclusive os moradores de favela, e que acaba por produzir demandas de uma recomposição das rotinas pela força, fechando assim um círculo de ferro que reproduz indefinidamente a violência como elemento estruturador fundamental, sempre presente e sempre temido, nas favelas e em toda a cidade.¹⁰⁷

¹⁰⁶ Idem, 563

¹⁰⁷ Idem, 573-577

4.2 Intervenção policial nas favelas

Pensar a intervenção policial nas favelas é, primeiro, refletir a distinção entre o uso da violência de forma indiscriminada do recurso à força de forma comedida. Esta não distinção implicaria uma falta de critérios que deveriam orientar a ação da polícia na hora de tomar decisões. O seu papel de contribuir para a mediação de conflitos de interesses carrega consigo o elemento da força que respalda a autoridade de polícia. Sem estes critérios, as possibilidades de ação violenta e o uso amador e ilegal da força se multiplicariam, uma vez que o trabalho policial não deve ser reduzido pura e simplesmente à repressão.

Cabe ressaltar o falso bom senso no imaginário social que atribui às ações da polícia exclusivamente direcionadas ao combate ao crime. A mídia também deve ser analisada já que direciona a compreensão deste tema e contribui para estigmatizar a polícia e agendar a opinião pública. A percepção social de que o trabalho de polícia nas áreas pobres se caracterizaria pelo combate aos traficantes de drogas também legitima as definições do que a polícia considera como sendo um elemento suspeito durante as abordagens policiais. Os critérios (ou a falta deles) que orientam a suspeita policial capazes de tornar uma pessoa suspeita se baseiam de estereótipos do senso comum. Seriam as “classes de risco” que incluem os pobres, jovens negros e minorias sexuais. As definições de uma pessoa suspeita refletem as desigualdades sociais existentes na sociedade e coincidem com as impressões negativas associados à idade, gênero, classe social, raça, cor e local de moradia.

As intervenções nas favelas ou as chamadas “operações policiais” seguem também esta lógica discriminatória, e a partir da ausência de critérios objetivos que orientem a conduta policial nas áreas pobres da cidade, o resultado é o confronto, as violações de domicílios, e muitas vezes as execuções sumárias. É o que veremos mais a frente no estudo de caso sobre a “megaoperação” policial realizada no Rio de Janeiro em conjunto com a Força Nacional de Segurança no Complexo do Alemão, em junho de 2007. Na incursão, 19 pessoas morreram, sendo que três eram menores de 18 anos, nem todos tinham antecedentes criminais e mais da metade dos mortos levaram tiros em partes vitais do corpo – um claro sinal de execução.

Sem contar que as notícias sobre crimes são direcionadas à classe média determinando, assim, seu lugar como “vítima virtual”. Desta forma, a imprensa transmitiria a idéia de que a proximidade da pobreza está associada com a ampliação do risco de um “cidadão comum e de bem” tornar-se mais uma vítima da violência. O sofrimento do crime, como aponta Paulo Vaz, é muitas vezes retratado na imprensa sob o ponto de vista privilegiado da vítima e a face do criminoso convencionada como sendo a do traficante. A

tendência de tornar estas vítimas virtuais de uma criminalidade proveniente das favelas é o que gera demandas por uma presença mais ostensiva por parte do estado – leia-se a polícia.

Em artigo *Uso de força e ostensividade na ação policial* (1999) de Jaqueline Muniz, Domício Proença Junior e Eugenio Diniz¹⁰⁸, há uma referência à necessidade de distinguir o uso da violência como um impulso arbitrário, ilegal e amador do recurso à força – um ato discricionário, legal, legítimo e profissional. Esta indistinção pode gerar uma percepção homogênea de uma “brutalidade policial” sob um símbolo de uma “banalização da violência”. O ônus desta não distinção afeta principalmente as organizações policiais que se vêem impedidas de tomar decisões por falta de critérios que orientem as suas ações.

Este equívoco resulta em falsas contradições perdendo-se de vista “a especificidade originária das polícias como organizações de força comedida inteiramente voltadas para a ‘proteção social’”¹⁰⁹. No momento que ocorre a interação com a população, a perspectiva do uso da força é posta em causa e pode ser utilizada. Seu papel é o de justamente contribuir na mediação entre conflitos de interesses. Assim, a força é o elemento que respalda a autoridade de polícia e é “inseparável de todas as suas ações, ainda que permaneça como potencial na maioria dos casos”¹¹⁰.

O “falso bom senso” que institucionaliza todo e qualquer emprego da força e gera a chamada banalização da violência instaura a idéia de que o uso da força se dá de forma episódica e pontual em casos propriamente repressivos como os confrontos armados e os crimes violentos. Assim, os policiais acabam por excluir de suas técnicas o elemento central no seu trabalho – justamente o “uso comedido da força”.

Quando é preciso utilizar o emprego da força em determinadas situações, esta ambigüidade dos procedimentos “multiplica” as possibilidades de ação violenta e assim o uso “amador”, ilegítimo e ilegal da força. “Percebe-se assim como a ausência de uma regulação formal do que sanciona ou não o uso de um determinado nível de força tende a levar a um emprego máximo de força”¹¹¹.

É importante também haver uma distinção acerca do trabalho policial que não se reduz pura e simplesmente à repressão, como se as ações da polícia fossem exclusivamente direcionadas ao combate ao crime.

A inexistência de aparatos adequados para mensurar a realidade complexa do trabalho ostensivo das polícias, e principalmente as polícias militares, pode causar o que os autores

¹⁰⁸ MUNIZ, *et alli*. “Uso de força e ostensividade na ação policial”, do Grupo de Estudos Estratégicos, GEE-COPPE-UFRJ. In: *Conjuntura Política*. Boletim de Análise n° 6. Departamento de Ciência Política – UFMG. Abril, 1999. Pp22-26.

¹⁰⁹ Idem, 23

¹¹⁰ Idem, 24

denominam de ‘desconforto’, pois “se atenderem bem ao seu trabalho, [as suas ações podem ser] consideradas ociosas, improdutivas, onerosas e, no limite, desnecessárias”¹¹². Assim, a dificuldade no uso da força e a invisibilidade de grande parte do trabalho policial são pontos centrais, segundo os autores do artigo, para a discussão da ação policial. Estes pontos, no entanto, não são frisados pelos meios de comunicação ao realizarem coberturas de segurança pública. E a mídia acaba por direcionar a compreensão sobre este tema e contribuir para criar um estereótipo da polícia e agendar a opinião pública.

Silvia Ramos e Leonarda Musumeci (2005)¹¹³ falam do tema das abordagens policiais nas ruas da cidade e também tecem considerações sobre a percepção do cidadão quanto a estas abordagens. Haveria uma ‘cultura policial’ ou culturas predominantes nos diferentes batalhões da cidade que seguem marcas diferenciadoras nos diversos contextos sócio-econômicos e culturais das áreas.

Os jovens pobres que moram nas favelas teriam uma “índole” para o crime, uma vez que a violência seria resultado de determinantes sociais como a pobreza e a desestruturação familiar – tornando-os “inimigos naturais da polícia”. Cabe ressaltar as características que diferenciam a atuação da polícia dentro e fora das favelas, principalmente a relação com a juventude. As pesquisadoras problematizam os critérios (ou a falta deles) que orientam a suspeita policial.

Suspeitar seria “uma atitude saudável”, dentro da cultura policial das ruas, mas que se baseia a partir do senso comum – uma atenção especial às “classes de risco” que incluem os pobres, jovens negros e minorias sexuais. É o que seria a metáfora do espelho, a polícia como espelho da sociedade, já que as definições de um elemento suspeito refletem as desigualdades sociais existentes na sociedade e coincidem com os estereótipos negativos associados à idade, gênero, classe social, raça, cor e local de moradia. Raça e cor seriam os elementos estruturantes da suspeita por parte da polícia.

As abordagens policiais na cidade conformam situações específicas de encontro entre a polícia e o cidadão, muitas vezes nem mesmo relacionado ao contexto criminal. No entanto, a idéia de que as abordagens são fundadas na busca por bandidos, armas e drogas é muito presente, principalmente, no discurso policial ao haver uma ênfase maior nas operações. Vejamos as críticas que tecem as autoras:

(...) a despeito de prevalecer o discurso da “guerra” contra o crime, observa-se que as práticas de planejamento e monitoramento (...) não coincidem com

¹¹¹ Ibidem

¹¹² Ibidem

¹¹³ MUSUMECI, Leonarda et RAMOS, Silvia. “Elemento suspeito – Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro”. RJ: Civilização Brasileira, 2005.

os objetivos de redução da criminalidade, nem sequer geram informações imprescindíveis para se avaliar resultados. Ao que tudo indica, o principal objetivo das operações é a visibilidade da presença da polícia nas principais vias públicas e o aumento da sensação de segurança que isso proporcionaria. Mas esse descompasso entre as normas gerais de policiamento, os efeitos de fato visados e o discurso “bélico” prevalecente na corporação tem uma série de consequências (...) que vão desde o possível desperdício de volumosos recursos até o aumento da corrupção policial (...) na medida em que se releguem a segundo plano os aspectos de profissionalismo, qualidade e equidade do tratamento dispensado nas abordagens.¹¹⁴

Ao pensarmos a intervenção policial nas favelas, é preciso aprofundar na questão que relaciona a abordagem policial aos jovens do sexo masculino – justamente esta categoria que integra o maior número de suspeitas. Ser jovem, segundo as autoras, é um fator-chave ao ser considerado suspeito pela polícia, e isto afeta não apenas a probabilidade como a qualidade de uma abordagem policial – a seletividade racial e social. E a política abertamente adotada nas últimas décadas de “guerra às drogas” concentrada na ponta do consumo e do tráfico varejista, colaborou para “demonização policial dos jovens e para a conseqüente satanização da polícia pela juventude carioca dos mais variados segmentos sociais”¹¹⁵. Ela é considerada, independente do extrato social, como os procedimentos sendo discriminatórios, intimidatórios, humilhantes, injustos e duvidosos.

O consenso de que “no morro todos são suspeitos” aponta que o território da favela e seus habitantes seriam os alvos máximos com licença para “quebrar regras e desrespeitar direitos civis”. Impera a percepção de que a polícia pararia os jovens da classe média para encontrar drogas e extorquir dinheiro, e quanto aos jovens pobres, eles seriam percebidos como suspeitos de serem traficantes, assaltantes ou potenciais bandidos, “merecedores de tratamento intimidatório, humilhante e violento”¹¹⁶. Este contexto da abordagem policial pode ser entendido também sob o prisma das intervenções policiais nas favelas, uma vez que a atuação das polícias nas áreas pobres, muitas vezes pautadas pelo confronto, violações de domicílios, intimidações e execuções sumárias, são resultado desta lógica discriminatória e sem critérios objetivos que orientem esta conduta policial. As políticas de combate ao crime no Rio de Janeiro estão inseridas nesta dinâmica rotineira de abordagens: com “o predomínio

¹¹⁴ Idem, 53-54

¹¹⁵ Idem, 219

¹¹⁶ Idem, 222

de estereótipos sobre a inteligência policial, dos filtros discriminatórios sobre a investigação, da seletividade social sobre a fundada suspeita”¹¹⁷.

Assim, o criminoso virtual, aquele que teria uma alta probabilidade de cometer um crime no futuro pode ser punido sem nunca ter a chance de provar que seria inocente (VAZ, 2006)¹¹⁸. A presunção de culpa no futuro é ainda utilizada e reproduzida pela mídia juntamente com o conceito de vítima virtual, o que permitiria “práticas autoritárias em relação a um outro que nos põe em risco – é na tolerância em relação à morte de indivíduos por policiais e na aceitação da superpopulação das prisões que nossa sociedade autoriza a violência do Estado”¹¹⁹. Isto constrói a idéia de sofrimento evitável, uma vez que a ausência de empatia com o criminoso o define como incurável e constata a sua “desumanidade” e “monstruosidade”. O que o torna monstro seria justamente o desrespeito pela vida alheia, a sua frieza, e o não valor que os criminosos dão à vida.

A forma com que o sofrimento do crime é retratado na mídia enfoca o ponto de vista privilegiado da vítima. E assim, segundo os autores do artigo, a partir do “aparecimento do sofrimento do crime na mídia solidifica-se o sofrimento evitável tal como é concebido pelo populismo conservador: se houvesse mais polícia, se as leis fossem mais rigorosas e se as prisões contivessem os prisioneiros, o sofrimento seria evitado”¹²⁰.

Os autores destacam que a face do criminoso hoje reproduzida e convencionada é a do traficante. “Presente em quase metade da cobertura policial, a imagem do tráfico carioca aparece muitas vezes desvinculada da atividade ilícita que o define: o comércio de drogas. Toda sorte de assalto, tiroteio, falsa blitz e assassinato é vinculado ao ‘traficante’”¹²¹.

A hipótese¹²² de que as notícias sobre crime têm recentemente se endereçado à audiência de classe média como vítima virtual de uma criminalidade proveniente do morro (VAZ, 2005) vai de encontro com a idéia de sofrimento evitável e do criminoso como desumano. Os efeitos desta experiência coletiva do crime – a partir da existência de uma geografia social historicamente marcada pela proximidade espacial entre ricos e pobres – que também é midiaticizada gera o “medo do crime”. Uma vez que as notícias sobre crime se endereçam à audiência de classe média como vítima virtual, a proximidade da pobreza

¹¹⁷ Idem, 223

¹¹⁸ VAZ *et alli*. “A vítima virtual e sua alteridade: a imagem do criminoso no noticiário de crime”. COMPÓS - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Bauru: Unesp, 2006.

¹¹⁹ Idem, 3

¹²⁰ Idem, 7-8

¹²¹ Idem, 12

¹²² Hipótese trabalhada por VAZ *et alli* em artigo “Pobreza e Risco: a imagem da favela no noticiário de crime”. Apresentação de Trabalho nº14 Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2005.

começa a ser associada como uma ampliação do risco de um cidadão ‘comum’ tornar-se mais uma “vítima da violência que assola a cidade”¹²³ e a possibilidade de vitimização.

O endereçamento da audiência como vítima virtual decorre da maneira como os meios de comunicação selecionam, narram e destacam crimes como danos físicos, escolha aleatória de vítimas e ocorridos no interior de rotinas comuns a muitos. (...) muitos moradores de classe média da cidade do Rio de Janeiro, ao lerem as notícias quase diárias sobre tiroteio numa das vias expressas da cidade se percebem endereçados como vítimas virtuais destes crimes.¹²⁴

O medo do crime acaba por ser gerado através da uma exposição pelos meios de comunicação, e a partir da reprodução pela mídia dos papéis de vítima e criminoso, o estado é convocado como o agente que “deve conter todos aqueles que nos expõe a riscos que não desejamos”. Sem contar que a percepção gerada é de que o tráfico e os traficantes seriam os “grandes causadores do crime na cidade” e a favela, o lugar destes criminosos. A tendência seria tornar os consumidores destes meios de comunicação vítimas virtuais de uma criminalidade proveniente das favelas. O que sugere que “a favela é fator de risco para moradores dos bairros de classe média que temem que a criminalidade se espalhe”¹²⁵.

Pode-se destacar que, a partir desta análise, a campanha contra o “poder paralelo” feita pelo jornal legitima a ausência do poder público em locais da cidade e aponta para uma “ousadia dos criminosos”. A descontextualização da cobertura também é apontado como generalizador da condição de vítima “a partir de um universo restrito de cidadãos de classe média que têm a possibilidade de mudar seus hábitos de vida e de demandar maior proteção policial para reduzir seus riscos de vitimização”¹²⁶.

4.3 O problema da (in)segurança pública

O problema da segurança pública na atualidade, para Machado (2005)¹²⁷, expressa-se em confrontos entre categorias sociais representadas no quadro de sentimentos de medo e insegurança. Os segmentos atingidos e “assustados” com a violência cotidiana culpam-se pela “dissolução de um mítico ordenamento das relações sociais, calmo e previsível, que provavelmente nunca existiu”¹²⁸. Esta seria uma demanda de grande parte da população pela

¹²³ Idem, 2-3

¹²⁴ Idem, 4

¹²⁵ Idem, 10

¹²⁶ Idem, 12

¹²⁷ MACHADO, L.A. *et alli*. “MATAR, MORRER, CIVILIZAR: o problema da segurança pública”. In: MAPAS - Monitoramento Ativo da Participação da Sociedade. IBASE/Action Aind-Brasil. Fundação Ford, dez.2005. Disponível em: www.ibase.br

¹²⁸ Idem, 3

recomposição da ordem vigente e pela tentativa de preservar as rotinas previsíveis da vida cotidiana a fim de neutralizar o medo, já que os episódios de violência estariam “em todo lugar”.

Segundo a perspectiva do autor, a questão da segurança pública aponta para o deslocamento dos conflitos de classes na oposição entre cidadania e desigualdade para disputas concentradas no controle social pelo estado e na legitimidade dos meios repressivos. Isto é, nas forças antagônicas: a força comedida da polícia, que muitas vezes se extravasa, versus a força ilegal, ou seja, a criminalidade violenta.

E nesta arena pública a discussão acerca dos direitos torna-se “anacrônica e frágil”, pois o conflito social se reduziu ao tema dos direitos civis e assim cada vez mais a demandas por repressão da criminalidade violenta, deixando de lado as abordagens de cidadania. A questão, tal como é tratada hoje, impede uma abordagem de temas relacionados à justiça social e à desigualdade, como por exemplo, o acesso efetivo de camadas populares¹²⁹ à justiça.

O crime e a sua repressão se tornaram foco das atenções no país, principalmente, estimulados pelos formadores de opinião e por meios de comunicação. Machado reconhece que este é “o grande problema urbano das últimas décadas”¹³⁰. O Rio de Janeiro, segundo o autor, é um exemplo, “quase um tipo ideal de metrópole afetada pela questão da (in)segurança pública” devido ao altos níveis de expansão da criminalidade. Junte-se a isso, a crescente imprevisibilidade das rotinas cotidianas e o medo causado pela insegurança atribuído a esta criminalidade violenta¹³¹.

A questão da criminalidade violenta nas grandes cidades já havia sido apontada por Machado anteriormente como um dos eixos centrais¹³². O crescimento do crime e principalmente o tráfico de drogas seria o responsável, de forma direta ou indireta, pela organização da criminalidade urbana. Antes, o crime era vivido como um problema “menos angustiante”, e no presente, a criminalidade se tornou “progressivamente mais violenta e organizada”¹³³. Estas práticas corresponderiam a empreendimentos e passam a ter uma “cara”, uma estrutura e até mesmo um agente responsável.

A consolidação do problema da segurança pública, no início da década de 90, se deu à medida que os episódios de violência eram cada vez mais frequentes e adquiriam mais

¹²⁹ Ibidem

¹³⁰ Idem, 4

¹³¹ Em outro artigo, Machado reconhece que há bastante tempo o tripé formado pela violência, criminalidade comum e narcotráfico tem sido vivido como um problema cotidiano. MACHADO, L. A. “Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva”. In: *Dossiê Cidadania e Violência*. Revista de Sociologia e Política. n°13. Nov/1999. P.115

¹³² Idem, 117

visibilidades no Rio de Janeiro. A percepção a partir de metáforas de guerra e de “cidade partida” no cenário dos conflitos urbanos teve até mesmo influência nas propostas de interferência e nas escolhas eleitorais que se sucederam.

Machado sustenta que a década de 80 foi o período quando iniciou-se o debate sobre as formas de repressão ao crime trazendo para a discussão pública o “tradicional recurso à coerção e à violência física que caracterizou por muito tempo o tratamento dado aos desvios de conduta das camadas populares”¹³⁴. Uma vez que cada um dos lados via o outro como “inimigo”¹³⁵ estabeleceu-se uma forma “militarizada de prosseguir o debate em torno da ampliação dos direitos civis que, em última instância, é o que está em questão nessas disputas”¹³⁶.

A insegurança e o medo passaram a pautar o debate sobre a expansão da cidadania. Tal discussão tornou público o sentimento de insegurança e de medo relacionado à desorganização da vida cotidiana, privada, do conjunto da população. Gera-se, assim, um círculo vicioso em cujo epicentro estão demandas pela recomposição da ordem social. As quais fecham o foco dos conflitos sociais na espiral de violência policial e criminal.¹³⁷

O extermínio como “modalidade de intervenção” parece permear as práticas dos policiais de forma tácita na ideologia da corporação. Segundo o autor, neste contexto de polarização foi possível consolidar as metáforas de guerra e da “cidade partida” como referências à violência urbana no Rio. De um lado, os defensores por “ações enérgicas”, “duras” (uma demanda de muitos segmentos da sociedade), e de outro, o lado dos que defendiam um equilíbrio entre a eficiência policial e o respeito aos direitos humanos.

O debate político acerca do enfrentamento da violência e do crime está reduzido, segundo Machado, e não engloba o que denomina de um espaço para uma “intervenção sistemática” dos direitos e que discuta as relações entre cidadania e desenvolvimento. Restringiu-se, assim, de forma gradativa a expansão do crime violento ao consumo de drogas.

Fechou-se um círculo de ferro que polariza as disputas em dois campos opostos, mas convergentes em suas visões reducionistas. De um lado, a defesa de uma atuação “dura”, “enérgica” (ou seja, além da “força comedida” que caracteriza o poder repressivo em sua institucionalidade legal) da polícia contra a ameaça à

¹³³ Ibidem

¹³⁴ Idem, 2005, 10

¹³⁵ Machado se refere às críticas feitas em relação à violência ilegítima, porém institucionalizada, dos “parelhos de controle social” e argumentos contrários à crescente violência empregada por criminosos em suas ações.

¹³⁶ Ibidem

¹³⁷ Ibidem

ordem representada pelos criminosos. De outro, a denúncia do excesso de força empregado pelos policiais, esta com um poder de penetração na opinião pública muito mais débil.¹³⁸

Acrescente a esta visão, um sentimento de insegurança e medo do crime violento que não pode ser apenas atribuído a uma “produção imaginária” ou até mesmo pela mídia, já que está embasado em uma realidade concreta. Ademais, deve-se levar em conta, principalmente no Rio de Janeiro, a indissociabilidade do problema da segurança pública e das favelas — esta ligação genérica que se faz entre a pobreza e insegurança pública.

Este problema da segurança pública está estruturado a partir de pressupostos que limitam as propostas de intervenção e impedem o aprofundamento e a racionalização dos meios de repressão¹³⁹. O entendimento das políticas sociais, de acordo com o autor, se transfere para o âmbito de políticas de segurança, “meras formas de controle social focadas na pobreza”¹⁴⁰. A indissociabilidade do problema da insegurança pública e das favelas territorializa o direcionamento destas políticas, que se dirigem não mais aos grupos sociais e sim às áreas urbanas tidas como “perigosas”. Este é um cenário que “redesenha” o espaço urbano de acordo com a lógica do medo e da metáfora da guerra: os “comandos” do comércio ilícito de drogas que defendem e resguardam através da força suas áreas de atuação; as instituições policiais que ignoram as “fronteiras históricas dos locais de moradia da população pobre” e impõem a denominação de “complexo” de favelas; e, por último, as políticas sociais de cunho policial (ou como denomina de “policializadas”) que se dirigem a estas novas representações da cidade e do espaço urbano¹⁴¹.

Os pobres seriam transformados em vítimas, “deserdados dos benefícios materiais da cidadania e membros periféricos de uma sociedade que o estado não abarca inteiramente”¹⁴². Dessa forma, amplia-se a aceitação social e cultural para que as áreas da cidade já “penalizadas” com a presença de bandos armados sejam “tomadas de assalto por forças policiais que reprimem, matam e fazem negócios escusos”¹⁴³ dando margem a uma ação arbitrária. Isto possui repercussões profundas em uma população amedrontada favorecendo o recurso a ações autoritárias. Assim, “a segurança pública torna-se concebível em detrimento do ‘outro’”¹⁴⁴, ou do inimigo próximo que possui um endereço (as favelas) sem haver uma diferenciação dos moradores.

¹³⁸ Idem, 27

¹³⁹ Idem, 28

¹⁴⁰ Ibidem

¹⁴¹ Ibidem

¹⁴² Idem, 1999, 118

¹⁴³ Idem, 2005, 29

¹⁴⁴ Ibidem

Esta mentalidade que percebe a favela como o lugar do outro e os moradores que ali vivem podem, então, ser considerados “matáveis” pelos agentes de segurança, ou como aponta Machado, são “gente sacrificável”. Estas ações conferem um isolamento das favelas ainda maior do resto da cidade e contribui para agravar a violência a que estão submetidos os moradores, “reduzindo-as a cidadelas do crime ou regiões liberadas do narcotráfico”¹⁴⁵. Esta fúria contra o inimigo próximo aliada à “permissão cultural da aniquilação não-delituosa”¹⁴⁶, segundo o autor, atinge grandes contingentes de pobres e vulneráveis.

¹⁴⁵ Ibidem

5. CAUSAS SOCIAIS DO CRIME: SUJEIÇÃO CRIMINAL

Para pensar as causas sociais do crime na modernidade é preciso compreender a associação criada pelo imaginário social que vincula a pobreza à criminalidade de forma estereotipada. O desafio proposto para uma análise acerca da causalidade da banditagem urbana está na constatação de que a maioria dos “sujeitos criminais” provém das camadas pobres, ao passo que a esmagadora maioria dos pobres não opta pela carreira criminal.

O “crime organizado” passou a ser, na atualidade, o principal componente da violência urbana que precisa ser combatido pelo estado, cuja legitimidade da violência garante que ele seja o único detentor deste monopólio para arbitrar a favor da lei os conflitos internos da sociedade. A idéia introjetada pela sociedade de que indivíduos de locais pobres são “potenciais sujeitos criminais” – o conceito de sujeição criminal bastante utilizado pelo sociólogo Michel Misse¹⁴⁷ – acaba por legitimar políticas de segurança fundadas em valores universais com implicações etnocêntricas¹⁴⁸, as conhecidas ações policiais de repressão à criminalidade nos morros cariocas, e leia-se, principalmente, o combate ao tráfico de drogas.

Segundo avaliação de Misse, é a sensação de revolta que conecta a pobreza ao crime. Assim, uma nova dimensão aparece quando o crime organizado escolhe se instalar e se reproduzir em favelas ou bairros pobres da cidade e passa a recrutar o seu pessoal ou “soldados do tráfico” para trabalhar de forma assalariada para o “movimento”. É partir da década de 80 com a entrada da cocaína no mercado ilegal de drogas que marcou o início do recurso à violência direta para a conquista e a conservação de seus territórios.

A desconfiança da população carioca, principalmente, das classes de baixa renda em relação à polícia tem como um dos efeitos o aumento do poder da polícia nestas localidades. E a relação da polícia com estas classes marcou um processo generalizado de arbitrariedades e gerou mercados políticos ilícitos além de aparecer a chamada “lei do silêncio” imposta por bandidos sobre essas comunidades pobres.

De acordo com o dicionário Michaelis¹⁴⁹, a palavra violência se refere à qualidade de ser violento, ou de quem atua com força, ímpeto ou grande impulso. Seria qualquer força empregada contra a vontade, liberdade ou resistência de algo ou alguém, coação ou até

¹⁴⁶ Idem, 29

¹⁴⁷ MISSE, M. “Malandros, marginais e vagabundos. A Acumulação social da violência no Rio de Janeiro”. RJ, IUPERJ, 1999. (Tese de Doutorado em Sociologia).

¹⁴⁸ Segundo Dicionário Michaelis (1998, Editora Melhoramentos Ltda) – 1. Tendência do homem para menosprezar sociedades ou povos, cujos costumes divergem dos da sua própria sociedade ou povo. 2. Disposição habitual de julgar povos ou grupos estrangeiros pelos padrões e práticas de sua própria cultura ou grupo étnico.

¹⁴⁹ Moderno Dicionário da Língua Portuguesa, Michaelis. Ed Melhoramentos.

mesmo um constrangimento, de caráter físico ou moral, exercido sobre alguma pessoa a fim de obrigá-la a submeter-se à vontade de outrem.

Michel Misse¹⁵⁰ sustenta que proveniente do latim *violentia* a palavra significa a força que se usa contra o direito e a lei, e ser violento é agir com força impetuosa, excessiva e exagerada. Atualmente, esta palavra pode ser usada em diversos contextos fazendo alusão à ruptura de ordem ou o emprego da força para impor uma ordem, ou até mesmo, a dominação sem qualquer legitimidade. Para o autor, “toda violência é criminalizada na sociedade moderna”¹⁵¹, sendo assim, a noção de violência acaba por ser englobada pela idéia de crime. Ao criminalizar o uso das forças no contexto dos conflitos cotidianos na modernidade, a sociedade atribui única e exclusivamente ao estado a legitimidade da violência – ele seria o único detentor deste monopólio para arbitrar a favor da lei os conflitos internos da sociedade.

Ao que se chama de violência urbana diz respeito a uma multiplicidade de eventos – ou “violências” – e compreende práticas e conflitos criminalizados. Assim, enfrentar a violência urbana é enfrentar o objeto da questão criminal, uma vez que esta associa-se de forma intrínseca à noção de “incivilidades”. Pensar as causas sociais do crime na modernidade é entender a relação estabelecida entre crime e pobreza no imaginário social¹⁵². O autor afirma, no entanto, que esta associação entre pobreza, miséria e pauperização não é recente neste imaginário. A pobreza não seria capaz de explicar, por si só, a criminalidade, uma vez que ela “se espalha por todas as classes, sendo apenas mais perseguida nas classes subalternas que nas dominantes, e que os ‘pobres, mas honestos’ se distinguem a si mesmos dos ‘vagabundos e bandidos’”¹⁵³.

Misse cita Zaluar ao afirmar que “não é exatamente a pobreza que leva ao crime, mas pode ser uma revolta (...) que pode ter semelhança com aquela que o crime produz em todos nós”¹⁵⁴. Assim, não é mais possível utilizar a pobreza como uma estratégia de justificativa, já que pobreza e pobre tornaram-se conceitos muito maleáveis em uma sociedade fortemente marcada pelas grandes concentrações de renda. “Correlacionar pobreza com crime numa situação dessas é não só politicamente incorreto como fantasmagórico”¹⁵⁵.

O que interliga a pobreza ao crime é a sensação de revolta quando o crime organizado escolhe se instalar em favelas e passa a recrutar o seu pessoal em conjuntos habitacionais pobres da cidade. Este tipo de criminalidade que atua sobre as classes “marginalizadas” foi o

¹⁵⁰ Em sua obra “Crime e Violência no Brasil Contemporâneo – Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana” RJ: Ed Lumen Juris, 2006.

¹⁵¹ Idem, xi

¹⁵² Idem, 3

¹⁵³ Idem, 10-11

¹⁵⁴ ZALUAR *apud* MISSE, 2006, 13

¹⁵⁵ Idem, 12

escolhido a partir de uma percepção social e também pela mídia “para representar o principal componente da ‘violência urbana’ que precisa ser combatida”¹⁵⁶. A reprodução de práticas criminais em um contexto de pobreza ou o que o autor denomina de “marginalidade social” é considerado um fenômeno criminal específico e tende a se proliferar sempre que existir um sentimento ou uma auto-representação de revolta e injustiça social nas comunidades. Além do fato de que os indivíduos acabam por ser percebidos ou apontados de forma preventiva como “potenciais agentes criminais”, o conceito de “sujeição criminal”.

A idéia de que “o crime existe só no outro”, é o que se considera como sujeição criminal, isto é, a concepção de que o sujeito carrega o crime nele mesmo, e assim, não se caracterizaria como uma prática criminal. De acordo com esta concepção, o criminoso seria constituído pela existência de uma regra, ele estaria tomado de uma essência e precisa ser impedido ou suprimido. Isto deixa de ser um estigma e um rótulo para ser uma marca indelével. Aquele indivíduo carrega uma essência da qual ele não pode retornar para a sociedade, não pode ser ressocializado, apenas através de um processo de conversão que entende que o criminoso não é aquilo mas está tomado por um mal que precisa ser resolvido. Esta concepção se insere no quadro de uma política de eliminação.

Misse em sua tese de doutorado¹⁵⁷ onde conceitua a sujeição criminal como uma forma de simplificar e reduzir a complexidade de um indivíduo, através da denominação de bandido, uma vez que assim dito, é constatado e interpretado como tal. Ela pode ser atenuada, a partir do momento que as relações inter-individuais conferem uma menor “distância social” ao agente. As formas de atenuação e neutralização da sujeição criminal assim como “as formas de agravamento e culpabilização”¹⁵⁸ particularizam um processo social em cada indivíduo que tende à generalização e homogeneização.

Segundo o autor, a sujeição criminal responde a uma “escala micro” que se encaixa em tipos sociais, tanto no que se refere a aspectos negativos “que precisam ser reforçados, quanto positivos que precisam ser emulados”¹⁵⁹. O significado que “a sujeição criminal adquiriu na história social da cidade” com as diversas classificações atribuídas a malandros, marginais e vagabundos, são muito mais do que rótulos ou apenas estereótipos, elas vão além ao serem “representações consistentes de tipos sociais historicamente datados”¹⁶⁰. No entanto, assim como a necessidade de compreendê-los de acordo com o contexto sócio-político e

¹⁵⁶ Idem, 16

¹⁵⁷ Ver nota 173

¹⁵⁸ Idem, 1999, capítulo 4, 216

¹⁵⁹ Idem, 217

¹⁶⁰ Idem, 218

econômico a que se referem, eles não devem se restringir a isso ou à idéia de que seria uma expressão direta de suas contradições.

A sujeição criminal *distancia*, separa, autonomiza, diferencia gravemente, preventivamente. A autonomia relativa da sujeição criminal está enredada não apenas na hegemonia da normalização e da civilidade mas nas condições concretas que fazem as práticas sociais, até por economia de esforço, *valorizarem* mais a paz civil, baseada na confiança recíproca, do que a guerra de todos contra todos.¹⁶¹

O que permite definir a sujeição criminal, para Misse, é a construção social, um processo histórico que deve ser compreendido a partir da constituição de “ordens sociais legítimas e de diferentes modos de operar o poder e de encaminhar os conflitos no interior dessas ordens”¹⁶². Este processo social recai sobre a identidade pública de um indivíduo e condensa significações que rompem com as normas sociais. Vejamos como o autor define o conceito mediante uma escala de atribuição da sujeição:

Defino sujeição criminal como um *processo* social que incide sobre a identidade pública e muitas vezes íntima de um indivíduo. Para que haja sujeição criminal, é preciso que certos tipos de curso de ação, representados não apenas como desviantes, divergentes, problemáticos ou ilegais, mas interpretados principalmente como *criminais*, inclusive pelo agente, se reitem na expectativa social a propósito desse agente; que esses tipos de curso de ação condensem significações de ruptura com representações de normas sociais de validade abrangente e, principalmente, rompam ou ameacem romper com um “núcleo forte” *emocional dos agentes sociais*, sobre o qual se concentram as representações sociais da normalidade, do crime e de violência. Em oposição ao “não fiz por mal” do negligente e do “fui levado a isso” do neutralizador, ele pode chegar, no limite, a assumir publicamente sua identidade como “mau”.¹⁶³

Assim, o perigo que o agente pode representar e a tensão existente entre a atribuição social e auto-identificação a um tipo (ou até mesmo uma combinação de tipos sociais) de sujeição criminal pode, segundo o autor, “indicar dimensões tácitas de um jogo que envolve diretamente os agentes postos na posição acusatória”¹⁶⁴. O direcionamento deste conceito a que Misse está interessado é na “incorporação de uma identidade social negativa” e numa possível acomodação a um tipo social — “o agente acusado submete-se à sujeição ‘torna-se’

¹⁶¹ Idem, 221

¹⁶² Idem, 222

¹⁶³ Idem, 225

¹⁶⁴ Idem, 226

bandido, muitas vezes por não conseguir escapar dessa identidade testemunhando-a, recusando-a e atestando assim ‘a realidade do sistema que a tornou possível’”¹⁶⁵.

Para ele, não há sujeição criminal sem incriminação, mas pode haver incriminação sem sujeição uma vez que o que o distingue é a representação social feita a partir de uma distinção entre o bandido e não-bandido. Assim como pode ocorrer reincidência criminal e não haver sujeição criminal. A isto se deve a maior ênfase dada ao sujeito obediente a uma “expectativa social” de que o agente estaria ligado de forma subjetiva à transgressão — seja no que se refere ao seu caráter, suas origens ou ao meio social. O mesmo ocorre no que tange ao processo de “assujeitamento”, como o autor define o processo onde ocorre uma assimilação da sujeição criminal pelo agente através de auto-justificações. O que dimensiona a sujeição criminal é a capacidade de o agente fazer a ligação e interpretar um curso de ação realizado por ele.

Misse propõe a hipótese de haver uma seleção social da sujeição criminal, uma vez que ela acompanha as divisões da estratificação social:

Como toda sujeição criminal tende a produzir uma condensação com determinados tipos sociais (...) pode desenvolver-se uma específica “subcultura da sujeição criminal” que incorpora traços afins a outras subculturas. (...) Não basta, portanto, à sujeição criminal, que ela ligue a subjetividade do agente à expectativa de reiteração da transgressão; é necessário também que essa ligação se dê em determinadas condições *sociais*, que definirão algo como uma estratificação social dos agentes passíveis de sujeição criminal.¹⁶⁶

Misse afirma a necessidade de atentar para a “profunda dimensão ideológica” que está em jogo no processo de constituição deste sujeito. Vale destacar o que se entende por tipo social, que, segundo o sociólogo, não deixa de ser um estereótipo, uma generalização de cunho superficial, um “clichê discriminante”, no entanto vai mais além, pois existe na representação social e exprime relações sociais. O tipo social pode ser entendido como “a acentuação de certos traços de conduta considerados decisivos para a compreensão de um curso de ação”¹⁶⁷ a partir da avaliação ou da emergência de códigos sociais de conduta. A eles, correspondem estilos de vida:

Certos estereótipos se prestam, com maior facilidade, para a construção social dos tipos. Compreendidos como pertencentes ao objeto (...), os tipos sociais podem ser úteis à análise por reunirem e condensarem em *indivíduos* o que pertence ao nível das *diferenças* nas

¹⁶⁵ Idem, 200

¹⁶⁶ Idem, 228

¹⁶⁷ Idem, 251

relações sociais e nos modos e estilos de operar o poder por diferentes grupos. (...) Isso porque investigo tipos sociais construídos sobre *desnormalizações*, sobre cursos de ação socialmente acusados como desnormalizados.¹⁶⁸

Esta análise acerca dos tipos sociais é importante para se compreender as demarcações e os limites da sujeição criminal.

No Rio de Janeiro, o tráfico de drogas cristalizou-se como sendo a principal prática criminal da sujeição. Antes mesmo de estar associado ao tráfico principalmente da cocaína, o aumento da violência urbana já era visto como consolidado no final da década de 70.

O estereótipo da associação “pobreza-crime” que, segundo Misse, é perverso, desigual e hipócrita é o que produz demandas por políticas de segurança. Fundada em “valores universais” com implicações etnocêntricas, esta associação causal entre pobreza e crime que se dá no imaginário social mescla problemas de representação, simplificação e redonda num “discurso social falsificado”.

A bandidagem urbana¹⁶⁹ é o tipo de criminalidade que possui maior visibilidade no Rio de Janeiro e é a que se dirige a maior parte da reação moral e social da população¹⁷⁰. A percepção social reúne, assim, as diversas categorias sob um mesmo “balaio” classificada como a violência urbana – idéia também difundida e reproduzida pela mídia. De acordo com seu pensamento, o desafio de analisar a causalidade da bandidagem urbana no Brasil está na constatação de que a maioria dos sujeitos criminais provém das camadas pobres, mas que, ao mesmo tempo, a esmagadora maioria dos pobres não opta pela carreira criminal.

Esta inevitável associação simplificada entre pobreza e crime tem se tornado hegemônica e constituída “positivamente pela fantasia de que todos os conflitos podem ser resolvidos por um operador monopólico, o estado, (...) mas que ao mesmo tempo é constituído negativamente pelo medo (se já não virou paranóia)”¹⁷¹.

A opinião generalizada que correlaciona uma causalidade direta entre indicadores de pobreza e criminalidade, como se a pobreza fosse a causa primeira da criminalidade e do aumento da violência urbana, é considerada por Misse “extremamente ingênua”. Segundo o autor, um dos principais argumentos críticos a esta tese é: se a pobreza causasse o crime, a maioria dos pobres seriam criminosos. Além disso, se a grande maioria de presos é de pobres, negros e desocupados deve-se ao “roteiro típico” que a polícia segue e associa de

¹⁶⁸ Idem, 252

¹⁶⁹ Ladrões ocasionais que realizam furtos, quadrilhas de assaltantes, ou empresas criminais que operam ações de larga escala, são todos sujeitos classificados juntos na categoria de bandidagem urbana, segundo Misse.

¹⁷⁰ Idem, 2006, 26

¹⁷¹ Idem, 27

antemão a pobreza, marginalidade com a criminalidade. Esta tese “não explica porque a maioria dos criminosos pobres é masculina e jovem”¹⁷².

Esta é uma questão um tanto quanto complexa e não poderia ser reduzida a uma causa única e determinante. “O crime não é um privilégio de classe”¹⁷³, e não há nenhuma correlação entre pobreza e criminalidade. Para o autor, “a representação social dominante revela uma expectativa racional, amplamente difundida, de que a privação relativa e pobreza extrema podem conduzir ao crime”¹⁷⁴. A questão, então, seria analisar a pobreza e a justificação da escolha criminal e compreender os pobres que optaram por esta carreira criminal.

Em seu outro artigo¹⁷⁵, Michel Misse propõe analisar a construção social do crime ou os processos sociais que materializam a criminalização com base em algum tipo de acusação social. Seu pensamento aponta para quatro pontos de análise: 1) “criminalização” de uma ação definida como crime através de uma reação moral e que institucionaliza uma sanção; 2) a “criminação” de um evento pelas interpretações que classificam como criminalizadora um curso de ação singular; 3) a “incriminação” do sujeito autor do evento; 4) a “sujeição criminal”, uma seleção preventiva de supostos sujeitos que compõem ‘tipos sociais’ considerados propensos a cometerem um crime.

A acusação social integra um ato subjetivo que cumpre uma função auto-reguladora, uma espécie de vigilância exercida sobre seu auto-controle, mas também a acusação é exteriorizada e ultrapassa a intimidade e ganha a esfera pública. Misse pergunta-se se o objetivo da acusação seria a transgressão em si ou o sujeito que praticou a transgressão. Na modernidade, esta separação entre transgressão e transgressor se extingue e se funde, busca-se identificar motivos e explicações que levaram o indivíduo a cometer o ato de transgressão. Antes era o evento que exigia uma “reparação” do agente transgressor, depois passou a ser a “culpabilidade” do agente e não apenas a transgressão. O sujeito é perseguido pela acusação e não por sua transgressão, e é denunciado pelo seu baixo-controle por sua anormalidade, incivilidade ou por ter uma posição de fraqueza tanto moral, social ou de caráter.

O crime como um acontecimento social e não individual é definido na esfera pública, e não está no evento mas na relação social que o interpreta. A partir do momento que o recurso privado à força e o enfrentamento físico foram extintos na modernidade e

¹⁷² Idem, 34

¹⁷³ Ibidem

¹⁷⁴ Idem, 35

¹⁷⁵ MISSE, M. “Sobre a construção social do crime no Brasil – Esboços de uma interpretação” (que aproveita capítulos de sua tese de doutorado em 1999),

transformado em crime, este enfrentamento passou a ser papel do estado – que detém o dispositivo legal da incriminação do sujeito autor e seu indiciamento.

Foucault é citado neste artigo ao considerar que na modernidade o uso da acusação se insere na “passagem da lei à norma”. Quando é a lei que impera sobre a norma, não se pune o sujeito, mas, nele, a sua transgressão; quando, ao contrário, é a norma que dita a lei, é o sujeito da transgressão quem está em questão¹⁷⁶. A acusação, no entanto, une o sujeito à transgressão e reifica sua personalidade de forma homogênea para transgressor ou não-transgressor, e “o mundo é dividido, em ‘bons’ e ‘maus’”¹⁷⁷.

Seguindo esta lógica, a polícia é o agente encarregado imediato da acusação. Kant de Lima citado diz que “a polícia atua como um elo intermediário entre o sistema judicial elitista e hierarquizado e o sistema político (legal) igualitário”¹⁷⁸. E, portanto, abre-se uma brecha para o desenvolvimento de um mercado ilícito de “mercadorias políticas” que fará com que esta negociação seja feita também de forma clandestina entre acusados e agentes da lei – um mercado clandestino de trocas de bens ou serviços políticos. Não é apenas uma corrupção, mas a “constituição de uma ordem ilícita funcional para o tratamento, encaminhamento e solução de contradições sociais em escala micro-social, inter-individual, algo como uma ‘ordem legítima’ paralela, em convivência contraditória mas não necessariamente conflitual com a ordem legítima legal”¹⁷⁹.

Como a polícia seria a primeira instância deste poder de acusação, “a fase policial do processo de incriminação ganha uma autonomia e importância (...) quanto maior for o grau de exclusão e segregação social do acusado”¹⁸⁰. Esta relação entre sujeição criminal e distância social, dependendo como é feita, pode abranger grandes extensões sociais da sujeição criminal, podemos citar como exemplos as favelas cariocas, bairros, além de traços sociais de classe, gênero, raça e idade. Para Misse, em função da desconfiança acerca das ações dos agentes encarregados da administração estatal da justiça, principalmente a polícia, as classes sociais excluídas tendem a ser as que menos recorrem à polícia e à justiça, ao passo que se tornam o principal universo da desconfiança e repressão policial¹⁸¹. O autor considera este fenômeno um processo de desenvolvimento histórico caracterizado por uma acumulação da exclusão de grandes segmentos da sociedade do acesso aos direitos civis e também de cunho sócio-econômico. Este segmento social se torna, assim, o mais suscetível de “oferecer indivíduos à sujeição criminal”, a percepção de vítima preferencial das ações policiais.

¹⁷⁶ FOUCAULT *apud* MISSE, 1999, 2

¹⁷⁷ *Ibidem*

¹⁷⁸ LIMA *apud* MISSE, 1999, 3

¹⁷⁹ *Idem*, 4

¹⁸⁰ *Idem*, 7

A desconfiança da população carioca de baixa renda em relação à polícia tem como um dos efeitos o aumento do poder da polícia nas relações com estas classes. Isso, porém, marcou uma generalização de arbitrariedades e de mercados políticos ilícitos, além de fortalecer a “lei do silêncio” imposta por bandidos sobre as comunidades pobres. Assim, é reforçada a percepção social de que a desigualdade da regulação legal depende, na maioria das vezes, da posição do indivíduo na estratificação social.

De acordo com o pensamento de Misse, a justiça privada que substitui os procedimentos legais no que se refere às questões jurídicas acaba sendo mais eficaz para a resolução de certos conflitos. Ele destaca, como exemplo, os linchamentos, as chacinas e acertos de conta, a contratação de pistoleiros, e até mesmo a criação de grupos de extermínio por policiais ou ex-policiais, os chamados ‘esquadrões da morte’, que têm um apelo à morte como forma de resolver todos os problemas. Isto não aparece de uma hora para outra, “leva muito tempo social para acumular-se, dinamiza-se em alguns ciclos e ganha maior capacidade e abrangência de produzir vítimas em outros, graças ao incremento tecnológico das armas”¹⁸².

A polícia, como aponta o autor, é a grande mediação que detém a autoridade e os recursos de ameaça ou uso da violência, mas que jamais foi inteiramente controlável pelo dispositivo judiciário. É através da presença do estado – sob a forma de polícia – e não a sua ausência que constitui um dos focos de enfrentamentos, de violência nas favelas ou em bairros pobres do Rio de Janeiro.

Mais do que à força da lei, uma significativa parcela de jovens pertencentes aos segmentos subalternos do Rio de Janeiro temem e odeiam a polícia. Eles a representam não como uma força legal, mas como um “outro generalizado” constituído por indivíduos que se sentem investidos pela lei da força, uma força ilegal paradoxalmente revestida da força de lei. A mesma lógica que presidiu, nas áreas pobres da cidade, à distinção entre bandidos bons e bandidos maus, e que fora transferida, em outros tempos, para avaliar a corporação policial, principalmente a Polícia Militar, distinguindo bons e maus policiais, foi se desintegrando em sua experiência social nas últimas décadas. Toda a corporação parece ter sido atingida pela desconfiança e, seguindo a mesma lógica de produção da sujeição criminal, foi tornada “estrangeira”: os policiais viraram os “alemão”, os inimigos mortais, representados como cruéis, arbitrários, desleais, corruptos, servís em relação aos “bacanas”, enfim, como covardes.¹⁸³

¹⁸¹ Idem, 8

¹⁸² Idem, 9

¹⁸³ Idem, 1999,10

No caso brasileiro, Misse aponta para a existência de uma “cidadania excludente” ou “regulada” que diferencia os processos de criminalização de pobres e não-pobres. Os “roteiros típicos” realizados pela polícia não são inventados por ela e tampouco exclusivos dela. A legitimidade deste processo é garantida pela população e o senso comum que impera alimentando estereótipos como o que associa a pobreza ao crime.

O acréscimo da violência na atividade criminal data da década de 80 com a entrada da cocaína no mercado ilegal de drogas. A maior criminalização da venda de drogas aumenta de forma simultânea os lucros e o seu poder de atração. Na impossibilidade legal de haver uma competição ou concorrência regulada, os agentes criminais acabam por utilizar a violência direta para a conquista e a conservação de seus territórios.

Ao tratar a questão das drogas, o autor propõe uma separação entre o consumo de drogas em si e o mercado ilícito que está por trás com uma alta taxa de lucratividade, baixa especialização exigida dos varejistas e o alto risco de concorrência. As causas das soluções violentas nos conflitos nesse mercado que não dispõe de nenhum tipo de regulação legal ou de resolução judicial dos conflitos, aponta o autor, resultam da sobreposição de dois mercados ilícitos:

- O mercado varejista das drogas no Rio em que baseia-se na falta de capital de giro, na hierarquia organizacional e funciona em um sistema de consignação de vendas. Assim, este mercado não-regulável e de alto risco marcado pela desconfiança segue a lógica de retaliação. Nas áreas urbanas pobres existe o controle de um território físico com a oferta de mão-de-obra – os soldados do tráfico assalariados –, mas que muitas vezes atua sob o risco de enfrentamento com a polícia. Assim, com a constante repressão policial a estes territórios e o aumento da desconfiança entre estas redes, “a violência torna-se o (...) recurso para afugentar clientela de uma área ou simplesmente ocupá-la pela força”¹⁸⁴.
- Um segundo mercado ilícito que se sobrepõe é o das mercadorias políticas compostas pela oferta de armas, proteção, sigilo e informação. Policiais trocam, através da extorsão, mercadorias políticas expropriadas por eles do Estado.

Este jogo de relações e de mercados ilícitos sobrevive enquanto houver compradores e clientes de drogas ou destas mercadorias políticas:

A lógica da violência alimenta-se assim da sobreposição dos dois mercados, um que oferece drogas a varejo baseado num precário sistema de consignação de vendas, outro que oferece armas e outras mercadorias políticas ao primeiro, retaliando com violência quando a extorsão não é aceita. Não existem formas de acabar totalmente

¹⁸⁴ Idem, 2006, 111

com os dois mercados enquanto houverem clientes para drogas e clientes para mercadorias políticas. A prisão de “donos” e “gerentes” funciona seja como atenuador temporário, em algumas áreas, seja como matriz da rotatividade de novas lideranças ou propiciadora de novas invasões. A prisão dos “policiais corruptos”, embora seja moral e legalmente desejável e constitua o melhor começo para a solução, padece de dificuldades e complexidades culturais extraordinárias.¹⁸⁵

Consolidado e resistente a vários governos, o comércio varejista de drogas no Rio sobrevive às inúmeras invasões policiais. Praticamente todos os denominados “donos” já foram presos e mortos pela polícia, e mesmo após terem se tornado os principais alvos da polícia, os traficantes “permanecem com tanta força”. O autor apresenta algumas possíveis razões, mas que não são capazes ou suficientes para explicar a sua totalidade.

O consumo de drogas responde a uma oferta e não apenas a uma demanda inercial. Esta oferta se beneficia pela existência de várias redes de atacado e de varejo sobrepostas umas às outras – o que ele nomeia de “comandos”, são denominações de caráter simbólico de proteção a presidiários. O que serve como atrativo para este mercado informal e ilegal, o “movimento”, é a alta e rápida lucratividade apesar dos altos riscos de prisão ou morte. Além disso, deve-se levar em conta também a oferta de mercadorias políticas negociadas por policiais e agentes penitenciários que “vendem” proteção a traficantes favorecendo a impunidade e, mesmo quando presos, possibilitam o controle dos negócios.

Mediante este panorama, não é fácil ou tampouco rápida a solução desta questão. Sempre que se pensou desta forma com as inúmeras e famosas operações policiais acabou servindo como fator de realimentação do próprio mercado de drogas e armas – “num círculo vicioso infernal que produz mais violência no varejo e menos apoio das comunidades pobres à ação policial”¹⁸⁶.

Misse destaca claramente que “não adiantará nada lotar as prisões de pequenos traficantes (ainda que perigosos) se seus fornecedores continuam a atrair outros jovens para sucedê-los no atrativo e arriscado negócio”¹⁸⁷. Mesmo que efêmero, este negócio atraente e até mesmo visto como um estilo de vida se torna muito sedutor devido a fatores e carências sociais, tais como: o descompasso entre educação e mercado de trabalho, os baixos salários não proporcionais ao estímulo de consumo nas últimas décadas, além da desestruturação da família urbana.

¹⁸⁵ Ibidem, 111-112

¹⁸⁶ Idem, 113

¹⁸⁷ Ibidem

Uma das características comuns ao mercado ilícito é a absorção de ex-presidiários que geralmente não encontram emprego no mercado de trabalho. Mas também, “o mercado ilícito, por acenar com ganhos rápidos, exerce forte poder de atração nos segmentos de jovens pobres ou de jovens consumidores da classe média”¹⁸⁸. O que Misse destaca por “sedução do crime” se deve à rotina de uma “vida cotidiana banalizada, ritualística e com ganhos de renda medíocres”¹⁸⁹.

Como já mencionado, a transição de grupos de assaltantes para o tráfico nas favelas e nos conjuntos habitacionais de baixa renda deu-se no período que houve maior oferta de cocaína no mercado latino-americano. Em meados dos anos 80, o varejo já estava organizado em duas grandes redes na cidade, uma que havia se originado da Falange Vermelha e posteriormente nomeada pela imprensa de Comando Vermelho, e a Falange do Jacaré mais tarde denominada de Terceiro Comando. Estas redes ainda se baseavam nas articulações dentro dos presídios baseadas em redes de proteção dentro das penitenciárias. Depois da prisão de principais líderes, a segmentação das redes e o aumento da violência se aprofundaram resultando no ingresso de jovens e adolescentes (a “juvenilização do movimento”), e até mesmo a constituição de outras redes concorrentes e rivais.

O mercado ilícito que antes se estruturava com base em bens roubados passou a se sustentar com as transações de drogas. Segundo Misse, em cada “boca de fumo” atuam até cem pessoas com diferentes tarefas organizadas em uma hierarquia a partir do controle e do uso de armas importadas (muitas vezes superiores tecnologicamente que as armas da polícia). Estas redes envolvem diretamente mais de 50 mil pessoas em 900 favelas e conjuntos habitacionais do Rio. O resultado acabou causando o desenvolvimento de uma “sociabilidade violenta” com o aumento da violência como garantia das transações e também como uma forma de resolução de conflitos.

Apesar de discordar da antiga associação da situação de pobreza e a adesão criminal, o autor reconhece que a partir da pobreza e da privação podem ser criadas estratégias que incorporem a opção criminal. “É evidente que essa incorporação não é feita pela maioria dos que sofrem com a pobreza e a exclusão”¹⁹⁰.

No que se refere à relação forçada de convivência e até mesmo de cooperação entre grupos de traficantes e moradores, o crescimento deste mercado informal (o “movimento”) deveu-se ao envolvimento de nascidos e criados em comunidades pobres. “A tradicional desconfiança e medo do cidadão comum do Rio em relação à polícia, que vem desde o final

¹⁸⁸ Idem, 127

¹⁸⁹ Ibidem

¹⁹⁰ Idem, 128

do século passado, produziu rearranjos estratégicos no cotidiano da cidade”¹⁹¹. A relação com a polícia, ao contrário de se pensar um nível de “punibilidade baixo”, na verdade indica um alto nível de punibilidade, “cego” e arbitrário.

O uso da violência ou de sua ameaça como forma de impor a negociação de mercadorias políticas também se confunde com as ações de repressão legal ao tráfico. “A histórica desconfiança em relação à polícia, existente no Rio desde o século passado e reproduzida ampliadamente na longa experiência dos mercados ilícitos tradicionais, (...) alcança um novo patamar na história do ‘movimento’”¹⁹², pois envolve as populações das comunidades urbanas de baixa renda constantemente postas sob pressão das “operações policiais”. Não são raras as áreas que os moradores afirmam temer mais a polícia que os próprios traficantes locais. E a resolução de conflitos por meio de armas ganha uma dimensão “inérita” e contribui para a demonstração de força e poder que é preciso para manter e preservar o movimento.

Generaliza-se, a partir dos territórios controlados pelos traficantes, uma “sociabilidade violenta”, caracterizada pela desconfiança em todas as transações, por um novo tipo de individualismo que desconhece a alteridade ou a despreza e por uma “lógica de guerra” atomizada, segmentada e sem qualquer projeto que não seja o de continuar vivo.¹⁹³

¹⁹¹ Idem, 125

¹⁹² Idem, 239

¹⁹³ Idem, 240

6. A COBERTURA DA OPERAÇÃO NO COMPLEXO DO ALEMÃO: O GLOBO E O DIA

Neste capítulo, apresentamos a noção de que a violência não se concentra apenas nos temas abordados, mas está também presente na linguagem que os meios de comunicação empregam para noticiar o acontecimento. O interesse sobre a segurança pública passou a adquirir espaço nos jornais de forma mais expressiva nos anos 90. Neste tópico, é traçado um cenário atual da cobertura de segurança pública no Rio de Janeiro e qual o tipo de tratamento conferido pelos jornalistas, segundo a autora Silvia Ramos.

A discussão da abordagem realizada pela imprensa tem destaque neste capítulo, na medida em que será analisada a cobertura dos jornais O GLOBO e O DIA separadamente, ao longo da semana que sucedeu a operação policial no Complexo do Alemão (entre 28 de junho e 4 de julho de 2007). A pesquisa está voltada para a análise do texto jornalístico de matérias assinadas no âmbito do conceito de sujeição criminal, da associação entre pobreza e criminalidade e da percepção do tráfico de drogas como principal componente da violência urbana a ser combatido.

Como parte dos objetivos traçados para esta pesquisa, uma análise quantitativa da frequência das matérias sobre o tema foi feita, assim como quantificado o volume de chamadas que apareceram na capa sobre o assunto e o número de matérias principais e coordenadas. A qualidade das fontes consultadas também foi um importante tópico a ser observado. A predominância de um tipo específico de fonte nas notícias pode ser um reflexo também da desigualdade de tratamento ao restringir as diversas vozes implicadas na construção da realidade.

Após a exposição das categorias utilizadas para analisar os indicadores empíricos e a análise propriamente dita de cada veículo de forma separada, optou-se por realizar um cruzamento do que foi observado em cada uma das categorias entre os dois jornais, facilitando, assim, a comparação e uma possível diferenciação da abordagem por cada veículo noticioso.

6.1 Visões sobre a cobertura da segurança pública no Rio

A mídia participa da construção social da violência brasileira como um dos personagens e não apenas como seu relator público, afirma Misse (2005)¹⁹⁴. A violência urbana é também uma representação social de práticas, conflitos e relações reunidos em uma

¹⁹⁴ M. Prefácio. In: *Sociologia da Violência: textos sobre juventude e mídia*. JÚNIOR, E., MARTINS, I, et MEDEIROS, K. Editora Universitária - PPGS/UFPB: João Pessoa, 2005. P 11.

mesma “constelação simbólica”. E os atores colocados em cena obedecem a um tripé: o bandido, a vítima e a polícia, o que, segundo Misse, correspondem ao réu, à acusação e ao juiz.

A sujeição criminal na imprensa também posta em prática e reproduzida uma vez que os meios de comunicação se utilizam deste processo que incrimina um cidadão transformando-o em um “não-homem”, do criminoso ao “bandido”. “Em nome de uma atitude racionalmente preventiva, construímos todas as condições através das quais iremos punir preferencialmente (...) pessoas que, mesmo não estando a cometer nenhum crime, são suspeitas de serem potencialmente propensas a cometê-lo”¹⁹⁵ — são os bandidos “metafóricos” ou “metonímicos”.

O acréscimo da violência nas últimas décadas fez com que as notícias sobre crimes ganhassem mais destaque nos veículos de imprensa e migrassem das editoriais de polícia para a geral ou cidade. A imprensa seleciona os fatos de violência que considera interessantes e tem o poder de definir o que será publicado e com qual destaque, correspondendo a um ato de seletividade e de exclusão (MENDES, 2005)¹⁹⁶. Um primeiro aspecto a ser levado em conta no processo de produção da notícia é o grau de intensidade e força de impacto presentes nas ocorrências. “Os jornais funcionam selecionando no mundo da violência, a violência de maior destaque”¹⁹⁷.

Segundo a autora, a novidade informativa divulgada pelos meios pode até mesmo comprometer a formação da sensibilidade humana a ponto de que o “receptor deixa de ser capaz de se sensibilizar quanto ao trágico, a miséria e a dor. A repetição continuada da violência amortiza a indignação e age no sentido de sua banalização”¹⁹⁸. Mendes aponta que a dimensão de classe é um elemento fundamental na seleção das notícias a serem publicadas nos jornais e que “a relação da violência com a juventude urbana pobre vem sendo nitidamente destacada através dos meios de comunicação”¹⁹⁹. Ao conferir maior destaque aos casos de violência proveniente da população de baixa renda, os veículos acabam por ocultar as “violências consideradas de caráter estrutural ou outras capazes de explicitar as reais causas das desordens sociais”²⁰⁰ como abusos policiais, o desemprego de jovens, precárias condições de vida e habitação.

¹⁹⁵ Idem, 12

¹⁹⁶ MENDES, Idem, 79

¹⁹⁷ Ibidem

¹⁹⁸ COSTA *apud* MENDES, 2005, 80

¹⁹⁹ Idem, 82

²⁰⁰ Idem, 81

O pensamento de Misse e Mendes vai de encontro ao ressaltar que a violência não se concentra apenas nos temas abordados, mas está presente também na linguagem que a mídia emprega para reproduzir o acontecimento.

A partir da década de 90, o tema sobre segurança pública ingressou de forma mais expressiva nas páginas dos jornais. Contudo, segundo Silvia Ramos (2007), apesar de o assunto sobre segurança pública ter se tornado freqüente nas páginas dos jornais, a grande maioria das matérias relata o factual e apenas uma minoria apresenta uma abordagem mais contextual com análises²⁰¹. Muitas vezes, as matérias são motivadas por assuntos individuais e fatos cotidianos. Ramos aponta que os jornais ainda têm reduzida iniciativa no setor e se deixam dominar pela avalanche de acontecimentos do dia-a-dia, dando espaço limitado para a análise e a crítica²⁰².

A cobertura jornalística corre atrás do crime ocorrido e das ações policiais, mas tem pouca iniciativa de pautar um debate público consistente. O que predomina no dia-a-dia é um tratamento superficial que revela um investimento ainda pequeno das redações em retratar o setor. Esta é uma das contradições que a mídia apresenta, pois ela denuncia a gravidade da crise da segurança pública, mas abdica do papel de tomar a dianteira no debate sobre o tema²⁰³. As páginas dedicadas a ocorrências policiais são raramente relacionadas a uma situação social ou a políticas públicas. A cobertura, para Ramos, sofre de dependência das informações policiais que são a principal fonte de informação para a maioria das reportagens. A predominância de uma só pessoa ou instituição como a origem dos dados, pode gerar uma carência de outros importantes atores sociais, uma vez que “o noticiário sobre violência e criminalidade é principalmente composto de registros de ações policiais”²⁰⁴.

O resultado é um conjunto de matérias que predomina a pouca contextualização e a pluralidade, dependente da perspectiva do delegado ou da Polícia Militar. “Os textos sobre segurança raramente expõem vários pontos de vista sobre o mesmo assunto. Mesmo quando trazem fontes diferentes, as reportagens não comparam pontos de vista diferentes. Na cobertura de segurança, a imprensa abre mão do compromisso de promover o debate entre os vários segmentos da sociedade”²⁰⁵. E no que se refere às coberturas nas favelas, a imprensa caracteriza os territórios populares como espaços exclusivos da violência. Ramos acrescenta ainda que os jornais, ao enfatizarem os conflitos armados e as ocorrências policiais na

²⁰¹ RAMOS, S. et PAIVA, A. “Mídia e Violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança pública no Brasil”. RJ, IUPERJ, 2007

²⁰² Idem, 19

²⁰³ Idem, 26

²⁰⁴ Idem, 37

²⁰⁵ Idem, 38

cobertura dos espaços populares, podem valorizar ainda mais as soluções bélicas para o problema da segurança.

6.2 Categorias analisadas

Nesta etapa do estudo será feita a análise discursiva, tanto qualitativa e quantitativa, sobre os três pontos a serem examinados no conteúdo noticioso dos jornais. Para analisar cada um deles – o conceito de sujeição criminal, a associação entre pobreza e criminalidade e o tráfico de drogas – foram estabelecidos indicadores empíricos.

No conceito de sujeição criminal, seis questões foram levantadas a fim de verificar se no discurso jornalístico é possível constatar a reprodução desta concepção pelos veículos noticiosos.

(1) Se há descrição militarista da operação nas notícias: é um importante elemento a ser analisado uma vez que, se bastante utilizado para descrever situações de conflitos armados nas ocorrências policiais em favelas, pode indicar uma possível valorização de um contexto bélico. Esta descrição de cunho militar pode apontar para um tratamento diferenciado dos sujeitos, uma vez que trata o criminoso ou traficante como inimigo que deve ser combatido e eliminado — o discurso da guerra contra o crime. O objetivo de empregar este indicador é verificar se está presente no discurso midiático a predominância da metáfora da guerra para explicar a violência urbana, como se uma guerra estivesse sendo travada nesses territórios polarizados (entre favela e “asfalto”), como uma cidade partida.

(2) Se na redação há descrição de armamento, tanto utilizado quanto apreendido: ao constatar trechos nos textos jornalísticos que descrevem de forma detalhada todo o armamento apreendido, é possível reforçar ainda mais o discurso bélico reproduzido nas matérias citadas.

(3) Se há descrição de vítimas inocentes: a presença de trechos que contém a descrição de moradores ou pessoas inocentes que teriam sido vítimas dos confrontos contribui para aprofundar o entendimento de como é reproduzida a concepção de sujeição criminal pelas matérias selecionadas. Pois assim, a polarização dos dois lados do conflito se evidencia, uma vez que entre os traficantes e a polícia, estão os inocentes que ficam no “fogo cruzado”.

(4) Se é possível observar a constituição de traficante como inimigo ou da favela como um território à parte: ao se estabelecer o tráfico de drogas como um inimigo da polícia a ser combatido e a favela como um território à parte controlado pelos traficantes, sugere-se um tratamento desigual conferido a estes grupos e a estas localidades. E é justamente o

tratamento diferenciado, a idéia de que “o crime existe só no outro”, no inimigo, no “monstro” que evidencia a sujeição criminal — como se o sujeito tivesse incorporado uma identidade social negativa e estivesse tomado de uma essência que precisa ser suprimido.

Além de analisar a ocorrência nos dois primeiros parágrafos e no último de cada matéria das combinações de palavras na mesma frase, são elas: (5) ‘tráfico’ ou ‘traficante’ e vocábulos que se remetam a metáforas de guerra (e o número de vezes que aparece); e (6) as palavras ‘polícia’ e ‘Força Nacional de Segurança’ associada à metáfora de guerra. A análise destas combinações, como mencionado, é mais uma ferramenta para auxiliar na verificação sobre o conceito de sujeição criminal.

Na associação “pobreza-crime”, foi feito o mesmo tipo de análise quantitativa acerca do número de vezes que a combinação ‘tráfico’ ou ‘traficante’ e ‘favela’, ‘morro’ ou ‘Alemão’ aparecem. O mesmo ocorreu com as palavras ‘polícia’ ou ‘Força Nacional de Segurança’ e ‘favela’, ‘morro’ ou ‘Alemão’ que apareciam na mesma frase.

No que se refere ao tráfico de drogas, para compreender a relação desta atividade ilícita com a criminalidade urbana como se fosse o principal componente a ser combatido pela polícia, estabeleceu-se quatro pontos a serem avaliados nas matérias. São eles:

(1) se o grupo criminoso é descrito como bem organizado, como uma hierarquia: esta é uma pergunta a ser feita, uma vez que se pretende entender como o discurso midiático apresenta a organização destes grupos criminosos, se eles são de fato organizados de uma forma hierárquica e como conseguem manter o controle sobre as suas áreas de influência. A partir desta análise, será possível verificar se o tráfico de drogas seria, de fato, visto como o principal elemento da violência urbana, pois ele representaria uma facção não só criminosa, mas também organizada competindo com o estado formal, uma espécie de estado paralelo.

(2) Se as notícias descrevem o domínio do tráfico sobre a comunidade: através da observação de trechos que descrevem como se exerce o controle da facção de traficantes sobre a comunidade que reside no território onde eles “dominam”, é possível corroborar a idéia largamente difundida de que o tráfico de drogas seria uma das principais, ou se não, a maior vertente da criminalidade urbana no Rio.

(3) Se descreve o modo de ação do traficante: a descrição do modo de ação dos traficantes reforça ainda mais o domínio do tráfico sobre a comunidade. Este é um dos pontos a ser analisado a fim de confirmar a hipótese de que o tráfico de drogas seria o principal elemento da violência urbana a ser combatido pelas forças de segurança no Rio.

(4) Se há alguma descrição acerca da relação com a polícia ou até mesmo de corrupção: este ponto pode levantar se há nas matérias algum tipo de menção a possíveis “acordos” que possam ser realizados com o tráfico, ou até mesmo uma alusão à corrupção.

6.3 Análise da Cobertura

6.3.1 O GLOBO

Nos sete dias de edições selecionadas do jornal O GLOBO, em cinco deles o tema da operação policial no Complexo do Alemão apareceu na capa: nos dias 28 de junho (logo no dia seguinte a operação), 29 e 30 de junho, 1 de julho e 3 de julho. Já no dia 4 de julho data que marcou exatamente uma semana após a realização da operação, o tema já não era mais pauta para o veículo.

Das 37 matérias coletadas neste período, 15 delas foram temas de matérias principais (no entanto, obedecendo a critérios de assinatura das matérias, uma não será analisada), e das 22 matérias coordenadas encontradas, apenas dez serão analisadas por terem sido assinadas. Foram, no total, 24 matérias analisadas no jornal O GLOBO entre os dias 28 de junho e 4 de julho de 2007.

No dia seguinte a operação, apenas três notícias abordaram o tema da “megaoperação” realizada. O dia em que foi registrado o maior volume de notícias publicadas sobre o assunto foi no dia 29 de junho, dois dias após a operação, onde houve nove matérias, sendo que quatro principais e 5 coordenadas. Já no dia seguinte, dia 30 (um sábado) o número caiu para quatro notícias, depois para duas, e na segunda-feira, dia 2 de julho, apenas uma notícia retomava o assunto. Somente no dia 3 de julho, após o anúncio do presidente Lula de investimentos em obras nas favelas cariocas que o assunto volta a ser tema no jornal, inclusive de capa com duas chamadas. Nesta edição, o número de notícias sobe para quatro novamente. Já no último dia analisado, 4 de julho, o assunto não é mais capa no jornal e apenas uma matéria é publicada que trata da possível execução de oito pessoas por policiais. Veja a tabela a seguir:

Quantidade de Matérias Publicadas - O GLOBO				
Data	Capa	Principais	Coordenadas	Total (Princ+Coord)
28/jun	1	2	1	3
29/jun	1	4	5	9
30/jun	1	2	2	4
01/jul	1	2	-	2
02/jul	-	1	-	1
03/jul	2	2	2	4
04/jul	-	1	-	1

(Tabela 1: Quantidade de Matérias Publicadas – O GLOBO)

Ao longo de uma semana, o referente veículo mobilizou 23 jornalistas para realizar a cobertura sobre a operação no Complexo do Alemão e seus desdobramentos. Vale destacar, que o veículo utilizou inclusive um jornalista da sua filial em São Paulo. No primeiro dia de cobertura, dia 28 de junho, apenas quatro jornalistas foram encarregados que fazer as três matérias; em seguida, no dia 29, o número de repórteres dobrou, subiu para oito. Já nos dias que se seguiram, 30 de junho e 1 de julho, o número de cinco jornalistas foi mantido. Na segunda-feira, 2 de julho, apenas um jornalista assinou uma matéria sobre o tema. O dia 3 de julho, como mencionada a vinda de Lula para o anúncio do PAC das Favelas, foi a edição em que contou com maior número de jornalistas mobilizados para a cobertura, nove, tanto para o evento do presidente como para as repercussões da operação em si. E, no último dia de análise, apenas dois jornalistas assinaram uma única matéria publicada nesta edição de 4 de julho.

Para a análise dos 29 títulos publicados em O GLOBO, optou-se por estabelecer um rol de palavras em comum a serem verificadas nos dois impressos. Foram publicados cinco títulos na capa, 14 nas matérias principais e dez nas coordenadas. Foi observada a ocorrência de 16 palavras apontadas como chaves, são elas: ‘Alemão’; ‘armas’ ou ‘fuzil’; ‘arsenal’; ‘bando’, ‘bandido’ ou ainda ‘bandidagem’; ‘crime’; ‘drogas’; ‘favela’; ‘Força Nacional de Segurança’ ou sua sigla (FNS); ‘guerra’; ‘invasão’; ‘mata’, ‘morte’ ou ainda ‘morto’; ‘megaoperação’, ‘operação’ ou ‘ação’; ‘polícia’ ou ‘policial’; ‘quadrilha’; ‘toma’ ou ‘tomada’; ‘tráfico’ ou ‘traficante’.

Nos 29 títulos, as palavras com maior recorrência foram ‘Alemão’ e ‘polícia’ (ou também ‘policial’) que apareceu oito vezes. Em seguida as palavras que mais se repetiram foram as referentes ao ‘tráfico’ ou ‘traficante’, bem como os vocábulos referentes à ‘mata’, ‘morte’ ou ‘morto’, com cinco vezes cada um destes dois grupos. As palavras ‘megaoperação’, ‘operação’ e ‘ação’ apareceram quatro vezes, assim como a referência à ‘favela’ também registrou a mesma frequência. Vale destacar que as palavras ‘armas’ ou ‘fuzil’; ‘drogas’; ‘quadrilha’ e ‘tomada’ não apareceram nenhuma vez nos títulos. ‘Bando’, ‘bandido’ ou ‘bandidagem’; ‘crime’; e ‘invasão’ foram utilizadas apenas uma vez nos títulos.

E no que se refere aos 28 subtítulos analisados (cinco na capa, 13 nas matérias principais e dez nas coordenadas), há uma predominância da palavra ‘Alemão’ (sete vezes), em seguida ‘favela’ e ‘operação’ com seis vezes cada. As palavras que não apareceram nos subtítulos, foram ‘arsenal’, ‘drogas’, ‘guerra’, ‘invasão’, ‘quadrilha’ e ‘tomada’.

Do total, foram 57 títulos e subtítulos analisados e constatou-se que a maior frequência de palavras foi ‘Alemão’ (15 vezes), ‘polícia’ (14 vezes), ‘favela’ e ‘operação’ (dez vezes), ‘tráfico’ (nove vezes) e palavras referentes à ‘morte’ (oito vezes). As palavras

‘drogas’, ‘quadrilha’ e ‘tomada’ não foram utilizadas nenhuma vez; e os vocábulos pouco usados foram: ‘armas’ e ‘invasão’ (apenas uma vez), ‘arsenal’ e ‘bando’ (duas vezes); ‘crime’, ‘FNS’ e ‘guerra’ (três vezes).

Palavras-Chave Títulos	Frequência Títulos	Freq. Subtítulos	Total
Alemão	8	7	15
Armas/fuzil	0	1	1
Arsenal	2	0	2
Bando/bandido/bandidagem	1	1	2
Crime	1	2	3
Drogas	0	0	0
Favela	4	6	10
Força Nacional de Segurança/FNS	2	1	3
Guerra	3	0	3
Invasão	1	0	1
Mata/morte/morto	5	3	8
Megaoperação /Operação/ação	4	6	10
Polícia/policial	8	6	14
Quadrilha	0	0	0
Toma/tomada	0	0	0
Tráfico/traficante	5	4	9

(Tabela 2: Análise Títulos– O GLOBO)

Sujeição Criminal

Das 24 notícias selecionadas do jornal O GLOBO, entre 14 principais e dez coordenadas, todas elas apresentaram pelo menos uma das seis questões levantadas para a análise: desde a descrição militarista da operação ou de armamento; até mesmo a menção a vítimas inocentes; a constituição de traficante como inimigo ou da favela como um território a parte; além de combinações de palavras que associam o tráfico ou a polícia às metáforas de guerra.

Do total das matérias, 18 – ou o equivalente a 75% – apresentaram uma constituição de traficante como inimigo ou favela como um território a parte; além de 11 matérias com descrições de cunho militarista da operação (45%) e cinco que descreveram o armamento. Se estas duas categorias forem fundidas, elas representam mais da metade das matérias (54%). E sobre a menção a “vítimas inocentes” houve dez notícias ou 41%. Ademais, acerca da análise de palavras-chaves nos dois primeiros parágrafos e o no último da cada notícia, cabe destacar que: foi registrada a ocorrência de 17 palavras, em 11 matérias (45%), que associavam ‘tráfico’ ou ‘traficante’ à metáfora de guerra. E de ‘polícia’ ou ‘FNS’ à metáfora de guerra, foram encontradas 27 vezes em 19 matérias (79%).

SUJEIÇÃO CRIMINAL				
Indicadores Empíricos	Principais	Coordenadas	Total	Porcentagem
Descrição militarista da operação	7	4	11	45%
Descrição do armamento	3	2	5	20%
Há descrição de vítimas inocentes?	6	4	10	41%
Há a constituição de traficante como inimigo ou favela como um território a parte?	10	8	18	75%
Análise de palavras-chaves: traficante/tráfico – metáfora de guerra. Quantas vezes?	7 matérias, 12 vezes	4 mat, 5 vezes	11 mat, 17 vezes	45%
Análise de palavras-chaves: polícia/FNS – metáfora de guerra. Quantas vezes?	10 matérias, 16 vezes	9 mat, 11 vezes	19 mat, 27 vezes	79%
			Total: 74	



(Gráfico e Tabela 3: Análise Sujeição Criminal – O GLOBO)

- **"O remédio para trazer a paz, muitas vezes, passa por alguma ação que traz sangue"**²⁰⁶

Das 24 notícias selecionadas do jornal O GLOBO, onze descrevem como foi a operação no Complexo do Alemão de forma militarizada recorrendo a expressões de guerra e ao jargão militar. A primeira matéria sobre a operação policial que ocorreu no dia 27 de junho de 2007 ocupou toda a página 13 da editoria Rio, na série intitulada “A GUERRA DO RIO”. Sob o nome “Polícia mata 19 no Alemão” (publicada no dia 28) a notícia faz uma

primeira abordagem da operação conjunta que mobilizou 1.350 policiais com o apoio da Força Nacional de Segurança. Ela descreve como foi a organização tática das polícias – uso de atiradores de elite, homens do BOPE²⁰⁷, da CORE²⁰⁸ e delegacias especializadas. Logo no início da manhã “todas as entradas das favelas foram cercadas”, fogos de artifício foram soltos para alertar a entrada dos agentes. Veja a seguir a descrição militarista do cenário:

(...) traficantes soltaram fogos e dispararam rajadas de tiros. Houve explosões de granadas. Durante todo o dia aconteceram vários **confrontos**. (...) Policiais do Bope entravam nos carros blindados para abrir caminho para os policiais civis, que entravam a pé. (...) Enquanto a Polícia Civil e o Bope seguiam em direção à parte alta do morro, outra equipe da PM, com a ajuda de uma retroescavadeira, retirava barreiras feitas por traficantes (...). Um dos maiores confrontos aconteceu na localidade conhecida como Areal, na Favela da Grota. Policiais civis **trocaram tiros** por quase uma hora em uma área descampada onde traficantes atiravam de todas as direções. (...) No campo, após **intenso tiroteio**, policiais chegaram a recolher mais de 300 cápsulas de fuzis.

A segunda matéria “Polícia festeja baixas no arsenal do tráfico”, publicada na edição do dia 28 de junho na editoria Rio, página 14, também se insere na série de reportagem intitulada “A GUERRA DO RIO: Planejamento da operação nas favelas durou meses e envolveu setor de inteligência”. Nesta notícia, também é possível destacar algumas expressões que apresentam um contexto bélico da operação: “os policiais atingiram pelo menos dois dos principais alvos nos quais esperavam encontrar armas e drogas”; e “a operação foi planejada durante meses com as informações levantadas pelo setor de inteligência das polícias e pelos policiais que vêm atuando há 50 dias na operação para asfixiar o tráfico no complexo.”

Na edição do dia 29 de junho também parte da série “A GUERRA DO RIO: Superintendente diz que ‘snipers’ foram essenciais para tomada de áreas controladas pelo tráfico”, a matéria principal “Planejamento teve a ajuda de 150 informantes”, publicada na página 17, tenta dar uma noção como foi o planejamento e a organização para que esta operação fosse levada a cabo e obtivesse “sucesso”. Vejamos o trecho destacado:

Os atiradores, do Batalhão de Operações Especiais (Bope), foram infiltrados e posicionados nos morros para montar o **cerco tático**.

²⁰⁶ Trecho publicado na matéria “As pessoas estão à mercê de um estado paralelo”, em O GLOBO, dia 29 de junho, página 18. Ano LXXXII. N°26.989

²⁰⁷ Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar.

²⁰⁸ Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil.

Vale destacar ainda a fala de um delegado que resume o que foi a operação e todo o seu objetivo bélico:

— Posicionamos equipes no alto do morro, com visão para todo o vale que é o Alemão, e outra no centro do alvo, deixando os traficantes cercados. Mesmo assim, a **guerra** foi longa e comemoramos cada metro avançado dentro da **área do inimigo** — contou o delegado, acrescentando que o senso de equipe e a **garra policial** foram os ingredientes principais para o sucesso da operação.

Na matéria coordenada “As pessoas estão à mercê de um estado paralelo”, do dia 29 de junho, publicada na página 18, é uma entrevista concedida pelo secretário de Segurança do estado. Beltrame afirma que a “operação no Morro do Alemão foi de alto nível de inteligência” e que “tudo foi feito para garantir uma operação objetiva”. Sobre o papel da polícia, ele afirma que “a nossa função é muito mais que simplesmente combater o Complexo do Alemão. Nós temos um compromisso com a sociedade de mudar o paradigma de segurança”, e isto, ele se refere ao paradigma da polícia, “e o tráfico está nesse contexto de mudança”. Mais uma frase que enfatiza o tom bélico da atuação da polícia na operação: “o remédio para trazer a paz, muitas vezes, passa por alguma ação que traz sangue”.

▪ Entre fuzis, granadas e lança-rojões

Ao constatar trechos nos textos jornalísticos que descrevem de forma detalhada todo o armamento apreendido, é possível reforçar ainda mais o discurso bélico reproduzido nas matérias citadas. Das 24 matérias analisadas, cinco delas descrevem os detalhes dos armamentos recolhidos pela polícia que estavam em poder da facção criminosa.

Vejamos a descrição na matéria do dia 28 de junho, “Polícia festeja baixas no arsenal do tráfico”:

Foram encontrados, ao longo do dia, 50 unidades de explosivo em pasta com **dispositivo detonador**, três **fuzis**, duas submetralhadoras, cinco pistolas, um revólver calibre 38, quatro morteiros, um **rojão**, um lança-rojão e duas metralhadoras calibre 30 (comumente utilizadas em **combates antiaéreos**), além de pólvora, espoleta (usadas para fazer munição) e mais de dois mil projéteis de calibres variados.

No dia 29 de junho a notícia “Mais favelas na mira” apresenta um cálculo do armamento que o tráfico de drogas teria em três favelas, os próximos “alvos” de futuras “megaoperações”: “Estimativas dos policiais revelam que os bandidos teriam nessas favelas cerca de 460 fuzis de guerra”.

As três comunidades [Rocinha, Mangueira e Cidade de Deus] teriam um total de cerca de 450 homens **fortemente armados**, com cerca de 280 fuzis automáticos, sem contar metralhadoras, granadas e pistolas. O **poderio bélico** tem raiz no grande faturamento na **venda de drogas** dessas favelas.

A matéria coordenada “Bando ainda tem 90 por cento do seu arsenal”, do dia 29 de junho, na página 17, expõe o grande “poder de fogo” dos traficantes no morro do Alemão. O *lead* já apresenta a descrição do armamento: “Apesar de comemorar a apreensão de 17 armas durante a operação no Complexo do Alemão, a polícia reconheceu ontem que o número é apenas 10% do arsenal estimado em poder dos traficantes que dominam as 12 comunidades da região”.

▪ **“Moradores à mercê de traficantes, aqueles criminosos selvagens”²⁰⁹**

A presença de trechos que contém a descrição de moradores ou pessoas inocentes que teriam sido vítimas dos confrontos contribui para aprofundar o entendimento de como é reproduzida a concepção de sujeição criminal pelas matérias selecionadas. Pois assim, a polarização dos dois lados do conflito se evidencia, uma vez que entre os traficantes e a polícia, estão os inocentes que ficam no “fogo cruzado”. Das 24 notícias, dez abordaram a noção de vítimas inocentes.

No dia 29, na matéria “Estudante é ferida dentro da escola”, na página 14, a notícia se dedica a contabilizar os moradores feridos durante a operação, a maioria foi por balas perdidas: “no total, sete pessoas foram vítimas de balas perdidas”. O início da matéria relata o caso da jovem estudante de 20 anos atingida na perna dentro da sala de aula na Penha.

Há também o depoimento de uma moradora: “Uma mãe (...) tremia dos pés à cabeça quando se viu no meio da troca de tiros, (...) ao lado da filha: – Não agüentamos mais isso”. Nesta matéria não há a menção explícita de “vítimas inocentes”, mas há a descrição de pessoas, que seriam inocentes, e que se encontraram no meio do fogo cruzado e acabaram sendo atingidas pelas chamadas balas perdidas.

Também no dia 29, a notícia “Mais favelas na mira”, há um breve depoimento do secretário de Segurança que tenta defender o lado dos moradores das favelas ao considerá-los refém dos traficantes: “Não é possível que 200 mil moradores, como é o caso do Alemão, fiquem à mercê de traficantes. (...) – afirmou o secretário”.

Em entrevista com o governador do estado publicada no dia 1 de julho, na editoria Rio, página 17 (para fins de análise ela será considerada uma matéria principal), sob o título

“Estresse para todos”, a autoridade expressa preocupação ao afirmar que há inocentes que são submetidos aos traficantes:

(...) temos **criminosos selvagens** do outro lado, que reagem da maneira mais bárbara possível, inclusive matando **inocentes**.

A matéria principal publicada no dia 3 de julho, leva o título “Obras contra o tráfico” fala sobre o anúncio da liberação da verba do Programa de Aceleração do Crescimento para as favelas. Este anúncio foi feito quase uma semana após a operação no Alemão. O presidente Lula se refere aos moradores de favelas como reféns do tráfico e os distingue como “gente de bem”:

(...) o povo que vive nas favelas é **vítima** do descaso do poder público há mais de 40 anos.
A gente tem que enfrentá-los sabendo que a maioria da pessoas de lá é gente trabalhadora, **gente de bem**, que não pode ficar **refém** de uma minoria.

▪ “Apesar das baixas, o tráfico resiste”²¹⁰

Ao se estabelecer o tráfico de drogas como um inimigo da polícia a ser combatido e a favela como um território à parte controlado pelos traficantes, sugere-se um tratamento desigual conferido a estes grupos e a estas localidades. E é justamente o tratamento diferenciado, a idéia de que “o crime existe só no outro”, no inimigo, no monstro que evidencia a sujeição criminal — como se o sujeito tivesse incorporado uma identidade social negativa e estivesse tomado de uma essência que precisa ser suprimido.

Do total de 24 matérias, 19 apresentaram a visão de que o traficante seria o inimigo e a favela constituída como um território à parte da cidade.

A matéria principal “Polícia mata 19 no Alemão”, do dia 28, a primeira publicada após a operação policial afirma que o “tráfico de drogas no Complexo do Alemão sofreu ontem a sua maior baixa depois de 58 dias de ocupação das favelas”. A notícia apresenta uma imagem da favela como se fosse um lugar do inimigo:

(...) a polícia esteve em três pontos do complexo onde há muito tempo não chegava (...), os locais funcionavam como refúgio e uma espécie de **quartel-general do tráfico**, onde estão guardadas armas e drogas.

²⁰⁹ Junção de dois trechos publicados: matéria “Mais favelas na mira”, em O GLOBO, dia 29 de junho, página 14. Ano LXXXII. N°26.989 e em “Estresse para todos”, 1 de julho, página 17. N°26.991

²¹⁰ Trecho retirado da matéria “Apesar das baixas, o tráfico resiste”, de O GLOBO, dia 29 de junho, página 16. Ano LXXXII. N°26.989.

Beltrame admitiu que o complexo ainda está **dominado pelos traficantes**.

Em “Mais favelas na mira”, publicada dois dias após a operação, a notícia afirma que “estão sendo planejadas grandes operações nas comunidades mais violentas, onde o tráfico se impõe pela força”. E também reproduz a fala de um policial sobre a diferença em se realizar operações em favelas localizadas na zona sul do Rio do que nas da zona norte, como é o caso do Alemão.

— Um confronto demorado com bandidos na Rocinha mexe com toda a Zona Sul. Os principais acessos ao Centro e aos bairros de Ipanema, Gávea e Leblon ficam engarrafados com fechamentos de túneis e ruas.

Ainda nesta mesma edição do dia 29, na matéria principal “Planejamento teve a ajuda de 150 informantes”, é possível identificar dois trechos que confirmam a dimensão do tráfico como um inimigo e a visão da favela como um território adversário:

(...) a utilização dos snipers (...) foi crucial para o **domínio das áreas do tráfico**.
O Alemão vive um **conflito armado** urbano.

Na entrevista concedida pelo secretário de Segurança publicada na matéria coordenada “As pessoas estão à mercê de um estado paralelo”, no dia 29, sua fala evidencia uma ruptura na cidade ao afirmar que existe no Rio um estado paralelo do tráfico de drogas:

O secretário, (...), admitiu pela primeira vez, a existência de um **estado paralelo** nas favelas mantido pelo tráfico.

Segundo ele, “depois de a polícia ‘limpar’, ‘extirpar’ o tráfico, os moradores terão sua comunidade de volta”. Esta é uma afirmação que merece ser refletida, pois ao usar, em seu discurso, palavras como *limpar* e *extirpar* que denotam até mesmo um possível significado de limpeza social e extermínio, como se os *criminosos que dominam* a comunidade fossem uma espécie de mal enraizado, ou inimigos que merecem ser eliminados, ou como mesmo disse Beltrame *extirpados* como se fossem uma praga, um câncer, ou monstros e anormais. Só a partir deste extermínio, o estado formal poderá entrar na localidade e *retomar* o controle. Vale destacar ainda outros trechos que denotam também esta diferenciação de espaço e de grupos inimigos:

Existe toda uma **área criminosa** que nós temos que chegar.
Não acabamos com o tráfico, mas estamos perto disso.

Nós vamos buscar diminuir esses **núcleos de violência**, que estão estabelecidos pelo tráfico.

Sob o título “Estresse para todos”, a matéria publicada no dia 1 de julho a partir de uma entrevista com o governador Sérgio Cabral, o jornalista do veículo, em sua primeira pergunta, questiona o governador acerca do emprego de forças armadas na segurança pública do Rio, uma vez que “as armas encontradas no Complexo do Alemão caracterizam uma situação praticamente de guerra”. O próprio jornalista parte do princípio de que o Rio de Janeiro pode estar passando por um conflito bélico.

Em uma de suas respostas, Cabral afirma que “vamos continuar combatendo tanto lá [no Alemão] como em todas [as favelas] onde houver tráfico tocando o terror e ameaçando a vida de pessoas“. O governador é questionado sobre o que representou a operação no Alemão. Ele responde que “a sociedade exigia uma reação do poder público”, e defende que operações como essa são uma resposta às demandas da sociedade. E parece ser bastante contundente ao dizer que “nossa política de segurança não é só o combate ao tráfico nas comunidades (...). Onde tiver esquema ligado ao crime, estaremos atuando”.

O objetivo, para Cabral, é fazer com que a criminalidade chegue a *níveis civilizatórios*. “Este é o nosso objetivo: gerar civilidade e tranquilidade à população”. Mesmo ao pronunciar que a segurança não é só combater o crime nas favelas, a sua afirmação parece contemplar ainda mais a atuação nas favelas ou em locais pobres.

Vejamos outra declaração sua que confirma que a polícia não sairá do Alemão, pois lá poderia ser considerado um território à parte: “De jeito nenhum [ao ser perguntado se então a polícia não sairá do Alemão]. E vamos entrar em outras [favelas]”. Cabral considera que o tráfico de drogas se organizou nas últimas décadas e adquiriu uma “musculatura” e maior presença nas comunidades – esta palavra *musculatura* aponta para a compreensão de que o tráfico parece ter se expandido, se fortalecido, enrijecido. E ainda o jornalista faz uma pergunta mais direta: “O senhor considera que estamos em guerra?”. A esta pergunta Cabral responde afirmativamente, cabe aqui destacar a sua resposta:

O combate à criminalidade, por força da **musculatura** do **tráfico** nestas décadas (...) gera estresse.

Estamos em guerra e vamos ganhar esta guerra (...). O Rio chegou a um nível de violência e de **ousadia** do **tráfico** absolutamente intolerável.

A criminalidade, de acordo com Cabral, “não é culpa de um governo” é um processo de muitos anos e “gera estresse”. Ele inter-relaciona o combate à criminalidade com a idéia

de guerra: “Se conseguíssemos ganhar esta guerra sem trocar tiros, seria o ideal. Mas, infelizmente, não é possível, porque temos criminosos selvagens do outro lado”. Ao reconhecer que o Rio vive em estado de guerra, é possível legitimar e justificar o grande número de mortes e até mesmo de inocentes.

O jornalista menciona o termo *cidade partida* de Zuenir Ventura e pergunta se houver operação semelhante a do Alemão no “asfalto”, a população se sentiria incomodada. Para isso, Cabral responde: “Se tem que passar por estresse, vamos passar. Todos têm que entender o custo disso. (...) O custo do estresse tem que ser compreendido por todos”. A partir desta declaração, é possível pensar que o *estresse* a que ele se refere, ou o ônus, os prejuízos e sofrimentos deverão ser compartilhados e suportados de forma generalizada por todos.

▪ **Tráfico – guerra**

Das 24 notícias, em 11 delas é possível observar estas combinações de palavras na mesma frase que relacionam traficante(s) ou tráfico de drogas a vocábulos que se remetem a uma visão bélica. E nestas notícias, contabilizou-se 17 vezes que estas combinações apareceram.

Este é mais um instrumento a ser utilizado na análise do conceito de sujeição criminal, pois ao constatar que numa mesma frase há ocorrências destas duas palavras, isto pode ser um indicativo de um tratamento diferenciado conferido pela imprensa.

▪ **Polícia – guerra**

Esta análise das combinações, como mencionado, é mais uma ferramenta para auxiliar na análise sobre sujeição criminal. Pois das 24 matérias, em 19 delas observou-se a presença de termos como ‘polícia’, ‘policial’, ‘policiais’ e ‘Força Nacional de Segurança’ e metáforas de guerra numa mesma frase. A ocorrência foi de 27 vezes que esta associação apareceu.

Pobreza-crime

Das 24 notícias selecionadas do jornal O GLOBO, 21, o equivalente a 88%, apresentam pelo menos uma destas combinações de palavras-chaves. Neste ponto sobre o par pobreza-criminalidade contabilizou-se o número de matérias que a combinação de palavras ‘traficante’ e ‘tráfico’ a ‘favela’, ‘morro’ ou ‘Alemão’ apareceu e também quantas vezes houve esta ocorrência numa mesma frase.

Além disso, buscou-se possíveis associações entre as palavras ‘polícia’ e ‘Força Nacional de Segurança’ a ‘favela’, ‘morro’ ou ‘Alemão’ e quantas vezes apareceu. Estes dois indicadores foram estabelecidos a fim de tentar quantificar e refletir se há relações entre o par pobreza e criminalidade muito associada às áreas pobres, favelas ou conjuntos habitacionais.

POBREZA-CRIME				
Indicadores Empíricos	Principais	Coordenadas	Total	Porcentagem
Análise de palavras-chaves: traficante/tráfico - favela/morro/Alemão. Quantas vezes?	9 matérias, 13 vezes	4 mat, 6 vezes	13 mat, 19 vezes	54%
Análise de palavras-chaves: polícia/FNS – favela/morro/Alemão. Quantas vezes?	10 mat, 14 vezes	7 mat, 12 vezes	17 mat, 26 vezes	71%
			Total: 30	

(Tabela 4: Análise Pobreza-crime – O GLOBO)

▪ Tráfico – favela

Das 24 notícias, 13 apresentaram este par – o equivalente a 54% – que combina ‘traficante’ ou ‘tráfico’ e ‘favela’, ‘morro’ ou ‘Alemão’, com uma ocorrência de 18 vezes.

▪ Polícia – favela

Do total, em 17 matérias – ou 71% – constatou-se esta associação de forças policiais a favelas com uma ocorrência de 26 vezes.

Tráfico de drogas

Para compreender a relação do tráfico de drogas com a criminalidade urbana, como se fosse o principal componente a ser combatido pela polícia, estabeleceu-se quatro pontos a serem avaliados nas matérias: se o grupo criminoso é descrito como bem organizado de forma hierárquica, se as notícias descrevem o domínio do tráfico sobre a comunidade ou o modo de ação do traficante, e ainda se há alguma descrição acerca da relação com a polícia ou até mesmo de corrupção.

Das 24 matérias, 16 delas (66%) apresentaram pelo menos um destes indicadores. Metade delas apresenta os criminosos como organizados, enquanto apenas oito descrevem o domínio do tráfico sobre a comunidade e seis sobre o seu modo de ação. Dez matérias

apresentam pelo menos alguma descrição seja sobre o domínio seja sobre o modo de ação. Se estes dois indicadores se fundirem o percentual equivaleria a 40%. A relação da polícia com o tráfico indicando uma possível rede de corrupção é pouco mencionada pelo veículo.

TRÁFICO DE DROGAS				
Indicadores Empíricos	Principais	Coordenadas	Total	Porcentagem
O grupo criminoso é descrito como bem organizado, como uma hierarquia?	8	4	12	50%
Descreve o domínio do tráfico sobre a comunidade?	5	3	8	33%
Descreve o modo de ação do traficante?	3	3	6	25%
Descreve a relação com a polícia ou de corrupção?	1	1	2	8%
			Total: 28	

(Tabela 5: Análise Tráfico de drogas – O GLOBO)

▪ **"Não se combate o crime organizado jogando 'pétalas de rosas'"²¹¹**

Pretende-se entender como o discurso midiático apresenta a organização destes grupos criminosos, se eles são de fato organizados de uma forma hierárquica e como conseguem manter o controle sobre as suas áreas de influência. Das 24 notícias, em 12 delas é possível constatar a descrição que confere uma possível qualificação de organização e de hierarquia aos “bandos de criminosos”.

Na edição do dia seguinte, 29 de junho, em “Mais favelas na mira”, a notícia destaca como se dá a organização das favelas que poderão ser os locais de futuras operações (Rocinha, Cidade de Deus, Jacarezinho, Mangueira e Maré). Estas cinco favelas são apontadas como os próximos “alvos” pelo fato de serem consideradas as que possuem maior poder bélico. Segundo dados da notícia, todas juntas teriam mais de 800 homens “fortemente armados” com mais 400 “fuzis de guerra” e que:

(...) seriam sustentados por um faturamento em mais de R\$ 1 milhão semanais com a venda de drogas. Apenas a Rocinha teria **200 traficantes** e cem fuzis automáticos, e seria o local considerado, do ponto de vista logístico, o mais problemático.

²¹¹ Trecho retirado da matéria “Obras contra o tráfico”, de O GLOBO, dia 3 de julho, página 15. Ano LXXXII. N°26.993.

Neste mesmo dia 29, a notícia “Apesar das baixas, o tráfico resiste”, logo no *lead* da matéria, “apesar do duro golpe sofrido anteontem durante a operação da polícia, o tráfico de drogas no Complexo do Alemão resiste”.

Mesmo abalados psicologicamente com o grande número de mortes e com a chegada da polícia ao topo do complexo, os criminosos deram alguns sinais de que continuam a **dominar** as **favelas** da região.

No dia 3 de julho, a notícia que leva o título “Obras contra o tráfico”, o presidente Lula, no *lead*, disse “que o governo está travando uma disputa com o crime organizado” e defendeu que “o único modo de frear o crescimento das organizações criminosas é investir em ações sociais nas áreas pobres das grandes cidades. É possível destacar alguns trechos que Lula parece reconhecer a existência de um crime organizado. Vejamos:

(...) se o estado não cumprir com seu papel de dar condições para o povo, o **narcotráfico** e o **crime organizado** darão.
 não se combate o crime organizado jogando 'pétalas de rosas'.
 somente com essas obras (...) será possível vencer o crime organizado.
 a gente tem que enfrentar sabendo que eles muitas vezes estão **mais preparados do que a polícia**, com armas mais sofisticadas.

▪ “A gente só pode fechar se eles mandarem”²¹²

Através da observação de trechos que descrevem como se exerce o controle da facção de traficantes sobre a comunidade que reside no território onde eles “dominam”, é possível corroborar a idéia largamente difundida de que o tráfico de drogas seria uma das principais, ou se não, a maior vertente da criminalidade urbana no Rio. Do total de notícias, apenas oito dedicam algum espaço a abordar como ocorre o domínio do tráfico sobre os moradores.

A matéria principal “Polícia mata 19 no Alemão”, de 28, apresenta apenas um breve trecho que aponta para uma possível ação de coação dos traficantes aos moradores:

(...) um ambulante contou que os **traficantes exigem** que o comércio fique aberto durante alguns confrontos. – A gente só pode fechar **se eles mandarem** – contou o ambulante.

²¹² Trecho retirado da matéria “Polícia mata 19 no Alemão”, de O GLOBO, dia 28 de junho, página 13. Ano LXXXII. N°26.988.

Na edição do dia 29, a notícia que leva o título “Apesar das baixas, o tráfico resiste” apresenta a noção de uma suposta lei do silêncio nos dias que se seguiram após a operação que impedia a livre expressão dos moradores:

(...) várias escolas continuavam fechadas e imperava entre os moradores a **lei do silêncio**.

Quem tentava responder a jornalistas, tinha logo a atenção chamada. — Está difícil trabalhar, tenho **medo**, mas não posso falar porque sofremos **represálias** dos 'meninos' (traficantes) — contou um comerciante.

Segundo a matéria, “a lei do silêncio pode estar sendo imposta por conta da ajuda que moradores deram à polícia durante o planejamento da operação de anteontem”. Mas com exceção da lei do silêncio e das escolas fechadas, “a rotina parecia voltar ao normal ontem no Alemão”.

Na entrevista do secretário Beltrame publicada em “As pessoas estão à mercê de um estado paralelo”, no dia 29, ele afirma com veemência que a maioria dos moradores da favela são “pessoas de bem” e que o tráfico impõe as suas vontades:

(...) os **bandidos impõem** sua vontade. Cerca de 99,9% dos 200 mil moradores do Alemão são **pessoas de bem**, que não compactuam com o tráfico.

Esse estado [paralelo] que o tráfico vem impondo aos outros e fazendo o **cidadão refém** a seu bel prazer.

▪ “Vamos jogar granadas. Vamos matar polícia hoje”²¹³

A descrição do modo de ação dos traficantes reforça ainda mais o domínio do tráfico sobre a comunidade. Este é um dos pontos a ser analisado a fim de confirmar a hipótese de que o tráfico de drogas seria o principal elemento da violência urbana a ser combatido pelas forças de segurança no Rio. Do total de matérias, seis matérias descrevem as ações dos traficantes.

A matéria publicada no dia 28, “Polícia mata 19 no Alemão”, descreve como foi a ação dos traficantes e sua reação ao perceberem que estavam sendo “invadidos” pela polícia.

No início da operação, traficantes, ao perceberem a entrada da polícia, ainda utilizavam radiotransmissores para fazer ameaças aos policiais.

— Vamos jogar granadas. Vamos **matar polícia**

²¹³ Trecho retirado da matéria “Polícia mata 19 no Alemão”, de O GLOBO, dia 28 de junho, página 13. Ano LXXXII. N°26.988.

hoje — diziam os traficantes antes das primeiras baixas.

A notícia ainda ressalta que "à noite, o motorista de uma Kombi de transporte alternativo foi obrigado a retirar seis corpos do Complexo do Alemão" que seria de traficantes.

Em "Estudante é ferida dentro da escola", de 29, a *crueldade dos traficantes* foi evidenciada quando uma mulher foi espancada e teve seus dedos quebrados pelo tráfico após atrasar a entrega de alimentos.

(...) a cozinheira Valnice Alves da Silva, de 27 anos. Ela foi **espancada por traficantes** porque atrasou a entrega das quentinhas a eles. Valnice teve todos os dedos das mãos quebrados e levou pancadas na cabeça.

Fontes consultadas

Acerca das fontes consultadas, das 24 notícias de O GLOBO, foram utilizadas 28 fontes de policiais, o equivalente a mais da metade do total de fontes. Só das 14 matérias principais o número foi de 22 – incluindo o secretário de Segurança, além de comandantes da PM, chefe da polícia civil, delegados, policiais e secretários nacionais.

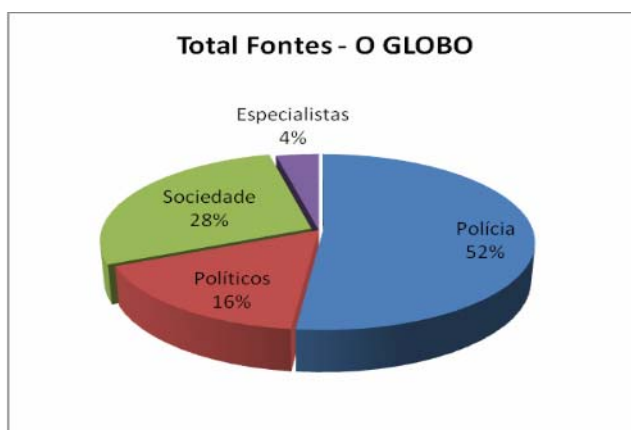
Nas dez matérias coordenadas, em apenas uma não foi possível detectar a fonte. Das nove que foi possível observar as fontes consultadas, seis eram de policiais (entre elas, uma através de nota de assessoria de imprensa).

No que se refere a fontes de parlamentares ou políticos, nas principais apenas oito foram constatados: o presidente Lula, o governador Cabral (ambos são a favor da operação), quatro deputados estaduais e um deputado federal (estes cinco parlamentares não apóiam a operação).

Já no que concerne a organizações não-governamentais ou moradores, houve um registro de 15 fontes (28% do total de fontes). Nas principais, apenas uma organização não-governamental foi consultada (Anistia Internacional), quatro moradores do Alemão, dois moradores de fora do Alemão (um deles vive na zona sul) e apenas uma associação de moradores foi ouvida (do Leblon). Das coordenadas, houve três fontes de ongs (o Projeto Legal e uma indiretamente da Justiça Global), quatro moradores do Alemão foram ouvidos (sendo que um foi uma vítima de bala perdida e os outros são parentes de feridos e mortos na operação), nenhuma associação de moradores do Alemão foi ouvida.

E, por último, na categoria de especialistas, nenhum jurista ou cientista social foi consultado. Apenas um advogado da Comissão de Direitos Humanos da OAB teve voz em uma matéria principal e numa coordenada.

O GLOBO	Polícia	Políticos	Sociedade	Especialistas
Principais	22	8	8	1
Coordenadas	6	1	7	1
Total	28	9	15	2



(Tabela e gráfico 6: Análise fontes consultadas – O GLOBO)

6.3.2 O DIA

Nos sete dias de edições selecionadas do jornal O DIA, em cinco deles o tema da operação policial no Complexo do Alemão e da criminalidade apareceram na capa: nos dias 28 de junho (logo no dia seguinte a operação), 29 e 30 de junho, 3 e 4 de julho.

Das 25 matérias coletadas neste período, 12 delas foram temas de matérias principais (no entanto, obedecendo a critérios de assinatura das matérias, quatro delas não serão analisadas), e 13 matérias coordenadas. Foram no total 21 matérias analisadas no jornal O DIA entre os dias 28 de junho e 4 de julho de 2007.

No dia seguinte a operação, nove notícias abordaram o tema da “megaoperação” realizada, sendo que três principais e seis coordenadas. Este foi o dia com o maior volume de notícias publicadas sobre o assunto. A partir da edição do dia seguinte, 29 de junho, a tendência é de queda do número de notícias que abordam o tema, tanto de matérias principais quando as coordenadas.

Dois dias após a operação, foram seis matérias publicadas, e na edição do dia 30, foram quatro as notícias. Na segunda-feira, dia 1 de julho, o tema não era mais pauta no jornal, apenas ressurgindo com uma matéria na edição do dia 2 de julho, e com chamada de capa no dia 3 após o anúncio do presidente Lula sobre a liberação de verbas para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento voltado às favelas cariocas.

Ao completar uma semana após a operação da polícia, no dia 4 de julho, o tema do Complexo do Alemão é retomado com uma chamada na capa para apenas uma matéria (por não estar assinada esta notícia não será analisada).

Veja a tabela a seguir:

Quantidade de Matérias Publicadas - O DIA				
Data	Capa	Principais	Coordenadas	Total (Princ+Coord)
28/jun	1	3	6	9
29/jun	1	2	4	6
30/jun	1	1	3	4
01/jul	-	-	-	-
02/jul	-	1	-	1
03/jul	1	1	-	1
04/jul	1	-	-	-

(Tabela 7: Quantidade de Matérias Publicadas – O DIA)

Ao longo de uma semana, o referente veículo mobilizou 12 jornalistas para realizar a cobertura sobre a operação no Complexo do Alemão e seus desdobramentos. Uma dificuldade observada na metodologia para análise do jornal O DIA foi de que muitas matérias não eram assinadas individualmente e sim o conteúdo da página toda era assinada de forma coletiva. Para resolver este problema metodológico, a todos os repórteres que assinaram a página foram atribuídas a autoria às matérias principais e coordenadas daquela mesma página.

No primeiro dia de cobertura, dia 28 de junho, oito jornalistas assinaram as nove matérias publicadas nesta edição. Este foi o dia em que o referido veículo empregou o maior número de jornalistas para a cobertura. Em seguida, no dia 29, o número de repórteres caiu para seis e no dia 30, reduziu para um terço dos profissionais, ou seja, apenas dois jornalistas assinaram as quatro matérias publicadas. No domingo, 1 de julho, nenhuma matéria foi publicada sobre este assunto. Na segunda-feira, dia 2, o tema ressurgiu com apenas uma matéria, e portanto, um único jornalista. Já no dia 3, dois jornalistas foram mobilizados para cobrir a visita de Lula ao Rio de Janeiro. Este foi o último dia em que o tema relacionado ao Complexo do Alemão foi repercutido neste veículo. Como assinalado, anteriormente, no dia

4 de julho, data que marca uma semana após a chacina no conjunto de favelas do Alemão, este não é mais tema de interesse para o veículo.

Assim como na análise dos títulos e subtítulos de O GLOBO, o mesmo foi feito com as palavras-chaves dos 25 títulos publicados em O DIA. Neste veículo, foram publicados cinco títulos na capa, sete nas matérias principais e 13 nas coordenadas. Das 16 palavras apontadas como chaves, as que tiveram maior frequência foram ‘Alemão’, com oito vezes; seguido de ‘polícia’ ou ‘policial’ com a ocorrência de seis vezes. ‘Bando’, ‘bandido’ ou ‘bandidagem’ registrou uma frequência de quatro vezes. Vale destacar que apenas a palavra ‘favela’ não apareceu nenhuma vez nos títulos. ‘Arsenal’, ‘crime’, ‘Força Nacional de Segurança’ e ‘guerra’ foram utilizadas apenas uma vez nos títulos.

E no que se refere aos 11 subtítulos analisados (três na capa e oito nas matérias principais), há uma predominância das palavras ‘operação’ e ‘tráfico’ (cinco vezes) e ‘favela’ (quatro vezes). As palavras que não apareceram nos subtítulos, foram ‘armas’, ‘arsenal’, e ‘tomada’. Das que apareceram apenas uma vez são: ‘bando’, ‘crime’, ‘drogas’, ‘FNS’, ‘guerra’, ‘invasão’ e ‘quadrilha’.

Do total, foram 36 títulos e subtítulos analisados e constatou-se que a maior frequência de palavras foi ‘operação’ (11 vezes), ‘Alemão’ e ‘favela’ (dez vezes cada), ‘polícia’ e ‘tráfico’ (nove vezes cada). As a palavras ‘arsenal’ e ‘tomada’ não foram utilizadas nenhuma vez; e os vocábulos pouco usados foram: ‘armas’, ‘drogas’, ‘guerra’, ‘invasão’ e ‘quadrilha’ (uma vez), ‘bando’ e ‘FNS’ (duas vezes).

Palavras-Chave Títulos	Freq. Títulos	Freq. Subtítulos	Total
Alemão	7	3	10
Armas/fuzil	1	0	1
Arsenal	0	0	0
Bando/bandido/bandidagem	1	1	2
Crime	2	1	3
Drogas	0	1	1
Favela	6	4	10
Força Nacional de Segurança/FNS	1	1	2
Guerra	0	1	1
Invasão	0	1	1
Mata/morte/morto	3	3	6
Megaoperação /Operação/ação	6	5	11
Polícia/policial	6	3	9
Quadrilha	0	1	1
Toma/tomada	0	0	0
Tráfico/traficante	4	5	9

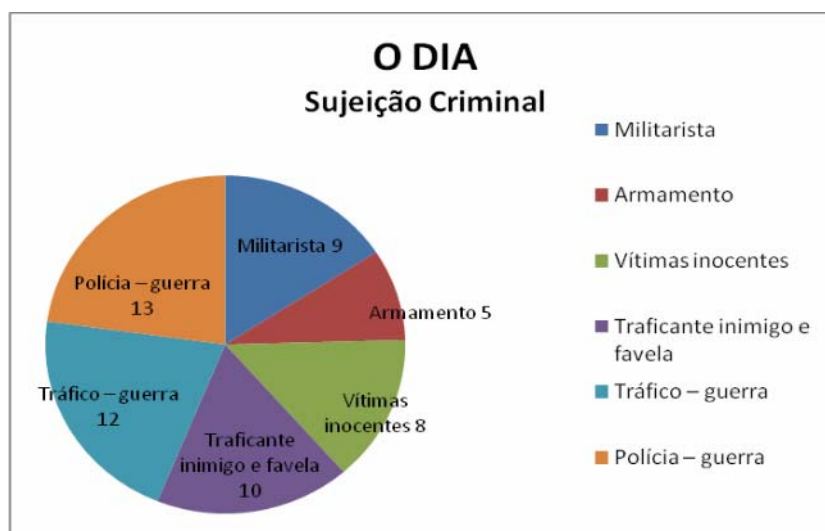
(Tabela 8: Análise Títulos– O DIA)

Sujeição Criminal

Das 21 notícias selecionadas do jornal O DIA, entre oito principais e 13 coordenadas, vinte notícias apresentaram pelo menos uma das seis questões levantadas para a análise: a descrição militarista da operação ou de armamento; a menção a vítimas inocentes; a constituição de traficante como inimigo ou da favela como um território a parte; além de combinações de palavras que associam o tráfico ou a polícia às metáforas de guerra. Isto equivale a 95% do total de matérias que abordaram, pelo menos, algum destes indicadores utilizados para verificar o conceito.

Do total das matérias, dez – ou o equivalente a quase metade – apresentaram uma constituição de traficante como inimigo ou favela como um território a parte; além de nove matérias com descrições de cunho militarista da operação (43%) e cinco que descreveram o armamento. Se estas duas categorias forem fundidas, elas representam mais da metade das matérias (52%). E sobre a menção a “vítimas inocentes” oito ou quase 40%. Ademais, acerca da análise de palavras-chaves nos dois primeiros parágrafos e no último da cada notícia, destaca-se que: foi registrada a ocorrência de 15 vezes em 12 matérias (57%) que associavam ‘tráfico’ ou ‘traficante’ à metáfora de guerra. E de ‘polícia’ ou ‘FNS’ à metáfora de guerra, foram encontradas 19 vezes em 13 matérias (62%).

SUJEIÇÃO CRIMINAL				
Indicadores Empíricos	Principais	Coordenadas	Total	Porcentagem
Descrição militarista da operação	5	4	9	43%
Descrição do armamento	2	3	5	24%
Há descrição de vítimas inocentes?	5	3	8	38%
Há a constituição de traficante como inimigo ou favela como um território a parte?	6	4	10	48%
Análise de palavras-chaves: traficante/tráfico – metáfora de guerra. Quantas vezes?	6 matérias, 9 vezes	6 mat, 6 vezes	12 mat, 15 vezes	57%
Análise de palavras-chaves: polícia/FNS – metáfora de guerra. Quantas vezes?	6 matérias, 10 vezes	7 mat, 9 vezes	13 mat, 19 vezes	62%
			Total: 57	



(Tabela e gráfico 9: Análise Sujeição Criminal – O DIA)

▪ **“Cada metro avançado era uma vitória. O cerco continua”**²¹⁴

Das 21 notícias selecionadas no jornal O DIA, nove apresentaram uma descrição militarista da operação. A primeira matéria sobre o assunto da operação policial foi publicada no dia 28 de junho, na página 3, na editoria Geral e faz parte da série de reportagens “CERCO AO COMPLEXO”. Com o título “A tomada do Alemão”, ela faz uma descrição de como foi organizada a operação policial ao conjunto de favelas o Alemão:

Cerca de 1.350 policiais civis, militares federais e da Força Nacional de Segurança fizeram ontem a **maior operação** dentro do Complexo do Alemão desde 2002.

Apesar do **cerco**, o principal **alvo** (...), o Tota, escapou.

Nos **confrontos** que duraram mais de oito horas, pelo menos 19 pessoas morreram.

(...) foram dois esconderijos estourados na (...) Favela da Grotá.

A segunda matéria sobre a ação policial publicada nesta mesma edição de 28 de junho, na página 4 na editoria Geral, intitula-se “Bando sabia da ação policial”. A notícia relata como foi a operação, da concentração dos policiais até o momento que os esconderijos foram “estourados” e o encerramento com a “sensação de missão cumprida”.

A **operação** começa na noite de terça-feira. Trinta homens do grupo de elite da polícia, o Batalhão de

²¹⁴ Trecho retirado da matéria “Bando sabia da ação policial”, publicada em 28 de junho, página 4. Ano 58. Nº20.100.

Operações Especiais (Bope), chegam ao Complexo do Alemão (...).

Às 9h40, quando os 1.350 policiais chegaram ao Complexo do Alemão, estava tudo pronto. Duas horas antes, (...) já se sabia que Tota e seus comparsas estavam com as **armadilhas** prontas.

Cada metro avançado era uma **vitória**.

O uso de palavras como “vitória”, “chuva de tiros”, “armadilhas” e “atacar” nesta matéria denotam uma tentativa de descrever os instantes da operação que sustentam a noção de guerra urbana, uma visão de que policiais preparavam-se para enfrentar uma verdadeira guerra.

Na segunda metade da matéria, o jornalista destaca as *barreiras* colocadas na rua para impedir a entrada dos policiais e o avanço dos blindados. “Além dos trilhos, dessa vez os bandidos jogaram um caminhão-frigorífico dentro de um valão, impedindo o avanço dos blindados”. Outro trecho que realça o pensamento de avanço estratégico (alcançar a casa do líder do tráfico do Alemão parecia ser o grande objetivo):

Durante as duas horas até o Areal, o **tiroteio** não cessou um minuto sequer.

Policiais civis **cercaram** de um lado e PMs por outro.

A primeira matéria publicada sobre o assunto no dia 29 de junho, na página 3, com o nome da série “A TOMADA DO COMPLEXO” leva o título “Menores viraram escudo de Tota no Alemão”. Aqui é possível ressaltar uma frase que fala sobre o dia seguinte da operação, em que o “cerco” continua:

Ontem, a Força Nacional de Segurança e a Polícia Militar mantiveram o **cercos** aos 23 acessos do Complexo do Alemão.

▪ **“13 armas e 150 quilos de drogas, quadrilha continua com um arsenal poderoso”²¹⁵**

A partir de descrições sobre o armamento, é possível reforçar o discurso bélico reproduzido nas matérias citadas. Das 21 matérias analisadas, cinco delas descrevem os detalhes dos armamentos recolhidos pela polícia que estavam em poder da facção criminosa. A matéria do dia 28, “A tomada do Alemão”, realiza uma rápida descrição do que foi apreendido: “em Ramos, os policiais encontraram um paiol com 13 armas sendo fuzis, duas metralhadoras ponto 30 (capazes de derrubar helicóptero), cinco pistolas e bombas”.

²¹⁵ Títulos das matérias publicadas em O DIA, na data de 28 de junho, página 3 e 6. Ano 58. Nº20.100.

A coordenada publicada também nesta edição de 28 de junho, “13 armas e 150 quilos de drogas”, descreve de forma detalhada todo o armamento apreendido. Vejamos o que diz a notícia:

Ao todo foram apreendidas 13 armas — mais do que 6 de março, quando foram recolhidas metralhadoras ponto 30, 10 mil balas de fuzis e drogas.

Dessa vez, o resultado mostrou o **poder de fogo** do **bando** comandado por Tota, que perdeu mais duas metralhadoras ponto 30 e três fuzis calibre 7.62 - um AK-47, um G3 e uma Para-FAL.

Foram encontradas submetralhadoras, Pistol-Uzi, cinco pistolas, revólver calibre 38, lança-rojão, rojão, cordel detonante (espécie de pavio), 50 dinamites em gel, saco de pólvora, 10 caixas e saco de espoleta e quatro morteiros.

Na reportagem “Quadrilha continua com um arsenal poderoso” também no dia 28 de junho, a redação da notícia ressalta o grande poderio bélico do tráfico no Alemão, apesar de ter sofrido um duro golpe com a operação. Ele é posto em evidência com o detalhamento das armas apreendidas:

O **poderio bélico do tráfico** do Complexo do Alemão sofreu ontem um duro golpe, mas mesmo assim o secretário (...) admitiu que os traficantes de lá ainda continuam muito **bem armados**.

Entre as 13 armas apreendidas no paiol de Tota no Alemão, estão duas metralhadoras ponto 30, capazes de derrubar helicópteros. O fuzil alemão G-3, o russo AK-47 e a submetralhadora Uzi têm capacidade para 600 tiros por minuto. O G-3 pode atingir tiro com precisão a até um quilômetro de distância. Já o fuzil Para-FAL é usado por tropas especiais do Exército brasileiro porque tem pequenas dimensões.

- **"Inocentes mortos no Alemão, gente de bem não pode ficar refém de uma minoria",**²¹⁶

A presença de trechos que contêm a descrição de moradores ou pessoas inocentes que teriam sido vítimas dos confrontos aprofunda o entendimento de como é reproduzida a concepção de sujeição criminal pelas matérias selecionadas. Das 21 notícias, apenas oito abordaram a noção de vítimas inocentes.

Na matéria principal “A tomada do Alemão”, de 28, o jornalista apresenta a declaração do secretário de Segurança Pública que se pronunciou ao término da operação. Ele lamentou que alguns “inocentes” tenham ficado feridos com os tiroteios:

²¹⁶ Trecho retirado da matéria “Força contra a bandidagem”, publicada em 3 de julho, página 4. Ano 58. Nº20.105.

Em meio ao **fogo cruzado**, as crianças acabaram prejudicadas. Oito escolas fecharam, deixando 5.851 alunos sem aula.

Uma das **vítimas inocentes** baleadas, inclusive, foi atingida na perna esquerda dentro da escola.

O secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, lamentou que alguns **inocentes** tenham ficado feridos com os tiroteios. Mas classificou a operação como um **'remédio amargo'**.

A justificativa da autoridade é que este número de pessoas feridas já é previsto ao serem levadas a cabo incursões em favelas, o que se considera por ser um “remédio amargo”. O secretário de Segurança ainda joga para a população a sua responsabilidade de escolher se prefere ficar “sem tiros à mercê do tráfico ou que a polícia entre e expulse os traficantes”.

Em “Quadrilha continua com um arsenal poderoso”, também de 28, a única menção aos moradores vítimas foi: "o secretário demonstrou preocupação com a população por causa das balas perdidas, mas ressaltou que a polícia cumpre o seu papel".

A matéria “Policial tinha colete contra fuzil”, de 28 de junho, ressalta a fala do representante da OAB sobre a violação de direitos humanos da população local:

Casas e comércios foram invadidas, depredadas e saqueadas. Foram roubados celulares dos moradores e, dos 10 mortos, pelo menos 10 **não eram bandidos**.

Esta é a primeira vez que se ouve uma fonte diferente da policial e que se contesta as mortes, até então todas haviam sido confirmadas pelas autoridades policiais como sendo traficantes mortos em confronto. Segundo afirma um deputado consultado: "Recebi denúncias de moradores".

Já em “Alerta vermelho contra invasões”, de 30 de junho, o governador contesta as denúncias de que inocentes teriam morrido.

Mas (Cabral) **reagiu às denúncias** da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil de que entre os mortos no Complexo do Alemão havia inocentes.

“Só morreram **criminosos enfrentando** a polícia”, afirmou (Cabral) lamentando as **vítimas de balas perdidas**. “Gostaríamos de ganhar a **guerra** sem derramamento de sangue”.

▪ “Sinal vermelho para impedir invasões de traficantes”

Do total de 21 matérias, dez apresentaram a visão de que o traficante seria o inimigo e a favela constituída como um território à parte da cidade.

A notícia “Beltrame: ‘É só o começo’” publicada em 29 de junho, na página 4 da editoria Geral é parte da série intitulada “A TOMADA DO COMPLEXO” numa referência a entrada da polícia e a sua ocupação no conjunto de favelas a fim de expulsar ou suprimir o crime organizado ilícito na localidade.

Já no primeiro parágrafo observa-se uma clara referência à imagem de favelas como um território à parte, ou como um “refúgio do tráfico”:

A **megaoperação** policial realizada no Complexo do Alemão quarta-feira foi apenas a primeira de muitas investidas que a polícia vai fazer em outras favelas do Rio para **combater o tráfico de drogas**.

Segundo o secretário Beltrame citado, "o Alemão foi escolhido para ser o primeiro alvo das megaoperações devido ao alto nível de violência no local". Ele manifesta o seu interesse em, se pudesse, fazer operações simultâneas, mas:

(...) a polícia não tem condições de fazer **intervenções em todos os morros** do Rio todos os dias. Definimos em janeiro que começaríamos pelo Alemão porque os índices de criminalidade dessa região são muito grandes. Mas também faremos **operações em outras favelas**.

Beltrame afirmou que os policiais continuarão no Alemão para evitar que traficantes fujam para outras favelas.

A presença nas áreas periféricas do complexo é para impedir a entrada de armas e também a saída de traficantes.

A estratégia, mais uma vez segundo o secretário, é “manter a asfixia 24 horas no complexo”. Ele defende “multiplicar as ações” da polícia nas regiões que apresentam maiores índices de criminalidade.

A matéria “Força contra a bandidagem”, de 3 de julho, logo no início do texto, os autores destacam que Lula “levantou alto a bandeira contra o crime organizado, deixando clara sua disposição de combatê-lo com mão-de-ferro”. Como prossegue o texto:

Ao elogiar as **ações de repressão** ao tráfico no Complexo do Alemão, ele falou grosso: ‘Tem gente que acha que se **combate a bandidagem** com pétalas de rosas, jogando pétalas de rosas, jogando pó-de-arroz’.

▪ Tráfico – guerra

Do total de 21 matérias selecionadas do jornal O DIA, em 12 delas é possível observar estas combinações de palavras na mesma frase que relacionam traficante(s) ou

tráfico de drogas a vocábulos que se remetem a uma visão bélica. E nestas notícias, contabilizou-se 15 vezes que estas combinações apareceram.

Este é mais um instrumento a ser utilizado na análise do conceito de sujeição criminal. Pois ao constatar que numa mesma frase há ocorrências destas duas palavras, pode ser um indicativo de um tratamento diferenciado conferido pela imprensa.

▪ Polícia – guerra

Esta observação das combinações, como mencionado, é um instrumento para auxiliar na análise sobre sujeição criminal. Pois das 21 matérias, em 13 delas observou-se a presença de termos como ‘polícia’, ‘policia’, e ‘Força Nacional de Segurança’ e metáforas de guerra numa mesma frase. A ocorrência foi de 19 vezes que esta associação apareceu.

Pobreza-crime

Contabilizou-se o número de matérias que a combinação de palavras ‘traficante’ e ‘tráfico’ a ‘favela’, ‘morro’ ou ‘Alemão’ apareceu e também quantas vezes houve esta ocorrência numa mesma frase. Além disso, buscou-se possíveis associações entre as palavras ‘polícia’ e ‘Força Nacional de Segurança’ a ‘favela’, ‘morro’ ou ‘Alemão’ e quantas vezes apareceu. Das 21 notícias, entre oito principais e 13 coordenadas, 18 delas apresentam pelo menos uma destas combinações de palavras-chaves, o equivalente a 86%.

POBREZA-CRIME				
Indicadores Empíricos	Principais	Coordenadas	Total	Porcentagem
Análise de palavras-chaves: traficante/tráfico - favela/morro/Alemão. Quantas vezes?	6 matérias, 7 vezes	6 mat, 8 vezes	12 mat, 15 vezes	57%
Análise de palavras-chaves: polícia/FNS – favela/morro/Alemão. Quantas vezes?	7 mat, 10 vezes	8 mat, 8 vezes	15 mat, 18 vezes	71%
			Total: 27	

(Tabela 10: Análise Pobreza-crime – O DIA)

▪ **Tráfico – favela**

Das 21 notícias, 12 apresentaram este par de combinação, ‘traficante’ ou ‘tráfico’ e ‘favela’, ‘morro’ ou ‘Alemão’, com uma ocorrência de 15 vezes, aproximadamente 60% do total de matérias.

▪ **Polícia – favela**

Do total de 21, em 15 matérias constatou-se esta associação de forças policiais a favelas com uma ocorrência de 18 vezes, 70%.

Tráfico de drogas

Das 21 matérias, 14 delas (67%) apresentaram pelo menos um dos indicadores para analisar a relação do tráfico de drogas com a criminalidade urbana, como se fosse o principal componente a ser combatido pela polícia.

Quase 40% das matérias (oito) apresentam os criminosos como organizados, enquanto que um quarto descreve o domínio do tráfico sobre a comunidade e o seu modo de ação. Se estes dois indicadores se fundirem o percentual equivaleria a 30% (sete). Cerca de 20% apresentam pelo menos alguma descrição seja sobre o domínio seja sobre o modo de ação. A relação da polícia com o tráfico indicando uma possível rede de corrupção é pouco mencionada pelo veículo.

TRÁFICO DE DROGAS				
Indicadores Empíricos	Principais	Coordenadas	Total	Porcentagem
O grupo criminoso é descrito como bem organizado, como uma hierarquia?	4	4	8	38%
Descreve o domínio do tráfico sobre a comunidade?	4	1	5	24%
Descreve o modo de ação do traficante?	2	3	5	24%
Descreve a relação com a polícia ou de corrupção?	2	2	4	19%
			Total: 22	

(Tabela 11: Análise Tráfico de drogas – O DIA)

▪ **“Combater o crime organizado com mão-de-ferro”²¹⁷**

²¹⁷ Trecho retirado da matéria “Força contra a bandidagem”, publicada em 3 de julho, página 4. Ano 58. N°20.105.

Aqui se pretende entender como o discurso midiático apresenta a organização destes grupos criminosos, se eles são de fato organizados de uma forma hierárquica e como conseguem manter o controle sobre as suas áreas de influência. Das 21 notícias, em oito delas é possível constatar a descrição que confere uma possível qualificação de organização e de hierarquia.

Na matéria “A tomada do Alemão”, de 28 de junho, há um destaque para a frase que aponta para a necessidade de se fazer operações deste tipo, uma vez que esta seria uma quadrilha muito bem armada, talvez a maior:

O objetivo era prender os homens que controlam a maior e **mais bem armada quadrilha** do Rio.

Assim como a coordenada publicada neste mesmo dia, “13 armas e 150 quilos de drogas”, em que confere um certo grau de organização da facção ao ressaltar “o poder de fogo do bando comandado por Tota”.

Na matéria “Força contra a bandidagem”, de 3 de julho, sobre a liberação das verbas para o PAC, o presidente Lula parece admitir a existência de um crime organizado:

Lula da Silva levantou alto **a bandeira contra o crime organizado**, deixando clara sua disposição de combatê-lo com mão-de-ferro.
 “A gente tem que enfrentar os bandidos, sabendo que estão, muitas vezes, mais preparados do que a polícia, com **armas mais sofisticadas** do que a polícia”
 — fala de Lula

▪ “Estilo sanguinário de comandar o tráfico no Alemão”²¹⁸

Através da observação de trechos que descrevem como se exerce o controle da facção de traficantes sobre a comunidade que reside no território onde eles “dominam”, é possível corroborar a idéia largamente difundida de que o tráfico de drogas seria uma das principais, ou se não, a maior vertente da criminalidade urbana no Rio. Do total de notícias, apenas cinco dedicam algum espaço ao abordar como ocorre o domínio do tráfico sobre os moradores.

Na matéria principal do dia 28 de junho, “A tomada do Alemão”, o secretário de Segurança defende a necessidade de operações policiais nas favelas para que a população não fique “à mercê dos traficantes”:

As pessoas têm que optar se querem que fiquem sem tiros, em determinadas favelas, mas **à mercê do tráfico** ou que a polícia entre e expulse os traficantes.

²¹⁸ Trecho retirado da matéria “Filho de Tota no front”, publicada em 30 de junho, página 3. Ano 58. N°20.102.

Já em “Menores viraram escudo de Tota no Alemão”, de 29 de junho, a notícia destaca o “estilo sanguinário” de atuação do tráfico, e principalmente, do líder da facção:

A operação no Complexo do Alemão que resultou nas 19 mortes, anteontem, revelou um pouco mais a **faceta sanguinária** do bandido que **controla o tráfico** na comunidade.

E o presidente Lula, em seu discurso reproduzido em “Força contra a bandidagem”, no dia 3 de julho, reforça que os moradores bons, ou as “pessoas de bem”, acabam se tornando refém de um grupo de traficantes que domina a localidade: “gente de bem e que não pode ficar refém de uma minoria [a bandidagem]”.

▪ “Menores viraram escudo de Tota no Alemão”²¹⁹

A descrição do modo de ação dos traficantes reforça ainda mais o domínio do tráfico sobre a comunidade. Do total de matérias, cinco matérias descrevem as ações dos traficantes.

No seguinte trecho da matéria “A tomada do Alemão”, de 28 de junho, nota-se um exemplo de como ocorre a imposição dos grupos de traficantes:

(...) depois que a polícia desocupou o morro, motorista de uma Kombi foi parado (...) por um **grupo que o obrigou** a colocar seis corpos no veículo. O motorista foi **forçado** a fazer o transporte até a 22a DP.

Em “Menores viraram escudo de Tota no Alemão”, de 29 de junho, há também outro exemplo que o veículo reproduz como atua o “grupo comandado por Tota” também sobre as crianças que coopta para o tráfico:

Acuado em seu bunker na localidade conhecida como Areal, onde imaginava que a polícia jamais chegaria, (...), o Tota, colocou de frente uma **'tropa' de bandidos** para defendê-lo. (...) pelo menos três eram **menores de idade**, quase crianças.

A informação de que Tota vivia cercado de seguranças, inclusive de adolescentes, não era novidade: “Recebemos reclamações de moradores sobre o fato de ele dar armas na mão de crianças. Qualquer garoto de lá, se quiser, está metendo a mão em pistola e fuzil”. — afirma um delegado.

²¹⁹ Título da matéria publicada em O DIA, na data de 29 de junho, página 3. Ano 58. N°20.101.

▪ **“Bando sabia da ação policial”**²²⁰

Este ponto pode levantar se há nas matérias algum tipo de menção a possíveis acordos que possam ser realizados com o tráfico, ou até mesmo uma alusão à corrupção que pode ocorrer. No entanto, apenas quatro matérias descrevem como seria a relação com a polícia. Na matéria “Bando sabia da ação policial”, de 28 de junho, o próprio título da matéria já indica que a informação de uma possível entrada policial na favela já era conhecida pelos bandidos.

(...) naquelas mesmas horas, o **vazamento da informação** também começava a atrapalhar o planejamento coordenado pelo direto do Departamento de Polícia Especializada. Duas horas antes, (...), já se sabia que Tota e seus comparsas estavam com as **armadilhas** prontas. (...) E assim, os bandidos iniciavam toda a preparação à espera da manhã seguinte.

Estes trechos podem destacar um tema pouco levantado nas matérias: a possibilidade de haver vazamento de informação, ou melhor, a corrupção por parte da polícia. O interessante é que a própria notícia afirma que isso já era esperado pela própria polícia que organizava a operação.

Fontes consultadas

Acerca das fontes consultadas, do total de 21 notícias de O DIA, foram utilizadas 18 fontes de policiais, o equivalente a quase 70% do total de fontes (26). Das oito matérias principais, foram oito o número autoridades – incluindo o secretário de Segurança e delegados. Nas 13 matérias coordenadas, em quatro não foi possível detectar a fonte. Das nove que foi possível observar as fontes consultadas, dez eram de policiais (entre elas, o secretário Beltrame, inspetores, chefe de polícia civil, coronel e também através de notas de assessoria de imprensa).

No que se refere a fontes de parlamentares ou políticos, apenas 20% foram ouvidos. Nas principais apenas três foram constatados: o presidente Lula, o governador Cabral (ambos são a favor da operação) e um deputado federal contrário a operação. Nas coordenadas, 2 deputados foram consultados e também criticaram a ação.

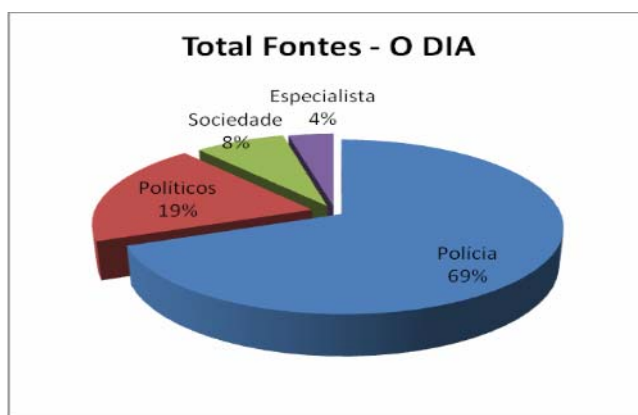
Já no que concerne a organizações não-governamentais ou moradores na categoria ‘sociedade’, houve um registro de duas fontes. Em nenhuma das matérias coordenadas, do rol

²²⁰ Trecho retirado da matéria “Bando sabia da ação policial”, publicada em 28 de junho, página 5. Ano 58. Nº26.988.

das que foram analisadas, apresentou a voz de moradores. Nas principais, apenas um morador foi ouvido e das coordenadas apenas a ong Anistia Internacional.

E, por último, na categoria de especialistas, nenhum jurista ou cientista social foi consultado. Apenas um advogado da Comissão de Direitos Humanos da OAB teve voz em uma matéria coordenada. Apenas quatro fontes apresentaram uma versão contrária à operação realizada no Alemão.

O DIA	Polícia	Políticos	Sociedade	Especialistas
Principais	8	3	1	0
Coordenadas	10	2	1	1
Total	18	5	2	1



(Tabela e gráfico12: Análise fontes consultadas – O DIA)

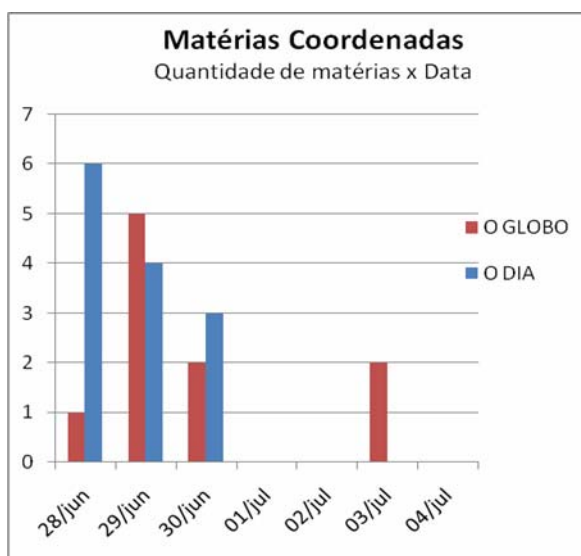
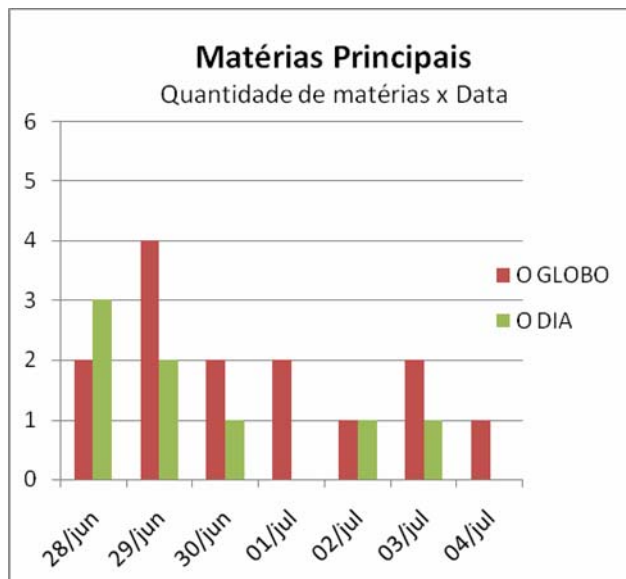
6.3.3 Comparação e conclusão

Nos sete dias de edições selecionadas dos dois jornais, a quantidade de notícias assinadas por cada veículo foi aproximada, 24 matérias de O GLOBO e 21 matérias de O DIA. No entanto, o que os diferencia é o volume de matérias publicadas nas categorias denominadas de principais e coordenadas. Enquanto em O GLOBO, 14 são principais e dez são coordenadas, em O DIA, inverte-se esta proporção, oito são principais e 13 coordenadas.

A seguir, os gráficos comparativos de ambos os veículos no que se refere às matérias principais e às coordenadas, e seus respectivos gráficos para facilitar a visualização:

Em O GLOBO, a data que apresenta o maior número de principais é o dia 29 de junho, dois dias após a operação. A tendência é constante de duas matérias nos dias seguintes, depois cai para uma. No dia 3 de julho são duas principais e novamente cai para uma matéria. Em O DIA, três matérias principais foram publicadas no dia 28 de junho que se sucedeu ao dia da operação. Em seguida, o número de principais cai até chegar nulo no dia

1 de julho. O assunto apenas retorna em 2 de julho e permanece no dia 3. Depois o tema não é mais abordado pelo jornal.



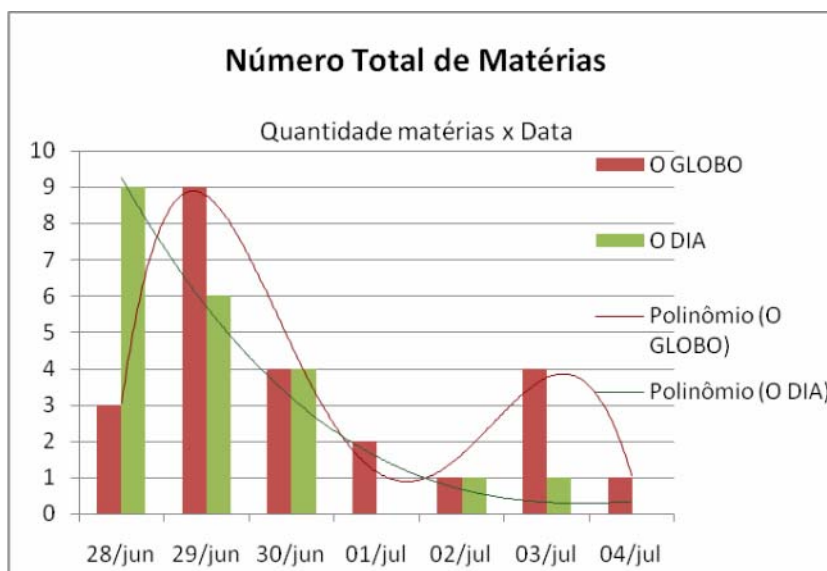
(Gráficos 13: Quantidade de Matérias Principais – O GLOBO x O DIA)

No O DIA, a data com o maior número das coordenadas foi no dia seguinte a operação com seis matérias, depois cai para quatro, no dia 30 reduz para três, e partir daí nenhuma coordenada é publicada neste veículo. Já em O GLOBO, no dia seguinte a operação há apenas uma coordenada, no entanto, no dia 29 de junho o jornal publica o maior volume de coordenadas (cinco), depois reduz para duas e apenas no dia 3 de julho que há a publicação de mais duas coordenadas. No fim de semana (1 e 2 de julho) houve uma

espécie de vazio até ressurgir em O GLOBO no dia da vinda do presidente Lula ao Rio.

A partir do próximo quadro que indica a ocorrência da quantidade total de matérias publicadas, é possível obter uma visualização acerca de como é estruturada a cobertura nos dois veículos. Enquanto o jornal O DIA prioriza a notícia imediata do assunto, isto é dizer, ele publica a maior quantidade de matérias (9) no dia seguinte a operação com informações básicas (como foi, quem morreu, quem matou, apreensão, feridos, baleados, etc.). Ao longo da semana, a tendência deste veículo é reduzir de forma gradativa, caindo de nove matérias

no dia 28 de junho para seis no dia 29, quatro no dia 30, até não haver nenhuma matéria no dia 1 de julho. Nos dois dias que se seguem (2 e 3 de julho), há uma matéria publicada em cada uma das edições e ao completar uma semana do ocorrido, dia 4 de julho, o assunto desaparece.



Quantidade Total de Matérias		
Data	O DIA	O GLOBO
28/jun	9	3
29/jun	6	9
30/jun	4	4
01/jul	0	2
02/jul	1	1
03/jul	1	4
04/jul	0	1

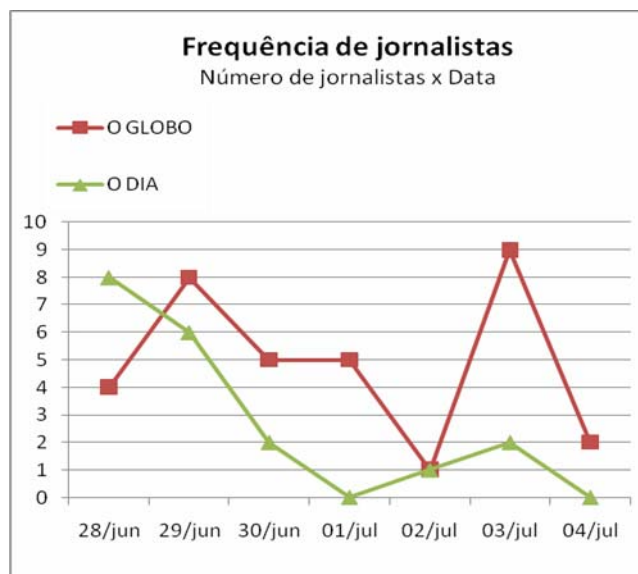
(Gráfico e tabela 14: Quantidade Total de Matérias – O GLOBO x O DIA)

Já no jornal O GLOBO, parece que a tendência, neste caso, é dar mais prioridade às consequências do evento, ou melhor, uma repercussão do caso ao longo da semana que não apenas factual. Vejamos, no dia 28 de junho, dia seguinte, o jornal publica apenas três matérias sobre o assunto, no entanto, dois dias após a operação policial no Complexo do Alemão é tema para nove matérias. No sábado, dia 30, há uma redução para quatro matérias e no domingo para duas. O tema permanece na segunda-feira, dia 2 de julho, com a publicação de uma matéria e retoma para quatro notícias no dia 3 de julho, quando o assunto é discutido pelo presidente Lula em sua visita ao Rio de Janeiro. No dia 4, há ainda o registro

de uma notícia assinada sobre o fato e é justamente a que contesta a possível execução de oito pessoas que morreram no dia da operação.

Ao longo de uma semana de cobertura de O GLOBO com a ocorrência de 24 matérias assinadas, 23 jornalistas foram mobilizados para realizar a cobertura sobre a operação no Complexo do Alemão e seus desdobramentos. E no que diz respeito ao jornal O DIA, nas 21 matérias publicadas, foram utilizados 12 repórteres para cobrir o assunto, quase a metade do número de jornalistas se comparados ao O GLOBO.

Como já constatado a partir da análise quantitativa acerca do volume de matérias publicados em ambos os jornais impressos, é possível observar que apenas nos dois primeiros dias que sucedem a operação, O DIA reúne o maior número de profissionais para cobrir o tema. Ao dar prioridade à cobertura factual do evento, neste caso a operação policial no Complexo do



Alemão, O DIA emprega, portanto, o maior número de jornalistas para realizar a cobertura exatamente no dia 28 de junho, dia seguinte à deflagração da “megaoperação”. E a partir do dia 29 de junho, a tendência é haver uma redução significativa de repórteres envolvidos na cobertura do caso, passando de seis repórteres para dois no dia 30. Já em 1 de julho, não há matéria sobre o tema, que só ressurge no dia 2 com um repórter e no dia 3 com dois jornalistas.

Contudo, O GLOBO parece apresentar uma tendência contrária, em que apenas quatro jornalistas assinaram três matérias no dia 28 de junho, enquanto o número de profissionais duplica na edição do dia seguinte. No fim de semana (sábado e domingo) a quantidade de repórteres permanece a mesma, com cinco. Na segunda-feira, cai para apenas um jornalista que assina uma única matéria. Já a edição de 3 de julho após a vinda de Lula ao Rio, foi o dia em que o impresso empregou o maior número de repórteres, foram nove profissionais mobilizados. Vale comparar que enquanto neste mesmo dia, na edição de O DIA, apenas dois jornalistas assinaram uma matéria sobre o tema, em O GLOBO, foram nove que assinaram quatro matérias. E no dia 4, o número de repórteres para cobrir este assunto reduz de forma significativa para dois profissionais. Veja a tabela e o gráfico a seguir:

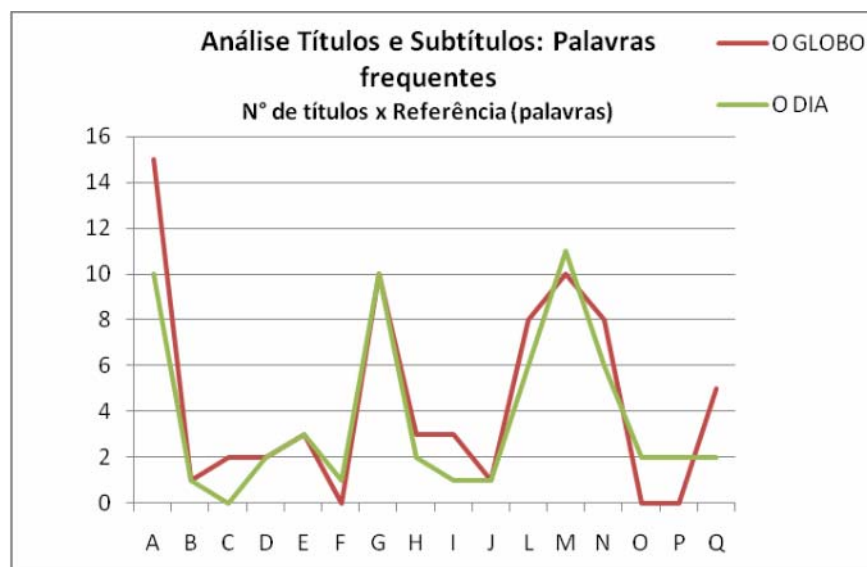
Frequência de jornalistas na cobertura ao longo de uma semana

Data	O DIA	O GLOBO
28/jun	8	4
29/jun	6	8
30/jun	2	5
01/jul	-	5
02/jul	1	1
03/jul	2	9
04/jul	-	2

(Gráfico e tabela 15: Frequência jornalistas – O GLOBO x O DIA)

Ao comparar a frequência de um rol de palavras estabelecidas para analisar os 83 títulos e subtítulos (57 de O GLOBO e 26 de O DIA), observaram-se algumas semelhanças como o mesmo número de vezes que a palavra ‘favela’ apareceu (dez vezes), e um número semelhante para ‘operação’ (em O GLOBO, dez vezes, e em O DIA, 11 vezes). A palavra ‘Alemão’ apareceu com maior predominância em O GLOBO (15 vezes). Outras duas palavras, referentes à ‘morte’ e à ‘policial’, apareceram seis vezes em O DIA e oito vezes em O GLOBO. As palavras que este último veículo não utilizou foram ‘drogas’, ‘quadrilha’ e ‘tomada’; enquanto que estes mesmos vocábulos foram utilizados pelo O DIA pelo menos uma vez. No O DIA, a única palavra não usada em nenhum dos títulos foi arsenal. As palavras pouco utilizadas nos dois jornais são referentes à ‘crime’ (três vezes), ‘bando’ (duas vezes) e ‘invasão’ (uma vez).

Ref	Palavras-Chaves Títulos e Subtítulos	O DIA	O GLOBO
A	Alemão	10	15
B	Armas/fuzil	1	1
C	Arsenal	0	2
D	Bando/bandido/bandidagem	2	2
E	Crime	3	3
F	Drogas	1	0
G	Favela	10	10
H	Força Nacional de Segurança/FNS	2	3
I	Guerra	1	3
J	Invasão	1	1
L	Mata/morte/morto	6	8
M	Megaoperação/Operação/ação	11	10
N	Polícia/policial	6	8
O	Quadrilha	2	0
P	Toma/tomada	2	0
Q	Tráfico/traficante	2	5



(Tabela e gráfico 16: Análise Títulos– O DIA x O GLOBO)

Sujeição Criminal

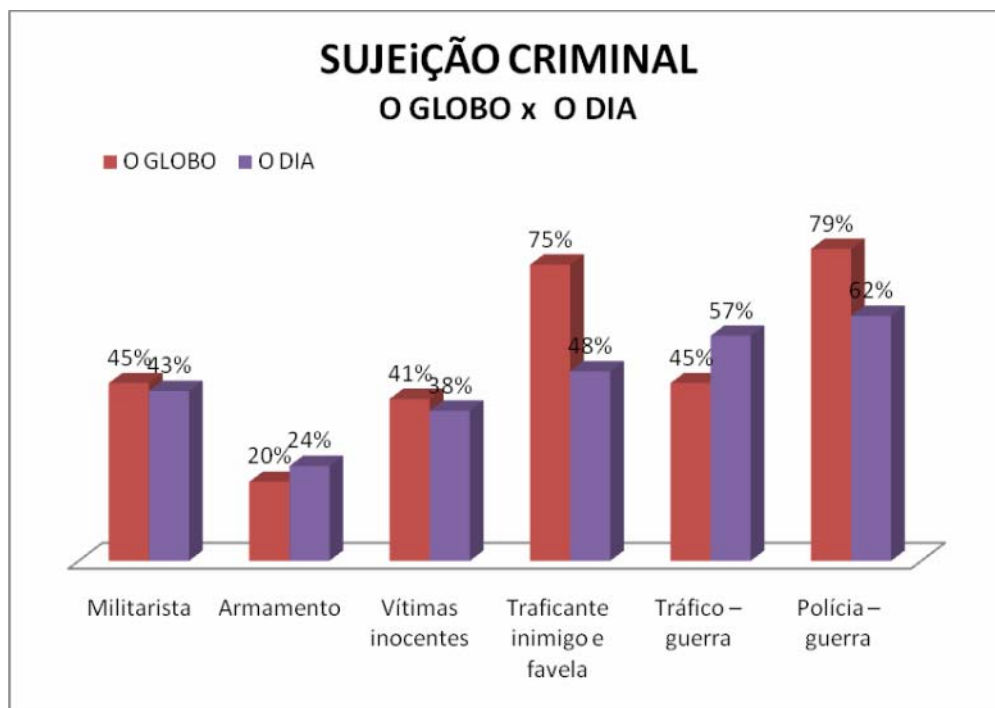
Das 24 notícias selecionadas do jornal O GLOBO todas elas apresentaram pelo menos um dos seis indicadores empíricos utilizados para a análise: desde a descrição militarista da operação ou de armamento; até mesmo a menção a vítimas inocentes; a constituição de traficante como inimigo ou da favela como um território a parte; além de combinações de palavras que associam o tráfico ou a polícia às metáforas de guerra. Em O DIA, das 21 notícias selecionadas, quase a totalidade, vinte, apresentaram pelo menos uma

das seis questões levantadas para a análise (isto equivale a 95% do total de matérias que abordam, pelo menos, algum destes indicadores utilizados para verificar o conceito).

SUJEIÇÃO CRIMINAL				
	O GLOBO		O DIA	
Indicadores Empíricos	Total	Porcentagem	Total	Porcentagem
Descrição militarista da operação	11	45%	9	43%
Descrição do armamento	5	20%	5	24%
Há descrição de vítimas inocentes?	10	41%	8	38%
Há a constituição de traficante como inimigo ou favela como um território a parte?	18	75%	10	48%
Análise de palavras-chaves: * traficante/tráfico – metáfora de guerra. Quantas vezes?	11 mat, 17 vezes	45%	12 mat, 15 vezes	57%
Análise de palavras-chaves: * polícia/FNS – metáfora de guerra. Quantas vezes?	19 mat, 27 vezes	79%	13 mat, 19 vezes	62%

(Tabela 17: Análise Sujeição Criminal – O GLOBO x O DIA)

No que se refere à descrição militarista da operação, bem como do armamento e vítimas inocentes, a porcentagem entre os veículos é bastante semelhante – próximo aos 45% no que tange à questão militar, a 20% ao armamento e 40% às vítimas. A maior diferença constatada foi no indicador traficante como inimigo ou na constituição da favela como um território à parte. Em O GLOBO, esta abordagem se aproxima a 75%, enquanto que em O DIA, atinge os 50%. Outra diferença observada foi na combinação das palavras ‘polícia’ e ‘guerra’ numa mesma frase. No O GLOBO, esta combinação esteve presente em quase 80% das matérias, enquanto que no outro veículo, este valor é de aproximadamente 60%. Uma pequena diferença está no par das palavras ‘tráfico’ e metáfora de guerra, que no O DIA está porcentagem se aproxima a 60% do total das notícias, e no outro jornal é de 45%.



(Gráfico 18: Análise Sujeição Criminal – O GLOBO x O DIA)

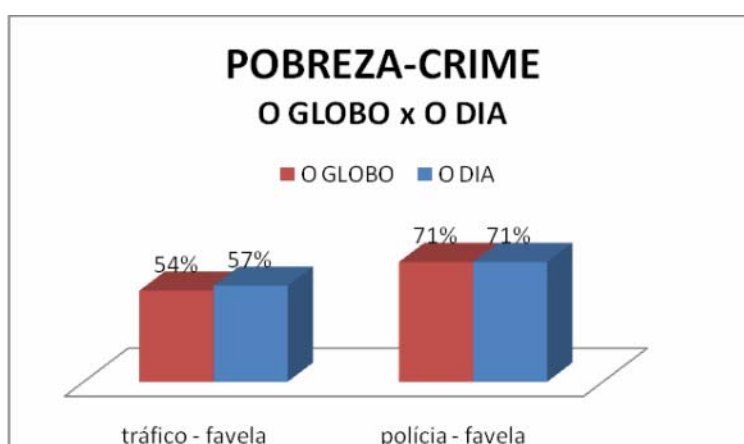
Pobreza-crime

Das 24 notícias selecionadas do jornal O GLOBO, 21, o equivalente a 88%, apresentam pelo menos uma destas combinações de palavras-chaves que associa ‘tráfico’ ou ‘traficante’ a ‘favela’, ‘morro’ ou ‘Alemão’, ou ‘polícia’ e ‘Força Nacional de Segurança’ a ‘favela’, ‘morro’ ou ‘Alemão’. Neste ponto sobre o par pobreza-criminalidade, contabilizou-se o número de matérias que a combinação apareceu e também quantas vezes houve esta ocorrência numa mesma frase. Das 21 notícias de O DIA, 18 delas apresentam pelo menos uma destas combinações de palavras-chaves, o equivalente a 86%.

No O GLOBO, o par que combina ‘traficante’ ou ‘tráfico’ e ‘favela’, ‘morro’ ou ‘Alemão’ apareceu 13 das 24 notícias, próximo a 55% com uma ocorrência de 18 vezes. Em O DIA, este par 12 notícias das 21 apresentaram, aproximadamente 60% do total de matérias, e uma ocorrência de 15 vezes.

Já a associação de forças policiais a favelas, e O GLOBO, foram 17 matérias, ou 71%, com uma ocorrência de 26 vezes. E no O DIA, em 15 matérias constatou-se esta associação com o mesmo percentual (71%) e uma ocorrência de 18 vezes.

POBREZA-CRIME				
	O GLOBO		O DIA	
Indicadores Empíricos	Total	Porcentagem	Total	Porcentagem
Análise de palavras-chaves: traficante/tráfico - favela/morro/Alemão. Quantas vezes?	13 mat, 19 vezes	54%	12 mat, 15 vezes	57%
Análise de palavras-chaves: polícia/FNS – favela/morro/Alemão. Quantas vezes?	17 mat, 26 vezes	71 %	15 mat, 18 vezes	71%



(Tabela e gráfico 19: Análise Pobreza-crime – O GLOBO x O DIA)

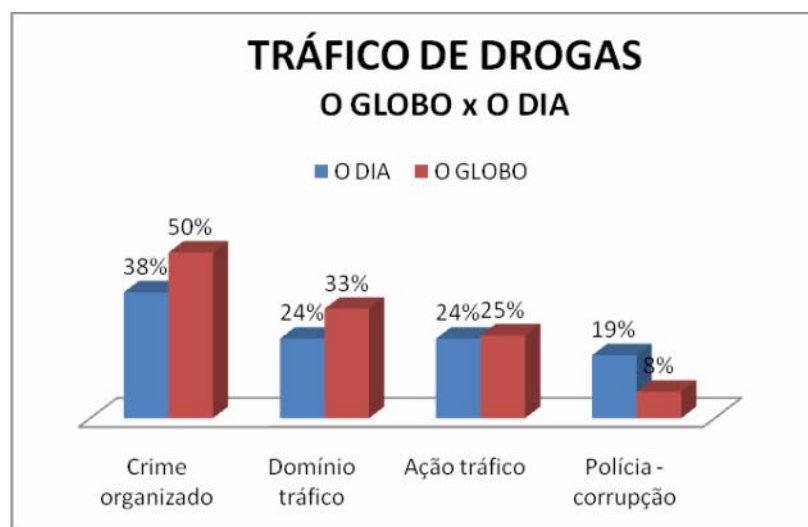
Tráfico de drogas

Para compreender a relação do tráfico de drogas com a criminalidade urbana, como se fosse o principal componente a ser combatido pela polícia, foram estabelecidos quatro pontos a serem avaliados nas matérias: se o grupo criminoso é descrito como bem organizado de forma hierárquica, se as notícias descrevem o domínio do tráfico sobre a comunidade ou o modo de ação do traficante, e ainda se há alguma descrição acerca da relação com a polícia ou até mesmo de corrupção.

Em O GLOBO, 16 delas, 66% do total de matérias, apresentaram pelo menos um destes indicadores. Em O DIA, 14 delas, 67%, apresentaram pelo menos um destes indicadores. No O GLOBO, metade das notícias apresenta os criminosos como organizados, 12 matérias; e no O DIA a porcentagem se aproxima a 40%, oito matérias. Em O GLOBO,

apenas oito descrevem o domínio do tráfico sobre a comunidade e seis sobre o seu modo de ação. Dez matérias apresentam, pelo menos, alguma descrição seja sobre o domínio seja sobre o modo de ação. Em O DIA, um quarto das matérias descreve o domínio do tráfico sobre a comunidade e o seu modo de ação, sete apresentam, pelo menos, alguma descrição seja sobre o domínio seja sobre o modo de ação. Em O GLOBO, a relação da polícia com o tráfico indicando uma possível rede de corrupção é pouco mencionada pelo veículo (duas matérias) e o mesmo ocorre em O DIA.

TRÁFICO DE DROGAS				
	O GLOBO		O DIA	
Indicadores Empíricos	Total	Porcentagem	Total	Porcentagem
O grupo criminoso é descrito como bem organizado, como uma hierarquia?	12	50%	8	38%
Descreve o domínio do tráfico sobre a comunidade?	8	33%	5	24%
Descreve o modo de ação do traficante?	6	25%	5	24%
Descreve a relação com a polícia ou de corrupção?	2	8%	4	19%



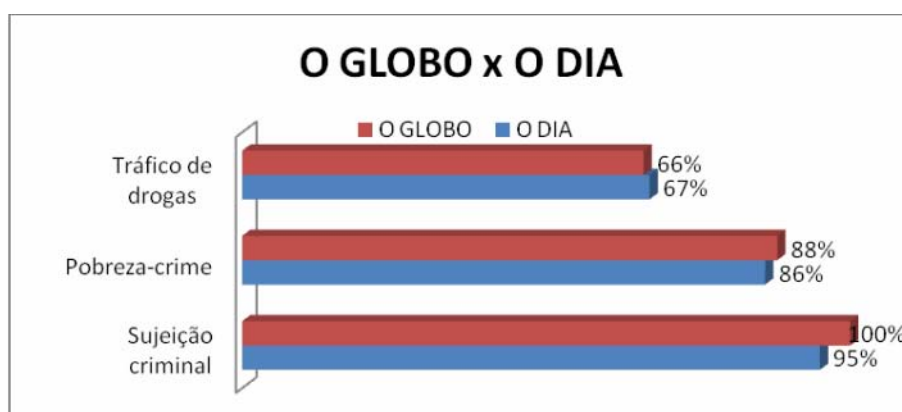
(Tabela e gráfico 20: Análise Tráfico de drogas – O GLOBO x O DIA)

A totalidade das matérias analisadas em O GLOBO, 24, reproduzem o conceito de sujeição criminal de alguma forma (com pelo menos um dos indicadores empíricos utilizados). E O DIA, a porcentagem é tão elevada quanto, atinge 95% com 20 das 21 matérias totais analisadas deste veículo.

A proporção de notícias que relacionam a pobreza e a criminalidade também é bastante semelhante em ambos os veículos. Em O GLOBO, 88% do total de notícias (21 das 24) apresentam esta combinação, em O DIA, 18 das 21 matérias reproduzem este par, ou seja, 86%.

Ainda no que se refere ao tráfico de drogas como componente da violência urbana que deve ser combatido pelas forças de segurança. No caso de O GLOBO, esta proporção é de 66 %, com 16 matérias, e em O DIA, 67% das notícias abordam esta relação, ou seja, 14 do total de matérias analisadas.

	O GLOBO		O DIA	
	Total	Porcentagem	Total	Porcentagem
Sujeição criminal	24	100%	21	95%
Pobreza-crime	21	88%	18	86%
Tráfico de drogas	16	66%	14	67%
Total	61	-	53	-



(Tabela e gráfico 21: Comparação Total de Matérias – O GLOBO x O DIA)

Fontes consultadas

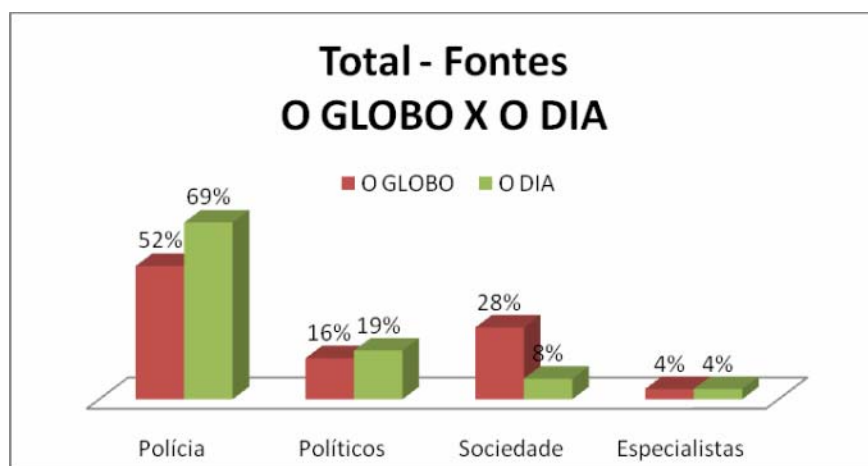
Acerca das fontes consultadas, das 24 notícias de O GLOBO, foram utilizadas 28 fontes de policiais, o equivalente a 52%. E no O DIA, do total 21 notícias de O DIA, foram utilizadas 18 fontes de policiais, o equivalente a mais da metade do total de fontes (26).

No que se refere a fontes de parlamentares ou políticos, no O GLOBO, 16% das matérias ouviram parlamentares, enquanto que no jornal O DIA esta porcentagem também é próxima com 19%.

Já no que concerne a organizações não-governamentais, moradores ou representantes da sociedade civil, em O GLOBO 28% das notícias apresentam alguma visão da sociedade, enquanto que em O DIA esse valor é de apenas 8%.

E, por último, na categoria de especialistas, nenhum jurista ou cientista social foi consultado em nenhum dos veículos, em ambos a porcentagem é de 4%.

	O GLOBO		O DIA	
	Fontes	%	Fontes	%
Polícia	28	52%	18	69%
Políticos	9	16%	5	19%
Sociedade	15	28%	2	8%
Especialistas	2	4%	1	4%
Total	54	100%	26	100%



(Tabela e gráfico 22: Análise fontes consultadas – O GLOBO x O DIA)

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das contribuições da nova história para a análise das representações coletivas e da visão múltipla e fragmentada da realidade, temos consciência de que este trabalho não representa uma visão única e objetiva do real. Ao se tratar de um discurso jornalístico e de possíveis construções de olhares, deve-se ter em mente que além de o jornalismo estar envolvido na dinâmica social ele se utiliza de padrões de construção dos acontecimentos a fim de refletir uma realidade e também expressar a maneira que os diversos segmentos sociais se organizam e se relacionam. É importante ressaltar que as representações do mundo social construídas e determinadas pelos interesses de grupos apresentam particularidades do lugar de onde se fala em relação ao que é falado.

Assim, o presente estudo traça um olhar mais atento acerca do discurso jornalístico de dois impressos cariocas acerca da cobertura de um fato ocorrido no Rio de Janeiro. Através de uma análise discursiva confirmamos a hipótese de que notícias apresentam a visão da pobreza da criminalidade. Associada a esta idéia, a análise do discurso se baseou na concepção de que indivíduos de locais pobres seriam entendidos como potenciais sujeitos criminais e se a atividade ilícita do tráfico de drogas é vista como o principal componente da violência urbana a ser combatida.

Somos conscientes de que esta é uma perspectiva e não pretende dar conta da cobertura da mídia sobre a segurança pública, caso contrário estaríamos a reforçar generalizações e superficialidades. O intuito é fazer um recorte a partir de seleções de algumas notícias sobre um determinado evento nos dois veículos de maior circulação no Rio. Não é desejo generalizar os resultados aqui encontrados, e sim focar na riqueza dos fragmentos.

Em ambos os veículos, a sujeição criminal está reproduzida em quase a totalidade das matérias. No jornal O GLOBO, todas as notícias apresentaram pelo menos um dos seis indicadores empíricos utilizados para a análise. Em O DIA, o equivalente a 95% do total de matérias abordam, pelo menos, algum destes indicadores utilizados para verificar o conceito. Uma importante diferença observada foi na combinação das palavras ‘polícia’ e ‘guerra’ numa mesma frase. Em O GLOBO, esta combinação representa quase 80% das matérias, enquanto que no outro veículo, este valor é de aproximadamente 60%.

Contudo, foi possível uma análise mais aprofundada sobre como as notícias reproduziram este conceito de sujeição. A maior diferença constatada foi no indicador traficante como inimigo ou na constituição da favela como um território à parte. Em O GLOBO, esta abordagem se aproxima a 75%, enquanto que em O DIA, atinge os 50%. Uma

pequena diferença está no par das palavras ‘tráfico’ e metáfora de guerra, que no O DIA esta porcentagem é maior e se aproxima a 60% do total das notícias, e no outro jornal é de 45%.

Já no que se refere à descrição militarista da operação, bem como do armamento e vítimas inocentes, a porcentagem entre os veículos é bastante semelhante. Vale destacar que destes três pontos em ambos os veículos, a descrição de cunho militarista é a que está mais presente nestes dois veículos.

A associação entre a pobreza e a criminalidade vem logo após o conceito de sujeição criminal. No jornal O GLOBO quase 90% do total das notícias apresenta um olhar que favorece esta associação, e no O DIA também é alta, de 86%. O par que associa as palavras ‘polícia’ e ‘favela’ é o mais evidente em ambos os jornais com exatamente 71%, já o par ‘tráfico’ e ‘favela’ tem uma média de 50%. Esta análise contribui para refletirmos a idéia de que a ação da polícia pode estar mais direcionada às favelas e que ainda é feita uma possível correlação entre a ação do tráfico nas favelas nos discursos jornalísticos.

O tráfico de drogas como o principal componente da violência urbana a ser combatido pela polícia vem em terceiro lugar na análise. Em ambos os veículos, mais de 65% do total de matérias, apresentaram pelo menos um dos pontos avaliados.

A idéia de que o crime é, de fato, organizado é mais evidente no jornal O GLOBO em metade das notícias, enquanto no O DIA, a porcentagem se aproxima a 40%. Acerca do domínio do tráfico sobre as comunidades, há uma pequena diferença entre os dois impressos, mas gira em torno de 30%, um pouco menos das matérias nos dois veículos descrevem como o tráfico atua para submeter a população residente naquela localidade. A relação entre polícia e tráfico a uma possível idéia de corrupção está mais presente em O DIA, com quase 20% do total das matérias. No O GLOBO, este tema nem se aproxima aos 10%.

No que se refere às fontes consultadas, conclui-se que a maior parte foi de fontes policiais nos dois jornais, mas principalmente esta predominância ocorreu no jornal O DIA, com quase 70% do total dos atores ouvidos. As fontes de parlamentares ou políticos não atingiram os 20%. Vale destacar que entre os políticos mencionados nas matérias estão o presidente Lula e o governador Sérgio Cabral que se manifestaram a favor de operações policiais, e apenas alguns deputados contrários a ação foram ouvidos. O jornal O GLOBO ouviu mais fontes da sociedade civil, de ONGs e até mesmo de moradores tanto do Alemão quanto de outras localidades do Rio de Janeiro. Esta porcentagem se aproxima a 30%, mas ainda é pouco expressiva se comparada a desproporcionalidade das fontes policiais. Em O DIA, isto é mais contrastante, pois menos de 10% das matérias apresentou alguma voz da sociedade. E, por último, na categoria de especialistas, cabe ressaltar que nenhum jurista ou

cientista social foi consultado em nenhum dos veículos, apenas um advogado que representava a Comissão de Direitos Humanos da OAB em ambos os impressos.

A predominância de fontes policiais nas notícias pode ser um reflexo também de uma desigualdade de tratamento ao restringir as diversas vozes implicadas na construção da realidade. Os jornalistas, ao retratarem uma visão da corporação policial e deixarem de lado outras fontes podem também favorecer a reprodução do conceito de sujeição criminal.

Ao publicar a maior quantidade de matérias no dia seguinte a operação no Complexo do Alemão, o jornal O DIA prioriza a notícia imediata do assunto. Ao longo da semana, a tendência da cobertura realizada por este veículo foi reunir o maior número de jornalistas nos dois dias subseqüentes ao evento e reproduzir o assunto a partir de um viés factual. Exatamente uma semana após o ocorrido, no dia 4 de julho este assunto não é mais pauta para o jornal. Nas 21 matérias publicadas, foram utilizados 12 repórteres para cobrir o assunto, quase a metade do número de jornalistas se comparados ao O GLOBO. Apenas nos dois primeiros dias que sucederam a operação, O DIA reúne o maior número de jornalistas para cobrir o tema. A partir do dia 29 de junho, a tendência é haver uma redução significativa de repórteres envolvidos na cobertura do caso, passando de seis repórteres para dois no dia 30.

Contudo, O GLOBO parece apresentar uma tendência contrária, pois o impresso, neste caso, prioriza as conseqüências do evento, isto é, uma repercussão do caso ao longo da semana que não apenas factual, publicando entrevistas tanto com o governador do estado ou com a autoridade responsável pela política de segurança do estado. No dia 28 de junho, dia seguinte, o jornal publica apenas três matérias sobre assunto, no entanto, dois dias após, a operação policial, o Complexo do Alemão é tema para nove matérias. Ao longo de uma semana de cobertura, este veículo mobilizou 23 jornalistas para cobrir a operação e seus desdobramentos.

A análise dos títulos e subtítulos a partir de um rol de palavras estabelecidas possibilitou a observação de algumas semelhanças no tratamento do assunto nas chamadas em ambos os veículos. As palavras ‘favela’ e ‘operação’ foram bastante utilizadas pelos dois jornais. ‘Alemão’ foi mais mencionado por O GLOBO, assim como as palavras ‘policial’, ‘tráfico’ e relativas à ‘morte’ ou ‘morto’ tiveram maior ocorrência neste do que naquele veículo. Enquanto as palavras ‘drogas’, ‘quadrilha’ e ‘tomada’ não foram nenhuma vez mencionadas pelo O GLOBO. Em O DIA, a única palavra não mencionada no título foi ‘arsenal’.

Ao utilizar palavras como ‘favela’, ‘operação’, ‘Alemão’, ‘policial’, ‘tráfico’, ‘morte’, ‘guerra’ e ‘arsenal’ nos títulos e subtítulos, o jornal O GLOBO parece conferir uma

idéia de que a questão da segurança pública e das operações policiais podem estar ligadas de forma intrínseca às favelas e ao arsenal de armas (ou o poderio bélico) que os grupos do tráfico possuem. Contudo, o jornal parece não fazer tanta associação à questão das drogas em si. A diferença em O DIA, é que as palavras ‘bando’, ‘tráfico’, e ‘quadrilha’ aparecem como sinônimos nas frases, o veículo associa também o grupo criminoso com a questão das drogas e a tomada da favela como um território alheio, integrando-se à noção de geografia territorializada de domínio do tráfico de drogas.

Como vimos, os jornais operam de acordo com uma lógica de seleção e elegem a “violência de maior destaque”. É importante destacar que a violência não se concentra apenas nos temas abordados, mas está presente também na linguagem que os jornalistas utilizam para repercutir o acontecimento.

A grande maioria das matérias relata o factual e apenas uma minoria apresenta uma abordagem mais contextual com análises, mais constatado no jornal O GLOBO. Mas, verificou-se que o espaço ainda é limitado para a análise e a crítica de fontes. Uma das contradições observadas, assim como apontou Silvia Ramos, é que a imprensa atua no sentido de denunciar a gravidade da crise da segurança pública, mas abdica do papel de tomar a dianteira no debate sobre o tema, pois há reduzida iniciativa de pautar um debate público que seja de fato consistente.

Neste estudo verificou-se que as coberturas realizadas sobre a operação no Complexo do Alemão sofrem de dependência de informações policiais – as principais fontes de informação para a maioria das reportagens. O noticiário sobre violência e criminalidade é composto, principalmente, de registros das ações policiais e se privam de expor outros pontos de vista.

O jornalista, entendido como um importante ator social e envolvido na dinâmica da sociedade, reflete a realidade e ajuda a construí-la a partir de representações coletivas. Assim, como defendem os autores da nova história como Chartier ou Le Goff, os discursos são provenientes das percepções sociais e, por isso, não são neutros. As representações atuam como uma função simbólica e mediadora englobando as diferentes formas de apreensão do real.

O que permite refletir sobre o modo como a realidade pode ser apropriada é a problemática do mundo como representações e moldado a partir de uma série de discursos. Os textos conformam um “espaço aberto a múltiplas leituras” se contrapondo ao pensamento de que são entidades com significados múltiplos. Assim, a partir deste estudo é possível pensar o processo de reprodução da realidade não como algo fechado em si mesmo, mas como uma das possibilidades de se captar o real. No entanto, ao priorizar certas abordagens

segundo as linhas editoriais dos jornais, acaba-se por esquecer e apagar outras possíveis representações coletivas e plurais ou entendimentos diversos sobre um mesmo assunto.

Desse modo, o presente estudo é um esforço consciente no sentido de compreender como nós mesmos atuamos e construímos as representações coletivas. Tais considerações nos levam a estar atentos a estes processos entendendo que somos atores e lançamos novos ‘olhares, abordagens e problemas’ no estudo do campo jornalístico. Ao participar deste processo de construção da memória coletiva, devemos nos questionar sobre as nossas próprias ações e escolhas. Este olhar atento acerca da existência da complexidade e pluralidade de vozes, muitas vezes sufocadas, nos permite ampliar o espectro de luz a fim de iluminar zonas até agora silenciosas e segregadas.

8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABRAMO, Perseu. *Padrões de Manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Ed Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ALMEIDA, Verônica. “A mídia e os Direitos Humanos”. In: *Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo*. CANELA, Guilherme (org) São Paulo: Ed Cortez e ANDI (Agência de Notícias dos Direitos das Crianças), 2008. 1ª Edição. Pp: 254-263.
- CHARTIER, Roger. “A História Cultural – Entre práticas e representações”. Lisboa: Difel, 1988.
- FERNANDES, Adélia Barroso. *Jornalismo, cidadania e direitos humanos: uma relação reflexiva no espaço público*. Trabalho apresentado no Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, pelo INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro/2002.
- LE GOFF, Jacques. “História”. In: *Enciclopédia*. Porto: Ed Einaudi. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. Vol I.
- _____. “Memória”. In: *Enciclopédia*. Porto: Ed Einaudi. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. Vol I.
- LE GOFF, Jacques et NORA, Pierre. “História: Novos Problemas”. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. 4ª edição.
- MARTINS, Iara; MEDEIROS, Katia, JR, Edísio Ferreira (Orgs). *Sociologia da Violência: textos sobre juventude e mídia*. João Pessoa: Ed Universitária UFPB, 2005.
- MISSE, Michel. “Malandros, marginais e vagabundos. A Acumulação social da violência no Rio de Janeiro”. RJ, IUPERJ, 1999. [Tese de Doutorado em Sociologia]. Cap. 4, 5. Pp 215-282
- _____. “Sobre a construção social do crime no Brasil”. Baseado em “*Malandros, Marginais e Vagabundos: A acumulação social da violência no Rio de Janeiro*” [Tese de Doutorado em Sociologia]. Rio de Janeiro, IUPERJ. 1999.
- _____. “O Movimento – constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos de violência”. (site: www.necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos/0%20Movimento.pdf)
- _____. “Cinco Teses Equivocadas sobre a Criminalidade Urbana no Brasil”. In: *Violência e Participação Política no Rio de Janeiro*. RJ, IUPERJ. Série Estudos, nº 91, Agosto, 1995. Pp 23-39.
- _____. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo – Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana*. Rio de Janeiro: Ed Lumen Juris, 2006.
- MUNIZ, Jaqueline; JR, Domício Proença; DINIZ, Eugenio. “Uso de força e ostensividade na ação policial”, do Grupo de Estudos Estratégicos, GEE-COPPE-UFRJ. In: *Conjuntura Política*. Boletim de Análise nº 6. Departamento de Ciência Política – UFMG. Abril, 1999. Pp22-26. (www.ucamcese.com.br)

- PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- PIOVESAN, Flávia. “A concepção contemporânea de direitos humanos”. In: *Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo*. CANELA, Guilherme (org) São Paulo: Ed Cortez e ANDI (Agência de Notícias dos Direitos das Crianças), 2008. 1ª Edição. Pp: 242-253.
- RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. *Elemento Suspeito – abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. RJ: Civilização Brasileira, 2005.
- RAMOS, S. et PAIVA, A. *Mídia e Violência – Novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj, 2006.
- SILVA, Luiz Antonio Machado. “Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise”. In: *Dossiê Cidadania e Violência*. Revista de Sociologia e Política. Nº 13: 115-124 Nov. 1999.
- SILVA, L et LEITE, Márcia Pereira. “Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?”. In: *Sociedade e Estado*. Brasília. V.22m n.3, Pp. 545-591. Set/Dez 2007.
- SILVA, L; LEITE M et FRIDMAN, L. “Matar, Morrer, ‘Civilizar’: O ‘problema da segurança pública’”. In: *Monitoramento Ativo da Participação da Sociedade, MAPAS (Relatório do Projeto)*. Dez 2005. IBASE/Action Aind-Brasil/Fundação Ford, dez. 2005. Disponível em: www.ibase.br.
- THOMPSON, J.B. *Ideologia e Cultura Moderna – Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. 6ª Edição.
- VAZ, Paulo; CARVALHO, Carolina Sá; POMBO, Mariana. “A vítima virtual e sua alteridade: a imagem do criminoso no noticiário de crime”. In: XV Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2006, Bauru. Livro de Resumos e Programação: XV Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Bauru: Unesp Campus Bauru, 2006. v. 1. p. 21-21.
- VAZ, Paulo; CAVALCANTI, Mariana; CARVALHO, Carolina Sá; OLIVEIRA, Luciana Julião de. Pobreza e Risco: a imagem da favela no noticiário de crime”. Apresentação de Trabalho no 14 Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2005.
- VAZ, Paulo; CAVALCANTI, Mariana; CARVALHO, Carolina Sá. “Vítima virtual e medo do crime no Rio de Janeiro”. *Trajectos Revista de Comunicação Cultura e Educação*, Lisboa, v. 7, n. 7, p. 95-106, 2005.
- VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania – A sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- ZALUAR, Alba et ALVITO, Marcos (orgs). “Um século de Favela”. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2006. 5ª edição.
- WOLTON, Dominique. *Pensar a Comunicação*. Brasília: UnB, 2004.

Referência de periódicos.

O DIA

Rio de Janeiro, quinta-feira, 28 de junho de 2007. Ano 58. N°20.100

_____, sexta-feira, 29 de junho de 2007. Ano 58. N°20.101

_____, sábado, 30 de junho de 2007. Ano 58. N°20.102

_____, domingo, 1 de julho de 2007. Ano 58. N°20.103

_____, segunda-feira, 2 de julho de 2007. Ano 58. N°20.104

_____, terça-feira, 3 de julho de 2007. Ano 58. N°20.105

_____, quarta-feira, 4 de julho de 2007. Ano 58. N°20.106

O GLOBO

Rio de Janeiro, quinta-feira, 28 de junho de 2007. Ano LXXXII. N°26.988

_____, sexta-feira, 29 de junho de 2007. Ano LXXXII. N°26.989

_____, sábado, 30 de junho de 2007. Ano LXXXII. N°26.990

_____, domingo, 1 de julho de 2007. Ano LXXXII. N°26.991

_____, segunda-feira, 2 de julho de 2007. Ano LXXXII. N°26.992

_____, terça-feira, 3 de julho de 2007. Ano LXXXII. N°26.993

_____, quarta-feira, 4 de julho de 2007. Ano LXXXII. N°26.994

9. ANEXO A: O GLOBO

[illegible]

9. ANEXO B: O DIA

² *Journal des débats*, 18 août 1994.

9. ANEXO C: Questionário para análise das matérias

Fontes e palavras-chaves nos dois primeiros parágrafos e último parágrafo. Para as matérias coordenadas que forem pequenas, podem ser analisadas na íntegra

Título da matéria: _____

Categoria (principal ou coordenada): _____

Data/Pág: _____

Fontes

1. Policial

- () chefe de polícia
- () secretaria de segurança
- () assessoria de imprensa
- () policiais

2. Políticos e parlamentares

- () Presidente Lula
- () Governador Cabral
- () Deputados

Pró () ou contra () a operação

3. Sociedade

- () Ongs
- () Moradores do Complexo do Alemão
- () Moradores de outras localidades da cidade
- () Associação de moradores

4. Especialistas

- () Juristas
- () Cientistas Sociais
- () Advogados

Palavras-chave:

- (a) bandido (e sinônimos como criminoso, quadrilha, bando)
- (b) traficante/tráfico
- (c) metáfora de guerra (ex: alvo, ataque, bunker, cerco, combate, poderio bélico, invasão, tropa, etc)
- (d) favela (morro, Alemão)
- (e) polícia/Força Nacional de Segurança

- **Análise dos dois primeiros parágrafos de cada matéria:** ocorrência de palavras próximas que estejam na mesma frase.

() traficante/tráfico - favela/morro/Alemão

- () traficante/tráfico – metáfora de guerra
- () polícia/FNS – metáfora de guerra
- () polícia/FNS – favela/morro/Alemão

- **Análise do último parágrafo de cada matéria:** ocorrência de palavras próximas que estejam na mesma frase.

- () traficante/tráfico - favela/morro/Alemão
- () traficante/tráfico – metáfora de guerra
- () polícia/FNS – metáfora de guerra
- () polícia/FNS – favela/morro/Alemão